

DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE FEVEREIRO DE 2000

Presidente. Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários. Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António José Carlos Pinho
José Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 45 minutos

Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n^º 92 a 96/VIII e do projecto de resolução n^º 28/VIII

Em interpelação a Mesa, o Sr Deputado António Capucho (PSD) voltou a chamar a atenção para o facto de ainda não ter dado entrada na Mesa o PIDAAC regionalizado. Sobre o assunto, interviveram o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia) e o Sr Deputado Francisco de Assis (PS)

Ainda em interpelação a Mesa, o Sr Deputado Afonso Candal (PS) pediu informações sobre a existência no jardim lateral da Assembleia de alguns equipamentos que des caracterizam o local e, ainda, sobre o estado da estatua do parlamentar Jose Estevão ai colocada

Na abertura do debate da interpelação n^º 2/VIII — Sobre o estado da justiça e política de segurança interna (CDS-PP) proferiram intervenções o Sr Deputado Narana Coissôro (CDS-PP) e o Sr Ministro da Justiça (António Costa), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso titulo, alem daqueles oradores e do Sr Ministro Adjunto da Administração Interna (Fernando Gomes), os Srs Deputados Jose Magalhães (PS), Francisco Louçã (BE), Jorge Neto (PSD), António Filipe (PCP), Guilherme Silva (PSD), Fernando Pésinho (Os Verdes), António Montalvão Machado (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Odete Santos (PCP), Jose Daniel Campelo (CDS-PP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Marques Junior (PS), Guilherme Silva (PSD), Jorge Lacão (PS) e Silvio Rui Cervan (CDS-PP)

No encerramento do debate, proferiram intervenções, pelo partido interpelante, o Sr Deputado Narana Coissôro (CDS-PP) e, pelo Governo, os Srs Ministros Adjunto e da Administração Interna e da Justiça

Entretanto, os projectos de resolução n^º 19/VIII — Constituição de uma comissão eventual para a análise e fiscalização dos recursos publicos envolvidos na organização do Euro 2004

(PSD) e 18/VIII — Apoio à comunidade portuguesa na Venezuela (PSD) e o projecto de deliberação n^º 6/I/III — Autorização da transcrição de depoimentos prestados perante a Comissão Eventual de Inquerito Parlamentar para apreciação de actos dos governos do PS e do PSD envolvendo o Estado e grupos económicos (PAR) foram aprovados, em votação global

Foram tambem aprovadas, na generalidade, as propostas de lei n^º 10/VIII — Regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos e 12/VIII — Dispensa da fiscalização previa do Tribunal de Contas, sem prejuizo da fiscalização sucessiva, os contratos de aquisição de projectos relativos às obras que se venham a realizar no âmbito do Euro 2004 promovidas pelas autarquias locais envolvidas e o projecto de lei n^º 30/VIII — Organismos geneticamente modificados submissão da lei ao princípio da precaução (BE)

O projecto de lei n^º 43/VIII — Proibe a comercialização, importação e produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados (Os Verdes) foi rejeitado, na generalidade, após de ter verificado um empate em duas votações sucessivas, conforme o artigo 107º do Regimento

Finalmente, foram aprovadas as propostas de lei n^º 11/VIII — Autoriza o Governo a legislar a realização dos censos de 2001, na generalidade, na especialidade e em votação final global, e 5/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos, em votação final global

A Câmara deu assentimento a viagem de carácter oficial do Sr Presidente da República a Timor-Leste, entre os dias 10 e 15 do corrente mês

Os Srs Deputados do PSD Miguel Macedo e Alvaro Amaro foram autorizados, por escrutínio secreto, a serem ouvidos, como arguidos, em tribunal

Foi eleito um membro, proposto pelo PS, para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 55 minutos

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 45 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim

José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catárin Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Montero Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capuchão
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino

Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luis Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samorenho Ferreira
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Molero
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral

Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP).

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco
 António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiróz
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissôrò
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário da Mesa vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.º 92/VIII — Criação da freguesia de Gândaras, no concelho de Lousã (PS), que baixou à 4.ª Comissão, 93/VIII — Designação da freguesia de Cavez (PS), que baixou à 4.ª Comissão, 94/VIII — Criação das freguesias de Arroja e Pombais, por desanexação da freguesia de Odivelas, no concelho de Odivelas (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 95/VIII — Iniciativa legislativa popular (PCP), que baixou à 1.ª Comissão, e 96/VIII — Alteração ao regime jurídico das petições dirigidas à Assembleia da República (PCP), que baixou à 1.ª Comissão, e o projecto de resolução n.º 28/VIII — Adopção da Directiva n.º 90/220/CEE, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (PS)

O Sr Presidente — Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados A ordem do dia é preenchida pela interpelação n.º 2/VIII — Sobre o estado da justiça e política de segurança interna (CDS-PP)

Antes de dar a palavra ao Sr Deputado Narana Coissôrò, que vai abrir o debate em representação do CDS-PP, informo os Srs Deputados que, durante a sessão, decorrerão, junto aos serviços de apoio ao Plenário, duas votações uma, sobre duas deliberações relativas ao mandato de dois Deputados, outra, sobre a eleição de um membro para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

A votação terminará cerca de 30 minutos antes do termo dos nossos trabalhos, por forma a poderem ainda ser anunciados os resultados das duas votações

Peço aos Srs Deputados o favor de votarem quando quiserem, mas evitem fazê-lo todos ao mesmo tempo, por forma a que não se crie uma acumulação de votantes, com prejuízo da normalidade dos trabalhos. Portanto, discretamente, um a um, vão votando consoante o que lhes parecer mais razoável.

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente. — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, a minha interpelação é relacionada com o tema que V. Ex.^a já conhece, já que eu o trouxe à colação ontem. Trata-se da promessa, não cumprida pelo Governo — e ainda bem que está presente o Sr. Primeiro-Ministro —, de entrega do PIDDAC regionalizado na passada terça-feira, o que não sucedeu nessa data nem até às 15 horas e 30 minutos de hoje, o que é lamentável, para além de outras peças fundamentais para a Comissão de Economia, Finanças e Plano poder trabalhar.

Sobre o PIDDAC regionalizado, permita-me que lhe diga, Sr Presidente, que é tanto mais premente a entrega quanto é certo que Deputados socialistas — temos um caso que é público — andam já pelas suas terras (Deputados muito laboriosos, mas, porventura, imprudentes) a anunciar — pasme-se! — prendas do Governo para aquela terra, de acordo com verbas específicas inscritas no PIDDAC, como sejam caminhos, estradas, etc., o que é profundamente lamentável.

Aparentemente há Deputados de 1^a, que têm acesso ao PIDDAC regionalizado, e Deputados de 2^a, como nós, que não têm acesso a esse documento. Certamente que não é essa a intenção do Governo, pelo que pedia encarecidamente que o Sr. Presidente tomasse as diligências necessárias para que o PIDDAC nos chegasse rapidamente.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Sr Deputado, o destinatário da sua interpelação é o Governo, que está presente e que já pediu a palavra para responder.

Tem a palavra o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia): — Sr. Presidente, Sr Deputado António Capucho, devo informá-lo que o PIDDAC regionalizado não chegou ainda ao meu Gabinete em versão final, pelo que não pode ter chegado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Assim sendo, o Deputado que andava a distribuir «prendas» é, obviamente, um bruxo, porque não tem qualquer documento oficial sobre essa matéria.

O PIDDAC regionalizado será distribuído amanhã, até às 16 horas.

O Sr António Capucho (PSD). — Peço a palavra, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr António Capucho (PSD) — Para defesa da honra, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, não tenho por hábito mentir nem inventar, só não quis referir o nome do Deputado, por razões óbvias, para não o embarrascar, porque não tive oportunidade de o notificar de que iria fazer esta intervenção, mas é público e notório que pelo menos um Deputado, num concelho próximo de Lisboa, do distrito de Leiria, fez declarações públicas, que estão registadas, anunciando prendas deste Governo, que ele conhecia por estarem inscritas no PIDDAC. De resto, vou distribuir um comunicado sobre o tema.

O Sr. Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. — Sr Presidente, Sr Deputado António Capucho, aquilo que digo é que não foi distribuído pelo meu Gabinete qualquer PIDDAC regionalizado.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Pelo seu Gabinete!

O Orador — Só posso responder pelo meu Gabinete, Sr. Deputado!

Não conheço a versão final, mas ela será distribuída amanhã, às 14 horas.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado, mas espero que se cinja à figura, tal como espero de todos os Srs. Deputados.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, é apenas para dizer duas coisas ao Sr Deputado António Capucho em primeiro lugar, que é possível, a partir dos dados que já foram tornados públicos, extrair conclusões acerca dos investimentos;

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Não é, não!

O Orador — em segundo lugar, que é possível que alguns Deputados do Partido Socialista, sabendo que o Governo costuma honrar os seus compromissos,

Vozes do PSD — Oh!

O Orador: — . estejam já a antecipar-se, divulgando a vontade do Governo de cumprir compromissos claramente assumidos com as populações

Aplausos do PS

O Sr Afonso Candal (PS) — Sr Presidente, peço a palavra também para interpelar a Mesa

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado, mas peço o favor de não inflacionarem o uso desta figura regimental

O Sr Afonso Candal (PS) — Sr Presidente, gostava de saber — e por isso faço este alerta a V Ex.^a ou reforço este alerta, porque, estou certo, não é da sua vontade — se é absolutamente necessário que a estátua do ilustre parlamentar José Estevão, que se encontra no jardim lateral da Assembleia, esteja ladeada por uma antena móvel, que é pura poluição visual, e actualmente também por um WC móvel.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — . . o que não me parece que seja o mais correcto. Estou certo de que não será a vontade do Sr Presidente.

Aproveito também para o informar, porque admito que não saiba, que, no pedestal da estátua, onde estão as letras de bronze cravadas, faltam, pelo menos, oito letras, pelo que peço ao Sr. Presidente para tomar as diligências necessárias no sentido de recuperar a estátua e promover a vigilância das ditas letras

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Sr Deputado, muito obrigado pela advertência.

Como calcula, tenho a maior veneração pela memória de José Estevão, sem precisar de ser de Aveiro para esse efeito

Vou pedir que se tomem providências, porque, de facto, a falta de oito letras é demais, e o resto também é excessivo.

Para introduzir o debate da interpelação n° 2/VIII, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — Sr Presidente, terminada a «mercearia parlamentar», como lhe chamava o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, vamos à interpelação

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados Quando o CDS-PP requereu a presente interpelação ao Governo sobre a justiça e segurança interna, o País acabava de sofrer um sobressalto criado pela mediatisação do espectro da prescrição do procedimento criminal do caso Aquaparque, situação essa que, envolvendo a morte de duas crianças, criou uma impressão traumatizante na opinião pública sobre o estado da justiça em Portugal.

Muito se escreveu, se viu e se ouviu nos órgãos da comunicação social sobre este assunto e sobre a justiça em geral no curto espaço de uma semana Criou-se o «barulho de fundo» sobre um dos sectores axiais do Estado de direito, que é a administração da justiça, sem que, até agora, passados dois meses, nada mais tenha acontecido de concreto, além de um processo disciplinar a um juiz que teria demorado o processo na fase de instrução para além dos limites do razoável

Tentou-se, deste modo, de imediato anestesiar a opinião pública, quando nem sequer o problema da existência de prescrição se encontrava, como ainda não se encontra, definitivamente resolvido

Ocorreu, entretanto, no passado dia 25 de Janeiro, a cerimónia de abertura solene do ano judicial e o teor das intervenções foi arrolar, por parte de ilustríssimos intervenientes — Bastonário da Ordem dos Advogados, Procurador-Geral da República, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e, por inerência, do Conselho Superior da

Magistratura e Presidente da República —, valendo-se cada um dos oradores da sua experiência e saber, as soluções para a chamada crise da justiça, como se a situação fosse nova e inesperada e tivesse irrompido nos últimos meses, obrigando a comunidade político-judiciária a forjar de imediato as respostas adequadas

Talvez pudéssemos colher essa impressão se o ex-Ministro José Vera Jardim, no balanço que fez dos seus quatro anos de actuação como Ministro da Justiça, não tivesse dito o que passo a cítar «A melhoria das condições dos tribunais foi acompanhada de um efectivo acréscimo dos meios humanos, traduzido num aumento do número de magistrados (mais 220 entre 1995 e 1998), bem como de funcionários de justiça (mais de 700 no mesmo período), tanto no que respeita ao alargamento dos quadros como no seu efectivo preenchimento A previsão e a aprovação de bolsas de magistrados para destacamento em tribunais onde se verifique a falta ou impedimentos dos titulares ou vacatura do lugar, medida de grande valia para ocorrer a situações de carência conjuntural, com mais manifesta vantagem para os destinatários da justiça »

Estas palavras são muito semelhantes às proferidas pelo Ministro do PSD, Laborinho Lúcio, que, nesta mesma Assembleia, na interpelação sobre justiça e segurança interna feita pelo CDS-PP, em 27 de Abril de 1995, alguns meses antes de abandonar a pasta, afirmava «O que é facto é que a leitura séria dos números demonstra bem que conseguimos hoje estar a responder melhor do que há 10 anos, com 400 000 processos entrados nos tribunais portugueses Estamos no bom caminho e as reformas estruturais vêm claramente produzindo efeito Temos de ir mais longe no processo penal, não com pequenas alterações, mas através de alterações que tenham efectivamente um sentido coerente com o conjunto da reforma do sistema penal, que, felizmente, tivemos a oportunidade, a coragem e o sucesso de ter introduzido »

Sabemos hoje, Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro e Srs Deputados, qual é o sucesso, com milhares e milhares de processos prescritos sem remédio que tal reforma estrutural de Laborinho Lúcio provocou, com prejuízo manifesto para mulheres de queixosos, criando uma situação de subversão judicial

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador — Mas não podemos esquecer que, a desmentir estas palavras dos ex-Ministros Laborinho Brilhante Lúcio e Vera Jardim, os processos cíveis pendentes passaram de um total de 645 946 para 1062 355. Em 1 de Janeiro de 1995, o número de processos entrados foi de 636 975, o que dá um total de 1 282 921 processos Se descontados 523 324 processos resolvidos nesse ano, tínhamos 759 597 processos pendentes.

O Sr Ministro da Justiça desculpar-me-á se estes números estiverem errados, porque, efectivamente, os grupos parlamentares não possuem os números exactos, na medida em que ainda se encontram em elaboração

Em 1998, o número de processos pendentes, quando o Sr Ministro José Vera Jardim abandonou a pasta, era de 1 173 883 processos, o que significa — e é isso que interessa e não os números — que o problema da justiça em Portugal não se resolve, como não se resolveu nunca, com a criação de novos juízes e tribunais comuns, nem com o recrutamento de novos juízes, que, neste momento, são cerca de 1600 Isto porque, quanto à justiça criminal e à justiça cível,

para não falar de outros tribunais, estamos perante um problema de ordem estrutural e não de meras «detonações» conjunturais para resolver com «aspirinas» pontuais

Por outro lado, ao contrário do que se tem pretendido fazer crer em muitos órgãos de comunicação social, o problema não é de ineficiência dos magistrados judiciais ou do Ministério Público mas toca as próprias raízes do sistema da administração da justiça em Portugal. Por isso mesmo, esta interpelação não é nem pode ser uma interpelação contra os magistrados judiciais, garantes do Estado de direito que queremos fortalecer, nem contra este ou aquele titular do poder judicial, porque não poderemos nunca, neste órgão de soberania que é a Assembleia da República, fulanizar a justiça

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Constitui um truísmo a afirmação de que Portugal é hoje uma sociedade aberta. Nos últimos 30 anos, escreve Filomena Mónica, «com possível exceção de Espanha, nenhum outro país europeu conseguiu liquidar o campesinato e alterar a taxa da fecundidade, mudar os padrões do consumo, diminuir a mortalidade infantil, instaurar o sufrágio universal, transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a pessoa e bens, escolarizar a população, liquidar um império à velocidade a que o fez Portugal. Na economia como nas almas, o país é irreconhecível», citei

Convém sublinhar que esta modernização de Portugal teve efeitos qualitativos que interessam para a administração da justiça. O sector de serviços ocupa actualmente 56%, perto do nível europeu, fornecendo empregos principalmente às mulheres, que representam metade do total. Este factor faz aumentar a aquisição de bens da mais diversa natureza, combinado com a facilidade de crédito e com a legítima aspiração de viver melhor com recurso à aquisição de bens de consumo a pagamento diferido, sempre sujeito ao risco de incumprimento das obrigações assumidas, o que, como em todos os países, é a primeira fonte de litigiosidade.

Entre os anos 60 e 90, os indicadores da publicação «Situação em Portugal», organizada por António Barreto, dava um aumento do nível de litigação de 30 processos findos por 1000 habitantes, em 1960, para 80, em 1994. O número de pendentes, que era de 700 000, cresceu em flecha, atingindo os números que superam 1 milhão, como atrás referi. É a consequência da própria democratização da sociedade, mais organizada, mais formalizada juridicamente e cívicamente ciosa de protecção dos direitos recém-adquiridos.

Por outro lado, esta vertiginosa e espectacular transformação da sociedade portuguesa exigiu necessariamente a adopção de dispositivos para o reconhecimento de direitos reais a par com as liberdades formais. Em face de uma situação em que ao Estado pouco competia, fez-se o galopante percurso, num período de menos de três décadas, para a afirmação da cidadania plena e para alcançar um conjunto de direitos civis, de liberdade, de igualdade, de propriedade, de dignidade de vida, para não falar do «direito à felicidade», de que falava Jefferson na Declaração de Independência da América, hoje consubstanciado no direito ao bem-estar, seguindo-se-lhe os direitos da nova geração — o direito à solidariedade, à paz, ao desenvolvimento, ao ambiente, ao património comum da humanidade

Foram atribuídos ao Estado com força constitucional as incumbências prioritárias que terão de ser traduzidas em políticas sociais com vista à realização de prestações materiais e individuais a que todos têm direito.

Posta a questão de outra maneira, o Estado deve a cada um dos seus membros a supressão de obstáculos para garantir a sua existência. E é aqui que intervém o conceito de risco que é o modo actual das relações com outrem. É o princípio social de identificação e a forma geral da avaliação e da moralidade das condutas.

É nesta concepção que o artigo 20º da Constituição da República Portuguesa torna a garantia de protecção jurídica, incluindo a judiciária, como um autêntico direito social. Escrevem Gomes Canotilho e Vital Moreira, em nota a este artigo: «O direito de acesso ao Direito não é apenas instrumento de defesa de direitos e interesses legítimos. É também elemento integrante do princípio material de igualdade e do próprio princípio democrático, pois este não pode deixar de exigir também a democratização do Direito. O direito de acesso aos tribunais concretiza-se através do direito a uma decisão judicial sem dilacções indevidas. As partes formais num processo judicial têm direito de obter do órgão jurisdicional competente uma decisão dentro dos prazos legais estabelecidos, ou, no caso destes prazos não estarem fixados na lei, de um lapso temporal proporcional e adequado à complexidade do processo.»

Quanto à garantia da via judiciária, segundo os mesmos autores, este direito ao tribunal pressupõe uma obrigação estadual de criação dos tribunais (tribunais suficientes) e de os colocar suficientemente próximos dos cidadãos, uma obrigação dos tribunais de conhecerem em tempo útil as questões que lhes sejam submetidas, uma protecção judicial sem lacunas, não podendo a repartição de competências jurisdicionais pelos vários tipos de tribunais deixar algum espaço sem cobertura. Havemos de convir, Srs Deputados, que os governos de Portugal têm dedicado muito pouca atenção, para não dizer que têm ignorado este preceito constitucional, que é um dos direitos fundamentais do cidadão e o pilar estruturante do Estado de direito democrático e social.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Ao contrário do que a Constituição obriga, a morosidade da justiça tornou-se regra dos nossos tribunais e, apesar de todos os governos terem prometido receituários da mais variada natureza, a chaga mantém-se dolorosa e viva, mostra tendências para agravar e empobrece a qualidade da democracia. Não tendo escapado a esta liturgia dos programas do governo que anunciam novos modos de combate à morosidade, o actual Ministro da Justiça tem-se multiplicado nas últimas semanas para tentar encontrar soluções anunciadas nos *media* antes de chegarem ao Parlamento, como, aliás, é prática corrente do Governo socialista.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Decorridos cerca de 100 dias sobre a posse do actual Governo, é obrigação do CDS-PP, como partido responsável de oposição, interpelar o titular da pasta da justiça sobre o que está realizado, em que pé estão as medidas prometidas, avaliar a sua *performance*, e, da nossa parte, sugerir alguns caminhos que nos parecem recomendáveis.

Sr Presidente. Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs Deputados. Os problemas da justiça não se resolvem de imediato e certamente continuarão a atormentar-nos, passe a expressão, a médio prazo, na melhor das hipóteses. É bom lembrar isso para os analisar com serenidade, ponderação e profundidade e para travar o frenesim da comunicação social.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador: — Quero referir-me aos inquéritos com o seu cortejo de arquivamentos sem intervenção jurisdicional e prescrições ocultas, à lentidão ou arrastamento dos processos judiciais, ao marasmo do sistema prisional, à ineficácia da reinserção social, à inexistência dos institutos substitutivos das penas, ao arcaísmo das formalidades processuais, à dificuldade de notificações a tempo e à inoperância do instituto da contumácia, ao modo de julgamento, aos recursos dilatórios, ao funcionamento dos conselhos superiores e, a montante de tudo isto, à formação e preparação dos magistrados judiciais. Isto no que apenas toca à administração da justiça. Temos de nos debruçar, depois, sobre o modo de cumprimento das penas e sobre a delinquência juvenil, que está a agravar-se em Portugal e está a tomar a forma de carreira de delinquência devido à impunidade. Acresce o sempre adiado problema da prevenção da criminalidade.

A isto se juntam problemas mais fundos que não podem deixar de ser discutidos com larguezas e sem preconceitos doutrinários, como o da legalidade *versus* oportunidade e selecção dos critérios objectivos de prioridade na investigação. Ninguém ignora hoje que as próprias polícias desencorajam os participantes de apresentar as suas denúncias e que mais de 72% dos processos-crime — 72% dos processos-crime, Srs Deputados — são arquivados sem intervenção jurisdicional, para além de existirem comarcas onde 40% são arquivados sem qualquer diligência. O que é isso, Sr. Ministro da Justiça, senão o critério da oportunidade aplicado clandestinamente contra o critério de legalidade?

Para continuar, lembremos a insistente controvérsia do segredo de justiça, a fuga planeada de informação para alguns órgãos de comunicação social como estratégia de acusação ou de defesa, a não participação do advogado durante o inquérito em que o seu constituinte é colocado perante a suspeita da prática de ilícito criminal, com manifesto prejuízo do direito de defesa, a responsabilidade dos magistrados, o combate ao protagonismo mediático, os poderes do juiz face aos oficiais de justiça, a formação profissional e a responsabilidade destes, o modo de gestão financeira e administrativa dos tribunais, os meios técnicos e informáticos postos à sua disposição, o problema da administração e gestão dos tribunais, a própria clarificação dos poderes de intervenção do Ministro da Justiça na política judiciária e a largueza da sua responsabilização perante o Parlamento e a opinião pública. Enfim, tudo o que, como a erupção estrondosa de um vulcão, domina actualmente a agenda política e mediática.

Ainda há divergências sobre o número exacto de inquéritos pendentes, suspensos, prescritos e arquivados — para além daqueles que foram trazidos para o conhecimento dos jornais — e dos processos parados e paralisados. Não se conhecem as razões de bloqueios e disfunções da Polícia Judiciária, do DIAP e do «DIAPÃO», não se sabe o que se passa nas perícias e nas autópsias e desconhece-se o anda-

mento dos processos, pelo que não podemos explicar os múltiplos bloqueios e disfunções no seu andamento normal e perceber as soluções que o Ministro preconiza, além do recurso à estafada metáfora do «abcesso», da «penicilina» e da «extração do dente», quando podemos estar já perante uma «gengivite» aguda a que se seguirá a «piorreia».

O Sr José Magalhães (PS) — Que metáfora elegante!

O Orador — Vale a pena recordar como chegámos aqui. Durante os últimos 15 anos, pretendeu-se a todo o custo ocultar a verdade à opinião pública com o recurso à retórica balofa, em vez de uma análise construtiva que só agora se comece a fazer. Preferiu-se o brilho oratório ao discurso responsável durante os últimos governos do PSD, a casuística à programação de médio e longo prazo e o recurso a soluções imediatistas e de nulo efeito estruturante, como sucedeu na última legislatura, em vez do lançamento de bases para criar um sistema de administração de justiça consentâneo com as novas realidades da sociedade e dos cidadãos. Cultivararam-se querelas estéreis para apontar o dedo sempre «aos outros», chegando o Governo ao ponto de invocar o autogoverno e a independência dos magistrados judiciais e a autonomia do Ministério Público para «sacudir a água do capote». Durante 15 anos e, principalmente, durante toda a década de 90 que há poucos dias findou, o PSD e o PS confundiram os seus problemas com a justiça com a própria justiça.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Deputados. Repito que a problemática da justiça não se esgota na morosidade nem nas pendências dos processos. Estas duas questões são a bandeira daqueles que se satisfazem com a espuma ou a aparência das coisas e até procuram associar a este facto, que, aliás, é comum em todos os países da Europa continental, lamentavelmente, a quebra de confiança nos juízes e a sua independência. Os magistrados têm cumprido dignamente a sua função e quando não o fazem são afastados da carreira. Não lhes podemos estender o dedo acusador. As recentes sondagens têm demonstrado o prestígio de que gozam na opinião pública e assim tem de ser para o fortalecimento do Estado de direito e da democracia.

Muitas das formalidades processuais têm de ser ajustadas à velocidade do nosso tempo, de modo a encurtar o mais possível o tempo judicial que tem um compasso próprio entre a instauração da acção e o caso julgado. Têm de se criar novas formas de julgamento com citação directa e oralidade, instâncias de autoregulação dos conflitos, como no sector desportivo e universitário, tribunais para resolver pequenos crimes económicos e de consumo e instâncias especiais para problemas de seguros e de títulos de crédito e dívidas de pequena monta. É preciso obrigar as partes, em muitos contratos de adesão, a incluir necessariamente a resolução do conflito por arbitragem, em vez de recorrerem aos tribunais, ou criar tribunais de pequena instância ou de paz, qualquer que seja o nome, e reservar os tribunais e os juízes de direito para questões complexas e de valor social e interesse público indiscutível.

E preciso criar uma permanente articulação com o Conselho Superior de Magistratura e com o Ministério Público, criar novos tribunais e tribunais de competência especializada em áreas como a função pública, ambiente e segu-

rança social, proceder à revisão das alçadas, à redução de recursos para o Supremo Tribunal de Justiça e à revisão drástica do recurso ao Tribunal Constitucional. É, ainda, necessário criar regras de intervenção do juiz unipessoal com o registo fidedigno das provas, clarificar o regime de prescrição, reformular a formação ao nível do Centro de Estudos Judiciários, autonomizar o poder funcional dos magistrados, rever o regime do segredo de justiça, o sistema de provas e o seu registo, simplificar o processo executivo, informar e reformular a gestão, mediante a criação do gestor judicial.

O Sr Presidente — Sr Deputado, informo-o que já ultrapassou os 20 minutos de que dispunha neste período de abertura do debate e que, como tal, o tempo que está a utilizar será descontado no tempo do debate propriamente dito.

Assim, agradeço que condense o seu pensamento!

O Orador — Sr Presidente, nestas interpelações, quando se excede o tempo disponível para a fase de abertura, é norma descontar esses minutos nos tempos do debate!

O Sr Presidente — Foi exactamente o que acabei de dizer, Sr Deputado V Ex^a já excedeu o tempo de que dispunha em 5 minutos e pode usar essa faculdade, que é uma prática não consagrada pelo Regimento. De todo o modo, não pode, evidentemente, abusar dela!

Tem a palavra, Sr Deputado

O Orador — Abreviarei, então, Sr Presidente.

Só assim poderemos ter boa justiça, cómoda, expedita e célere. Não se poderá desejar um Estado moderno com justiça antiquada. Isto exige uma nova cultura de cidadania é óbvio que semelhante reforma acarreta investimentos vultuosos ao nível das estruturas, dos agentes e dos meios. O mesmo é dizer que a justiça não pode ser tratada como um parente pobre da governação. É preciso aproveitar a maré e este sentimento generalizado que hoje existe de que as mudanças são inevitáveis e inadiáveis e, para além das medidas cirúrgicas, repensar todo o sistema actual.

Sr Presidente, Srs Deputados Enumeramos aqui as medidas para a Legislatura, que, aliás, não são novas, porque todos os operadores que passaram pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias nos últimos dias as têm enumerado. Mas há alguma coisa que não fica nos discursos, pelo que é preciso que esta Assembleia pondere a execução dessas medidas, em colaboração com o Governo e com a já referida Comissão. É que estas medidas são, digamos assim, o último recurso desta Legislatura.

Queremos chamar a vossa atenção e dizer que não é o problema do «dente», do «acesso» ou da «penicilina» que vai curar o sistema judiciário. Para além do *listing* dos conselheiros jubilados e da costumada cosmética judicial com pouca possibilidade de atalhar um mal que requer mais imaginação do que a tradução para português das leis italianas mal sucedidas, o Sr Ministro da Justiça pode e tem de querer mais. Não é com medidas pontuais como Aspirinas que vai resolver o problema da justiça. Vamos debater amanhã os problemas pontuais, mas gostaríamos que o Sr. Ministro da Justiça, finalmente, definisse claramente um programa de Legislatura e que o enviasse para a Assembleia da República. Isto quanto à interpelação sobre a justiça.

Quanto à segurança interna, Sr Presidente, segue-se a intervenção de um outro colega do meu grupo parlamentar

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para intervir no período de abertura em representação do Governo, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça (António Costa) — Sr Presidente, Srs Deputados Precisamente há três meses apresentei-vos uma nova agenda da justiça, centrada no objectivo estratégico de colocar a justiça ao serviço da cidadania e do desenvolvimento. Por iniciativa do Governo e — pasme-se! — pela primeira vez em 14 governos constitucionais, a justiça foi tema escolhido para debate quando da discussão do Programa do Governo.

O Sr José Magalhães (PS) — É verdade!

O Orador — Esta escolha teve um triplo significado. Desde logo, significou a clara prioridade que o Sr Primeiro-Ministro confere à política de justiça. Em segundo lugar, significou que, logo no momento mais solene de responsabilização política do Governo perante esta Assembleia, este Governo assumiu, como assumirá sempre, todas as suas responsabilidades na definição e na condução da política de justiça. Mas significou, acima de tudo, a determinação do Governo em passarinhos da carpídosa catarse colectiva em torno dos problemas da justiça para a fase da discussão e aplicação das soluções para esses problemas.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Não posso, por isso, deixar de começar por me congratular ao verificar que a prioridade que o Governo atribuiu — e atribui — encontrou correspondência na visibilidade e centralidade que a discussão das soluções para os problemas da justiça finalmente encontrou, junto dos diversos órgãos constitucionais, a começar pela Assembleia da República, mas também dos diferentes órgãos de comunicação social.

É hoje claro que a questão da justiça não respeita exclusiva ou, sequer, predominantemente, aos operadores judiciários, nem se esgota em questões corporativas ou de tensões entre diferentes poderes do Estado. A questão da justiça respeita a toda a sociedade, responsabiliza solidariamente todos os poderes do Estado e está centrada naquele que elegemos para objectivo estratégico da nova agenda da justiça a cidadania e o desenvolvimento.

Sr Presidente, Srs Deputados Já sabemos o que nos une. Partilhamos uma mesma preocupação. Partilhamos, no essencial, o mesmo diagnóstico. Creio mesmo que partilhamos um mesmo objectivo. Mas o que importa saber é se temos um mesmo caminho e se estamos disponíveis para o percorrer em conjunto. O Governo tem um caminho para a justiça, a determinação necessária para o percorrer e a vontade, a vontade sincera, que o possamos percorrer em conjunto.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Qual é o caminho que o Governo vos propõe? Como vos disse há três meses, «a opção de assumir

como objectivo estratégico fundamental colocar a justiça ao serviço da cidadania e do desenvolvimento tem como consequência imediata que a política de justiça tem de se centrar nos cidadãos e nas empresas», desdobrando-se em três áreas prioritárias: combater a morosidade processual, assegurar a igualdade de oportunidades no acesso ao direito e à justiça; simplificar a vida dos cidadãos e das empresas.

Com base no protocolo de acção que assinámos com a Associação Empresarial de Portugal, com a Associação Industrial Portuguesa, com a Câmara dos Solicitadores, com a Confederação do Comércio Português, com a Confederação da Indústria Portuguesa, com a DECO e com a Ordem dos Advogados, como entidades representativas dos utentes dos serviços de registo e notariado, definimos um programa de trabalho que se estenderá até Outubro para a reforma global do sistema. Trata-se de um programa de trabalho que teve já tradução concreta na aprovação do primeiro pacote legislativo que libertou os cidadãos e as empresas da necessidade de celebração de escritura pública em sete contratos em que era obrigatória; libertou os sócios da intervenção de um notário para a alteração dos contratos de sociedade; e, sobretudo, libertou os cidadãos e as empresas de terem de exibir photocópias autenticadas junto dos serviços da Administração Pública, sendo que, de qualquer modo, deixa de ser necessário recorrer exclusivamente aos cartórios notariais para se reconhecer uma photocópia, que passa a poder ser reconhecida, em regime de livre concorrência, por diversas entidades, desde os serviços das juntas de freguesia às estações dos CTT.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — Este primeiro, mas prudente, passo abrange já mais de 1/4 dos actos notariais praticados em 1998, libertando os cidadãos e as empresas de mais de 2 milhões de deslocações aos cartórios notariais.

Aplausos do PS

E do mesmo passo que liberta os cidadãos e as empresas de mais de 2 milhões de deslocações aos cartórios notariais, liberta também os cartórios notariais para servir com maior celeridade os cidadãos e as empresas nos actos que efectivamente carecem da sua intervenção.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, assinámos com a Ordem dos Advogados um protocolo que define os princípios e a metodologia para a generalização do sistema de informação e consulta jurídicas, a melhoria das condições de formação dos advogados estagiários e a reforma global do sistema de apoio judiciário que estará completo até Outubro.

Com base neste protocolo, desde o passado dia 1 de Fevereiro, a Ordem dos Advogados passou a nomear exclusivamente advogados titulados para o patrocínio em quatro tipos de processos onde as garantias de cidadania mais intensamente se colocam: os processos relativos a crimes puníveis com pena de prisão superior a 8 anos, os divórcios litigiosos; os recursos contenciosos e os pedidos de suspensão de eficácia em que o Supremo Tribunal Administrativo julgue em 1ª instância, e os processos

laborais em que esteja em causa o despedimento dos trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — O combate à morosidade processual exige um trabalho rigoroso, metódico e determinado sobre cada uma das diferentes peças do complexo mecanismo de relojoaria que é a justiça. Passo a passo, numa acção de conjunto suportada numa estratégia coerente que passa em primeiro lugar, pela reforma da administração do sistema de justiça; em segundo lugar, pela execução de um programa especial de recuperação e saneamento das pendências acumuladas; em terceiro lugar, pela prossecução do reforço dos meios em instalações, equipamentos e pessoal, em quarto lugar, pelo desenvolvimento de mecanismos de prevenção de litígios e de meios alternativos, extrajudiciais, de composição dos litígios, em quinto lugar, pela simplificação e desburocratização dos mecanismos e dos actos processuais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Por economia de tempo, permitam-me que desenvolva este último passo, passando em rápida revista os demais.

No final deste mês, apresentaremos publicamente os três diplomas essenciais à reforma da administração da justiça; a nova lei orgânica do Ministério; a lei de autonomia administrativa e financeira dos tribunais superiores, e a lei que institui os administradores dos tribunais.

Trata-se de três diplomas fundamentais para dotar o sistema de operacionalidade na gestão dos meios, capacidade de análise prospectiva e de planeamento, condições de auditoria e dotar o Ministério das condições técnicas que lhe permitam efectivar as competências constitucionais de definição e execução das políticas de justiça, institucionalizando, além do mais, a participação permanente dos utentes do sistema de justiça na definição e avaliação das suas políticas.

A Assembleia da República já dispõe, para apreciação, das duas peças fundamentais do programa de recuperação de pendências acumuladas. Refiro-me às medidas que, amanhã mesmo, discutiremos e que permitirão dotar os Conselhos Superiores da Magistratura de condições para corresponderem à carência conjuntural de magistrados, em particular nas comarcas das áreas metropolitanas e nos tribunais de instrução criminal.

Por outro lado, existe um conjunto de incentivos previstos na proposta de lei do Orçamento do Estado para este ano, para que as partes ponham termo, até final deste ano, aos processos cíveis pendentes, seja por acordo, por compromisso arbitral, por confissão ou desistência, o que discutiremos em breve, aquando da discussão do Orçamento do Estado.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Também já dispõe a Assembleia da primeira proposta de PIDDAC desta Legislatura, onde poderá verificar que às 19 obras de novos palácios da justiça que estão em curso — sete das quais estarão concluídas este ano —, se juntam já 12 novos projectos, dos quais destaca, pela sua importância, os novos palácios da justiça de Coimbra, de Viseu e de Ponta Delgada, os novos tribunais criminais de Lisboa e do Porto e os novos palácios

de Almada e da Amadora, sendo que, neste último caso, será também acomodada, em instalações provisórias cedidas pelo município, até 15 de Setembro deste ano, a comarca da Amadora, por forma a descongestionar de imediato a já muito pressionada comarca de Lisboa.

Também no PIDDAC poderão constatar o importante crescimento das verbas destinadas à informatização dos tribunais, que viabilizarão o objectivo já anunciado pelo Governo da conclusão, até final de 2001, da instalação integral da rede informática dos tribunais.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Assim como poderão encontrar no Orçamento do Estado as verbas necessárias para o preenchimento das 1000 vagas existentes nos quadros dos oficiais de justiça, que já têm concurso aberto, entrarão em formação no próximo dia 1 de Março e estarão ao serviço no próximo dia 15 de Setembro. Nessa data, aliás, entrarão também ao serviço o segundo grupo de assessores dos tribunais, que será ainda este ano formado no Centro de Estudos Judiciários, de modo a que também este quadro fique completo até ao próximo dia 15 de Setembro.

Pela primeira vez, em muitos anos, vai ser possível abrir o novo ano judicial com os quadros completos!

Aplausos do PS

Por fim, em conjunto com o Sr. Secretário de Estado para a Defesa do Consumidor, temos em vias de conclusão um conjunto de medidas que visam a prevenção de litígios emergentes do contrato de seguro e da concessão de crédito bancário, que têm tido, como todos bem sabemos, um peso muito significativo nos litígios tramitados nos tribunais portugueses.

Do mesmo modo, no próximo dia 31 de Março, abriremos um debate nacional sobre os limites e o papel do Estado na promoção dos meios de conciliação, mediação e arbitragem, sem prejuízo de, desde já, estarem em curso trabalhos necessários, por exemplo, à constituição de um sistema nacional de satisfação extrajudicial de danos materiais emergentes de acidentes de viação ou a de resolução de conflitos resultantes de direitos de propriedade industrial.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados Como dizia o poeta, «o caminho faz-se, caminhando» e o Governo percorre, passo a passo, o caminho que vos propõe percorrermos em conjunto.

Detenhamo-nos, então, um pouco mais sobre a simplificação e desburocratização dos mecanismos e actos processuais.

Como tenho afirmado e resulta do Programa do Governo, após o extenso trabalho de reforma legislativa empreendido na última legislatura, sob a direcção do Sr. Deputado José Vera Jardim, que abrangeu quase todo o tipo de processos, entendo que não é prioridade, nesta Legislatura, a multiplicação de iniciativas legislativas sobre as leis de processo.

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Também acho!

O Orador. — A ordem jurídica precisa de estabilidade. Os diferentes operadores ainda precisam de extraír das alterações introduzidas todas as suas potencialidades e estas alterações devem ser serenamente avaliadas nos seus resultados.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — A intervenção legislativa deve ser, assim, selectiva no objecto, programada no tempo, precisa quanto aos objectivos, ensaiada sempre que possível e ponderada nas exigências de meios que lhe assegurem exequibilidade.

Proponho-vos, assim, uma estratégia legislativa em matéria processual com três horizontes de longo, médio e curto prazos.

A longo prazo, que excederá, naturalmente, esta Legislatura, importa pensar, com rasgo, num trabalho de fôlego, num novo paradigma processual, adaptado às exigências de um novo século e construído com base no arsenal tecnológico que hoje temos ao nosso dispor.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — O Governo encomendou a elaboração de um documento-guia para este debate de fundo, do qual desejamos que possam resultar as bases de um novo processo, que, além do mais, balizem intervenções intercalares que se apresentem necessárias no domínio dos recursos e da acção executiva.

A médio prazo, impõe-se aprovar e implementar a reforma do contencioso administrativo, cujo debate público ontem se iniciou, rever o regime geral das contraprocedimentos e uma revisão do regime de recursos e da acção executiva no processo civil.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Importa, por outro lado, no médio prazo ainda, proceder à avaliação das inovações introduzidos em sede de processo penal, visando a sua maior celeridade, nomeadamente avaliar o processo abreviado, os mecanismos de suspensão provisória do processo, ou os que permitem o julgamento em tribunal singular, ou em processo sumário, cujos resultados ainda são insuficientes, impondo-se esclarecer se tal deriva de defeito da lei ou do uso que lhe tem sido dado.

Neste sentido, no conjunto de trabalhos de investigação objecto da renovação do contrato com o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, solicitámos que fosse dada prioridade a esta avaliação.

Se há área em que a administração da justiça, em tempo útil, é prioritária é a do processo penal. Vele estão, necessária e simultaneamente, envolvidos os mais valiosos bens jurídicos da colectividade, os direitos das vítimas e a liberdade dos arguidos.

Por isso, daremos prioridade, já no curto prazo, à aprovação da nova lei orgânica da investigação criminal, que contribuirá para uma melhor coordenação de todas as entidades envolvidas, uma maior operacionalização da investigação, permitindo, por um lado, a especialização da Polícia Judiciária na investigação da criminalidade mais complexa e, por outro lado, a valorização das capacidades de investigação criminal da PSP e da GNR para os crimes que implicam uma polícia de proximidade.

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador: — Há, hoje, um amplo consenso na sociedade portuguesa e entre todos operadores judiciários sobre não só a possibilidade mas, sobretudo, sobre a necessida-

de de adoptar medidas que permitam uma simplificação imediata de vários actos processuais

Ainda na recente sessão solene de abertura do novo ano judicial, todos os intervenientes — e quando digo «todos» incluo Sua Exceléncia o Sr Presidente da República — apresentaram um vasto e rico conjunto de ideias e propostas concretas visando o combate à morosidade processual.

Gostaria de vos poder anunciar que ser-me-á muito em breve entregue pelo Professor Boaventura Sousa Santos um documento de síntese listando o conjunto dos principais pontos de bloqueio do sistema que foram já identificados pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa ao longo dos trabalhos que tem vindo a desenvolver sobre o sistema judiciário português. Este documento constituirá, para o Governo, a base de uma verdadeira *check list* das alterações legislativas necessárias a uma maior celeridade processual no curto e médio prazos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Estaremos, assim, em condições de, muito brevemente, procedermos à necessária auscultação formal dos diferentes operadores judiciários da sociedade portuguesa e das oposições quanto à simplificação de diversos actos, desde a citação à sentença

Por exemplo: pode a citação prescindir do aviso de recepção? Pode considerar-se efectuada no domicílio constante de contrato, se estiver em causa uma relação contratual? Ou o domicílio constante do arquivo de identificação, nos demais casos? O Governo responde «sim» a estas perguntas. Gostaria de conhecer as respostas dos Srs. Deputados

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador. — Assim que os tribunais sede dos círculos judiciais estiverem equipados com sistema de videoconferência podem as deprecadas ser substituídas por esta forma de inquirição das testemunhas durante a própria audiência? O Governo responde «sim» a esta pergunta. Gostaria de conhecer as respostas dos Srs. Deputados

Mas, como disse o Sr. Deputado Narana Coissoró, não basta a simplificação, importa termos presente que a questão da morosidade não se esgota na necessidade de simplificar os actos processuais. Passa, designadamente, pela necessidade de enfrentarmos essa chaga que constituem os adiamentos, os sucessivos adiamentos, sejam os que resultam de faltas de quem tem o dever de comparecer, sejam os que resultam de indisponibilidade do tribunal.

Temos, sobretudo, de atender aos direitos da testemunha, o cidadão que cumpre o seu dever, desinteressado, de comparecer a colaborar com a justiça, e que tem direito a não ser sucessivamente obrigado, sob威脅ionamento de multa, a deslocar-se a diligências sucessivamente adiadas.

Pergunto: será que, por exemplo, não devemos reconhecer o direito à testemunha presente de exigir que fique desde logo registado o seu depoimento, independentemente do adiamento da audiência? Também aqui o Governo responde «sim» a esta pergunta e, também sobre isto, gostaria de conhecer as respostas dos Srs. Deputados

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs Deputados Em síntese, este é o caminho que o Governo propõe e que está a percorrer

É um caminho assente na simplificação, na tecnologia; num modelo de gestão, na avaliação do sistema e na responsabilidade de todos

É um caminho para percorrer com a humildade necessária para saber ouvir, acolher e aplaudir as boas ideias das oposições, dos operadores judiciais, da sociedade

É um caminho que só não transige na determinação de alcançar o objectivo de colocar a justiça ao serviço da cidadania e do desenvolvimento

Aplausos do PS

O Sr Presidente: — O tempo que o Sr. Ministro da Justiça gastou a mais, tal como sucedeu com o Sr. Deputado Narana Coissoró, será descontado no tempo do debate propriamente dito

Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Narana Coissoró o Sr. Deputado José Magalhães e ao Sr. Ministro da Justiça os Srs Deputados Francisco Louçã, Jorge Neto, António Filipe, Narana Coissoró, Fernando Pésinho, António Montalvão Machado, Odete Santos e Basílio Horta, após tomada em conta a necessidade de alternância

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró, tenho o privilégio de ser o único Deputado a fazer-lhe uma pergunta e vou exercê-lo com apreço. É que julgo, Sr Presidente, Srs Membros do Governo e Srs. Deputados, que esta interpelação, que se insere numa cadeia de eventos que estamos a organizar na Assembleia da República — um conjunto de audições, de discussões, de contactos com os operados do sector e de debates com o Governo, passando também pelo debate da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2000 —, é um momento importante em que os partidos exprimem as suas alternativas e em que as bancadas trocam impressões. Teremos toda a ocasião de aprofundar esse debate, mas, agora, gostaria de saudar duas características do discurso que nos trouxe

Em primeiro lugar, noto que adoptou um programa humanista, despojado de qualquer traço securitário — e, no passado, isso dividiu-nos, devido a propostas sobre a abolição da liberdade condicional ou sobre a supressão da prisão preventiva ou elementos dessa natureza. Essa barreira não existe e isso é positivo

Em segundo lugar, surge-nos com uma postura em que não se arvora — e sugere que ninguém se arvore, o que acho sensato — em curandeiro, sugerindo que há soluções miraculosas que instantaneamente podem mudar a face da justiça. Essa não seria uma postura honesta e é positivo que seja assumida uma postura que não engendre ilusões, que só frustrariam os cidadãos e só gerariam a expectativa de algo que ninguém pode — bem gostaríamos que pudesse! — realizar

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Mas julgo que há um outro aspecto muito importante neste debate — se ele continuar assim e julgo que continuará —, que é a preocupação de destrinça entre situações, como, aliás, o Sr. Ministro fez e, em certa

medida, V Ex.^a também Destrinça entre o curíssimo prazo, o longo prazo e os compromissos que têm de ser concretos em relação a cada uma das fases e uma distinção entre os efeitos e as causas Numa sociedade como a nossa, complexa, temos de tratar das causas E as causas estão na crise dos meios urbanos, na internacionalização, na globalização, no desenraizamento social, na crise da própria família, em certos casos, que tornam impossíveis certos controlos, que, no passado, funcionavam e, hoje, não funcionam Não se pode pedir aos tribunais tudo, nós temos de tratar das causas fundamentais Donde, a política social do Governo; donde, as políticas de reinserção que propomos e estamos a aplicar

Depois, é preciso distinguir o complexo e o simples, e julgo que V Ex.^a procurou fazê-lo

Não lhe peço exactidão. Porém, houve no seu discurso frases de grande vagueza É preciso rever o sistema de prescrições — disse Em que sentido? — pergunto. É preciso rever o segredo de justiça — disse Em que sentido? — pergunto Não era V Ex.^a obrigado a dizê-lo de imediato, pode dizê-lo agora, se entender Mas é preciso destrinçar e, nesse sentido, gostava que V. Ex.^a não deixasse de assumir dois pontos cruciais para nós Primeiro, é preciso ter a coragem de dizer que certas causas não podem ser tratadas pelos tribunais — não podem! Julgo que V Ex.^a notou, mas gostava de ouvi-lo melhor É preciso assumir, por exemplo, que há toxicodependentes a mais nas prisões e que eles deveriam estar seguramente a cargo do sistema de saúde, essa, sim, a sede própria para tratar do problema social de que eles são expressão, com boas consequências na eliminação da criminalidade

Por outro lado, o Sr. Ministro insistiu agora, mais uma vez — e julgo que muito bem —, na importância de novos métodos de acção, novos métodos de gestão, e deixou no ar algumas perguntas. V Ex.^a não podia prevê-las, mas está agora contra-interpelado por essas questões, porque são essenciais.

A saber, está o CDS-PP disponível para simplificar nós de bloqueamento, traduzidos, por exemplo, na questão das citações, ou não? Nós estamos V Ex.^a estão? Se estivessem, era excelente e, se houvesse consenso na Câmara para esse efeito, era perfeito, porque poderíamos adoptar isso a curíssimo prazo, como é deseável

Está V Ex.^a de acordo em acabar com os métodos tradicionais de fazer deprecadas? Tive o prazer de, com o Sr. Ministro da Justiça, fazer uma videoconferência judicial histórica, pelos vistos Estamos no ano 2000, é um acto histórico! Não acha V Ex.^a que é preciso muito mais disso e que isso é decisivo para melhorar a qualidade?

O Sr Presidente: — Faça favor de terminar, Sr Deputado

O Orador. — Certamente, Sr Presidente

Por último, está V Ex.^a de acordo em aderir a medidas radicais, no sentido de irem à raiz dos adiamentos e acabarem com essa vergonha nacional, instituindo um sistema de funcionamento normal e organizado dos tribunais em Portugal?

Se V. Ex.^a estiver de acordo com estas medidas, isso é bem mais útil do que fazer propostas irresponsáveis de abrir revisões constitucionais, sem saber para quê e com proposta nenhuma, como assistimos por parte de outra bancada que não é para aqui chamada

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado José Magalhães, V Ex.^a conhece perfeitamente a minha postura e a do CDS sobre os problemas da administração da justiça

Lembro-me que fui eu que abri o debate da última interpelação do consulado de Laborinho Lúcio, em 27 de Abril de 1995, alguns meses antes das eleições legislativas de 1995. Aí, marcámos uma posição clara sobre os governos do PSD Vale a pena ler hoje o debate desta interpelação, em que V Ex.^a também interveio, assim como o Ministro da Justiça de então. Dr Laborinho Lúcio, os Srs Deputados Adriano Moreira, Alberto Costa, José Vera Jardim e outros. Enfim, tratou-se de uma espécie de levantamento geral do estado da justiça, com que o PSD se despedia da bancada do Governo Ora, a nossa postura sobre a administração da justiça e, em particular, a minha, porque, nessa altura, fui eu que conduzi a interpelação, continua a ser a mesma

Só que, infelizmente, decorridos cinco anos de legislatura socialista, verifiquei, depois de ter estado a ler, nos últimos três dias, além do meu, os discursos proferidos nessa interpelação pelos Deputados José Vera Jardim, Alberto Costa e José Magalhães, então Deputados da oposição, que eles, hoje, se transformaram completamente E transformaram-se no sentido de dizer que, nestes cinco anos, muito se modificou ou, então, que os últimos cinco anos resolveram muitos problemas O que significa que VV Ex.^a estão possuídos de uma «partidarite amnésica».

É que os problemas, como V Ex.^a reconheceu hoje — e estamos a reconhecer na 1^a Comissão, onde estamos a ouvir afanosamente todos os operadores judiciais —, continuam exactamente os mesmos

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Quer dizer, passados cinco anos de legislatura socialista, os problemas estão tal como nós os colocávamos e como VV Ex.^a, enquanto Deputados da oposição, os colocavam, em 27 de Abril de 1995.

E ao actual Ministro da Justiça, que, devo reconhecê-lo, tem feito nestes 100 dias de funções no cargo, um enorme esforço para contactar e ouvir pessoas, fazer diligências e procurar resolver os problemas, em vez de se mostrar auto-suficiente e de fazer grandes discursos de Estado, ao Sr Ministro, dizia, queremos ajudá-lo. É que o problema da administração da justiça é um problema da democracia, não é um problema só deste ou daquele partido E nós, CDS-PP, como partido conservador e democrático, queremos ser, como sempre fomos, um partido da boa administração da justiça e, acima de tudo, daqueles que fazem a justiça Jamais ouvirá de qualquer Deputado ou dirigente deste partido ofensas ou injúrias a qualquer entidade da administração da justiça, seja ela judicial ou do Ministério Público O que teremos de dizer, diremos aqui

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr José Magalhães (PS) — E as perguntas?

O Orador — V Ex.^a quer que responda às perguntas? Respondo

O Sr Presidente. — Agradeço que abrevie, pois já ultrapassou o dobro do tempo de que dispunha, Sr Deputado

O Orador — Como advogado, digo-lhe, desde já, que, sobre o chamado domicílio judicial, de que o Sr Presidente da República falou, tenho um pequeno problema, que não sei como pode ser resolvido, que é este. Eu, como autor, posso dar um domicílio errado do réu de propósito e o escrivão do processo faz a citação ao domicílio errado dado pelo autor. E, efectivamente, dá, porque o autor tem vários domicílios à escolha. O nosso Código Civil admite como residência várias residências e o autor — malandro! — pode escolher a residência onde menos vezes está o réu. E se este for o domicílio judiciário, estamos perdidos. Ai, é preciso ter cautela!

O Sr Presidente. — Sr Deputado, peço desculpa, mas não há privilégios para nenhum Sr Deputado

O Orador: — Vou terminar de forma telegráfica, Sr Presidente

Quanto às deprecadas, de acordo

Quanto aos adiamentos, de acordo, desde que haja um gestor judicial a calendarizar toda a programação do tribunal. Não vale a pena ir lá para ouvir dizer que o juiz faltou para fazer o julgamento

Quanto aos meios judiciais

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço desculpa, mas tem de terminar. É talvez oportuno lembrar aos Srs. Deputados algo que tem sido, muitas vezes, esquecido. Agora, penso que tenho clima para ser um pouco mais rigoroso, porque os Srs. Deputados estão a ajudar-me a sê-lo. Não sei se sabem que o tempo regimental de cada pedido de esclarecimento é rigorosamente de 3 minutos e o de cada interpelação de 2 e não de 3 minutos, como tem sido a prática. Vamos ver se nos reconduzimos ao respeito rigoroso destas regras, para o que, neste momento, estou a ser ajudado por alguns amigos Deputados

Para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro da Justiça, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, a vida de ministro tem certamente algumas agruras, que delas saberá que não eu, mas tem também algumas compensações e, provavelmente, esta interpelação amável é uma delas, porque nos é dito que devemos desviar-nos do ruído de fundo, do frenesim, que «o povo é sereno», como, de facto, é

Por isso, aproveitou, como seria de esperar, para se colocar na posição de dizer que, do ponto de vista do Ministério, sim senhor, há urgência — e, amanhã, vamos discutir argumentos a favor da urgência — e até chegou ao ponto de nos interpelar, com a delicadeza institucional que o caracteriza, num regime de teste americano, para nos pedir respostas a sucessivas perguntas que aqui nos deixou

Quero relevar esse desafio e colocar-lhe uma questão que diz respeito a um dos aspectos sobre celeridade processual. Não a vou hierarquizar pela sua importância, embora creia que tem muita e que é um sinal muito importante. Mas, entre todas as funções das práticas judiciárias, isto é, criação de direito, resolução de conflitos e controlo social, existe uma quarta que é administração e que, no caso do processo cível, por exemplo, leva os tribunais a exercerem múltiplas funções, de administração, de

certificação e até de notariado, que é o que acontece com o drama dos divórcios. Este é um dos casos em que, em muitas circunstâncias, a conflitualidade é mantida por uma lei a que se poderia atribuir alguma má fé, porque impõe uma morosidade calculada nestes processos e, portanto, a multiplicação de actos processuais poderia ser diferente se fosse diferente o conceito social e o conceito do âmbito da intervenção jurídica, neste caso

Quero, pois, perguntar-lhe se, a este respeito, está o Governo disposto a acompanhar uma reformulação da lei, que simplifique, normalize e deixe aos cidadãos a responsabilidade maior nesse campo, aliviando os tribunais e, sobretudo, colocando as decisões de consciência onde elas devem estar

O Sr Presidente — Srs Deputados, fui informado de que o Sr Ministro responderá a grupos de quatro pedidos de esclarecimento. Lembro, em todo o caso, ao Sr. Ministro que, por mais pedidos de esclarecimento que acumule, a resposta não poderá ir além de um período de 5 minutos

O Sr. Ministro da Justiça — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr. Ministro da Justiça — Sr Presidente, peço a palavra só para dar uma explicação a V Ex^a e à Câmara

Tinha, naturalmente, o maior gosto em responder, uma a uma, às questões que me são colocadas, mas, como o Sr Presidente sabe, houve um problema na repartição dos tempos, quer na bancada do CDS-PP, quer na do Governo, e eu não gostaria de consumir mais tempo, que deve ser reservado para o meu colega, o Ministro da Administração Interna

O Sr Presidente — É uma boa razão, Sr Ministro. De qualquer modo, o problema que houve decorre de uma exigência regimental

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Neto

O Sr Jorge Neto (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, ouvi-o atentamente e deixe-me dizer-lhe que V Ex^a me desiludiu

Protestos do PS

V Ex^a tem uma voz tonitruante, mas, tal como no domínio da justiça, nem sempre a qualidade da forma corresponde à qualidade do conteúdo e, apesar do impacto da sua voz, manda a verdade dizer que a qualidade intrínseca do conteúdo do seu discurso deixa muito a desejar. Desde logo, por uma coisa comezinha, que desde já lanço à discussão era suposto V Ex^a vir cá hoje para discutir o estado da justiça e o que V Ex^a aqui fez não foi isso.

O Sr. José Magalhães (PS) — Não?

O Orador — foi represtinar o Programa do Governo, que V Ex^a deveria ter preparado *in illo tempore*, há três meses atrás, e não preparou. O que V Ex^a aqui fez foi o enunciado genérico e, direi mais, fastidioso, *aliquando*, de um programa do Governo que devia ter sido preparado há três meses e não agora

Quanto ao estado da justiça, V. Ex.^a disse nada!

Sr Ministro, o estado da justiça não é mau, é péssimo, e para combater o estado da justiça, o *status quo* da justiça, são necessárias medidas que em tempos apontei como medidas revolucionárias. Mas, nesta sede, o Sr Ministro nada disse, designadamente, quanto ao combate à morosidade.

Vamos privilegiar, porque o tempo não abunda, esta questão da morosidade da justiça, que é uma questão controversa e que não é de agora. De facto, este problema já vem de trás, já vem de longe e, aliás, também não é apanágio exclusivo deste país, porque em todos os azimutes do planeta se verifica e se debate ainda hoje em dia a questão da morosidade da justiça.

V Ex.^a elencou duas ou três medidas concretas para debelar ou mitigar a morosidade da justiça. Desde logo, uma delas é a proposta de lei atinente ao regime de afectação excepcional de magistrados jubilados. V. Ex.^a permitir-me-á que lhe diga, frontalmente, que este regime, ou esta proposta de lei, é um logro. E dentro de três anos, estaremos aqui a discutir, novamente, o seu fracasso rotundo, porque não passa pela cabeça de ninguém — e o Sr Ministro, que palmilhou, tal como eu, os caminhos da justiça, sabe que é perfeitamente impensável — recrutar, no seio dos magistrados jubilados, alguém que esteja predisposto e capaz de exercer tais funções, submetendo-se ao crivo e à revisão das suas próprias decisões por magistrados de carreira que não têm, obviamente, a sua actividade. Isto é absolutamente impensável e insistir *ad nauseam* nessa possibilidade é, de facto, criar uma quimera sem qualquer hipótese de aplicação concreta.

Quanto aos licenciados em Direito, naturalmente, é sabido que não será possível equacionar a possibilidade de, no mercado, recrutar profissionais juristas qualificados e de mérito para exercerem funções num período limitado de três anos.

Esta proposta de lei, Sr Ministro, deixe-me dizer-lhe, representa um trabalho de casa mal feito, porque é um plágio, *grosso modo*, de um diploma italiano relativo ao *giudice onorário aggregati*, mas esqueceu-se de uma coisa importantíssima: é fundamental que esta medida pontual e excepcional tenha alguma sequência no tempo. Não é possível imaginar que um jurista seja contratado por um período de três anos e que ao fim desse tempo seja, pura e simplesmente, colocado novamente no desemprego. É preciso criar uma saída profissional a jusante, para que o recrutamento destes profissionais de Direito possa ter, efectivamente, alguma viabilidade concreta.

O Sr Presidente — Sr Deputado, agradeço que termine

O Orador — E este diploma, esta proposta de lei, não prevê qualquer saída profissional e, necessariamente, daqui a uns anos estaremos aqui, novamente, a discutir o rotundo falhanço desta medida legislativa excepcional.

Por último, gostaria que o Sr Ministro me esclarecesse o que pretende introduzir em sede de modificações legislativas processuais, porque é, efectivamente, hoje aceite pela comunidade jurídica portuguesa que um dos escândalos endémicos da nossa justiça

O Sr Presidente — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador. — ... e da sua morosidade é a prevalência da forma sobre o fundo. Ora, como o Sr Ministro diz que ainda é cedo para introduzir medidas neste domínio, pergunto-lhe .

O Sr Presidente — Sr Deputado, agradeço que termine

O Orador — se não admite que, pontualmente, se possam introduzir algumas medidas concretas, com vista a debelar este mal, que é, de facto, é um mal endémico da justiça

O Sr. Presidente — Sr Deputado, tem de terminar, porque já ultrapassou em muito o tempo regimental

O Orador — Sr Presidente, para terminar

O Sr. Presidente — Sr Deputado Jorge Neto, peço desculpa mas não pode prosseguir. Tem de haver igualdade de tratamento entre os Srs Deputados e o Sr Deputado já utilizou no seu pedido de esclarecimento 4 minutos e 40 segundos

O Sr José Magalhães (PS) — Já terminou!

O Sr Presidente — Peço desculpa, Sr. Deputado, e peço-lhe que não me leve a mal por lhe retirar a palavra

O Orador. — Não levo a mal, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tenho o maior apreço por si, Sr Deputado

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr. António Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, V Ex.^a fará a justiça de reconhecer que o PCP não acordou agora para os problemas da justiça. Aliás, lembrar-se-á que, ainda na última legislatura, uma das interpelações ao Governo — creio que foi, porventura, a última que tivemos oportunidade de fazer, mas se não foi a última, foi uma das últimas — foi precisamente sobre os problemas que já, então, se avolumavam relativamente à área da justiça

O Sr José Magalhães (PS) — Ainda o fizeram na semana passada!

O Orador — Também fará a justiça de reconhecer — aliás, fê-la no debate da semana passada — que o PCP tem apresentado iniciativas legislativas pertinentes sobre esta matéria, de que é exemplo o projecto de lei sobre a criação de julgados de paz. O Sr Ministro, até relevou este projecto de lei no debate que, por nossa iniciativa, se realizou aqui na semana antepassada,

O Sr José Magalhães (PS). — Exactamente!

O Orador — dando, inclusive, conta da intenção, meritória, de o Governo de participar no processo legislativo relativo a estas iniciativas legislativas

Ouve com particular atenção a intervenção do Sr Ministro, uma atenção até muito particular, porque tive oportunidade de a ir segundo, através do despacho da Agência Lusa, à medida que a ia fazendo

Risos do PCP

O Sr. Ministro da Justiça — Uma justiça do tipo *on line*!

O Orador. — Hoje, com esta intervenção, o Sr Ministro fez-me lembrar uma personagem de banda desenhada, aquela que é mais rápida do que a própria sombra, ou seja, a sua intervenção foi como o Lucky Luke.

Risos do PCP

O Sr. Ministro ainda estava a fazer a intervenção e ela já estava na mão dos Deputados dos partidos da oposição, por via da Agência Lusa

O Sr José Magalhães (PS) — Espantoso!

O Orador — E verifiquei que a intervenção não está, de facto, transcrita na íntegra, porque o Sr Ministro veio para aqui fazer algumas perguntas, que, se estivessem no texto e já com espaço para as respostas, poderíamos devolver-lhe a intervenção já com as respostas dadas nos sítios certos

Risos do PCP.

O Sr José Magalhães (PS) — Mas nós não temos aqui cópias!

O Orador: — Mas, Sr. Ministro, tudo isto para dizer que o problema fundamental da justiça não é equacionável apenas ou sobretudo pelas intervenções que o Ministro da Justiça tem feito aqui, na Assembleia da República, embora isto seja muito importante, porquanto temos tido, ao longo dos últimos anos, exemplos de eloquentes intervenções de ministros da Justiça acerca da firmeza e da determinação com que estão a encarar os problemas e como os vão resolver

O problema é que sempre que cada ministro cessa funções verificamos que as situações não melhoraram e que, de facto, não se encontraram respostas para os tão graves problemas que afectam a justiça, como sejam os da inacessibilidade dos cidadãos de menores recursos à justiça, os da morosidade geral com que o sistema funciona, a situação de crise que é por todos reconhecida. De facto, apesar de todos os belíssimos discursos feitos nesta Assembleia, ainda não conseguimos encontrar, da parte dos governos, soluções reais para resolver os problemas de fundo com que a justiça se confronta

Até agora o que o Sr Ministro aqui nos trouxe — vou abreviar — foi uma proposta de lei, que discutiremos amanhã, mas que é reconnidamente uma solução de recurso, uma solução de emergência absoluta e não uma solução estrutural. Porém, o Sr Ministro já nos fala do PIDDAC que vai apresentar,

O Sr. José Magalhães (PS) — Está apresentado!

O Orador — . com exemplos que são particularmente elucidativos, e com isto termo! O Sr Ministro traz-nos um exemplo espantoso, o do tribunal da Amadora, que agora aparece no PIDDAC. Simplesmente, Sr Ministro, ele já aparecia há quatro anos..

O Sr. José Magalhães (PS) — E há-de aparecer até se acabar!

O Orador: — e lembro-me, perfeitamente, que na discussão do primeiro Orçamento do Estado da legislatura anterior colocámos essa questão e que, na altura, o Sr. Ministro da Justiça nos disse que era uma primeira prioridade, uma prioridade absoluta do Governo construir o palácio da justiça da Amadora. Por que é que o Sr Ministro agora no diz que é uma solução provisória?

O Sr José Magalhães (PS) — Não é, foi uma solução provisória!

O Orador — Não sei se o Sr. Ministro já viu a solução provisória, mas, se não a viu, aconselho-o avê-la, porque a solução provisória é um barracão que fica junto a um apeadeiro desactivado da CP, na Damaia

Risos do PCP

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador. — Terminei de imediato, Sr. Presidente

Na Amadora, até se diz que, enquanto as outras cidades têm um palácio da justiça, a Amadora tem uma barraça da justiça

Risos do PCP

Sr Ministro, terá de arranjar outros exemplos, porque este dá uma imagem da política do seu Governo, no seu pior

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, o meu pedido de esclarecimento é sobre a gestão administrativa e financeira

Quanto à gestão administrativa, gostaria de saber se o Sr Ministro pensa dar aos juízes o poder disciplinar sobre os oficiais de justiça, dentro do tribunal, porque, efectivamente, tenho assistido a cenas lamentáveis dos oficiais de justiça, que, pelo facto de não estarem subordinados ao juízes, os tratam de uma maneira grosseira. Estas situações até podem ser exceções, mas mostram que é absolutamente necessário os juízes disporem do poder de dirigir não só o processo mas também o tribunal e o pessoal, principalmente nas audiências de julgamento e no que toca ao seu múnus

Em relação à gestão financeira, gostaria que me dissesse o que entende por gestão financeira dos tribunais, se quer dar, efectivamente, ao Conselho Superior da Magistratura poderes de autonomia financeira, isto é, sobre equipamentos financeiros, sobre os locais onde vão ser colocados os tribunais e sobre a gestão dos tribunais. Gostaria que ficasse bem esclarecido o que entende por poderes financeiros, para não existirem dúvidas.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder aos quatro pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, se me permitem, começo por responder ao Sr Deputado Jorge Neto, além do mais porque confirmou algo que eu tinha dito

Das duas vezes que vim à Assembleia, V Ex^a teve a oportunidade de me fazer diversos elogios, em relação aos quais eu disse: «Não faça, porque se arrepende e, brevemente, está a dizer que o desiludi!» Cá está! Como eu disse, já o desiludi! Era inevitável!

Aplausos do PS.

E desiludi-o ainda mais, porque acolhi uma proposta do programa eleitoral do PSD

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Não! Não!

O Orador — Se houve algo que eu disse na Comissão, e que V Ex.^a ouviu, e que também disse aqui aquando do debate do Programa do Governo, sobre as diversas medidas para responder conjunturalmente à carência de magistrados, é que havia umas que, no meu entender, eram mais eficazes e outras menos eficazes. Mas eu disse mais: Eu disse que, no estado em que as coisas se encontram neste momento, de carência conjuntural de magistrados, que ninguém tem o direito de atirar para o caixote do lixo qualquer iniciativa, só porque vem de um partido da oposição, ainda que acredite menos nela.

Vozes do PS — Claro!

O Orador — Foi com total humildade que disse isto

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador: — Se o seu partido, o PSD, me pedir para retirar uma proposta, tal como o fiz, do programa eleitoral do seu partido, assim o farei.

O Sr José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador — Agora, não creio que o devam fazer, sobretudo porque convém ver o que está escrito na proposta de lei e não aquilo que têm ouvido e lido sobre o que lá está escrito. Amanhã discutí-la-emos, mas, já agora, não quero deixar de dizer que, na proposta de lei, não se diz que os magistrados jubilados têm de ir para os tribunais de 1.^a instância.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — A única coisa que se diz é que, do conjunto daqueles três mecanismos, o movimento que se torna possível visa, finalmente, reforçar os tribunais de 1.^a instância, mas isto não implica que qualquer magistrado jubilado, muito menos contra a sua vontade, vá julgar para os tribunais de 1.^a instância.

Gostaria de dizer, finalmente, que creio que percebeu bem, pois, de facto, não vim cá discutir os problemas da justiça. Eu vim à Assembleia da República apresentar e discutir as soluções do Governo para os problemas da justiça, porque essa catarse sobre os problemas da justiça é um peditório para o qual o Governo não contribui.

O Sr José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador — O Governo não é analista, não faz análises; o Governo estuda as análises que estão feitas e procura resolver os problemas.

O Sr. José Magalhães (PS). — Muito bem!

O Orador — O que se pede aos governos é que resolvam problemas e não que teorizem sobre estes. Mas creio que aqui temos uma excelente repartição de competências. V Ex.^a fará o «choradinho» sobre os problemas, o Governo, do lado de cá, procurará resolver os problemas, que é o que se pede que façamos.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr José Magalhães (PS) — Boa ideia!

O Orador — Sr Deputado António Filipe, estou certo de que o que disse a respeito dos meus antecessores poderá dizer aos meus sucessores. Um dia que haja um novo ministro da Justiça, este também terá, com certeza, muitos problemas para resolver, porque há uma coisa que posso garantir neste mandato não ficarão resolvidos todos os problemas da justiça. Estou cada vez mais convencido de que, no próximo mandato e no outro que se lhe seguirá, continuarão a haver problemas na justiça, aliás, no dia em que o mundo acabar, eles continuarão a existir.

A existência de problemas é um dado da vida, o que nos é pedido é que se vá resolvendo, um a um, os diferentes problemas que existem em cima da mesa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Foi isto que o Dr José Vera Jardim fez, é isto que faço e é isto que, com certeza, fará o meu sucessor.

Sr. Deputado António Filipe, não percebo por que é que não aprecia a justiça *on line*!

Risos do PS.

Agora, leia todo o discurso e verá que o mesmo é mais completo do que a síntese constante do despacho da Agência Lusa.

Devo dizer-lhe que adoraria — e tenho a certeza de que o Dr. José Vera Jardim adoraria ainda mais do que eu — poder inaugurar, até ao dia 15 de Setembro, o palácio da justiça da Amadora. Todos gostaríamos que isso acontecesse, mas não poderei fazê-lo. Sabe por quê?

O Sr António Filipe (PCP) — Porque não está feito!

O Orador — Porque não está feito! Aliás, nem sequer está a obra iniciada. Portanto, até ao dia 15 de Setembro não inauguro qualquer novo palácio da justiça na Amadora! O que este ano posso fazer, na Amadora, é inscrever e arrancar com a obra do futuro palácio da justiça, que, como sabe, vai ser construído no terreno em frente ao hospital Amadora/Sintra, porque o meu antecessor deixou o projecto concluído.

O Sr José Magalhães (PS) — É este ano!

O Orador — Para além disto, posso fazer uma de duas coisas: esperar que fique concluído o novo palácio da justiça para, daqui a três anos, instalar a comarca da Amadora, e, até lá, a população da Amadora continua a servir-se da Comarca de Lisboa, ou então, se calhar, ter, durante três anos, um tribunal em piores condições mas que, desde já,

melhore o serviço da justiça à população da Amadora e contribua para descongestionar a Comarca de Lisboa

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Desde que o trabalho de fundo, que é construir o novo palácio da justiça, cuja obra arrancará este ano, não deixe de se fazer, talvez seja fundamental que se faça isso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que o óptimo é inimigo do bom, e todos preferimos o óptimo, mas nem sempre o óptimo existe ou está, sobretudo, à «mão de semear»!

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — O Sr Deputado Narana Coissoró colocou duas questões de fundo sobre a administração do sistema de justiça. A autonomia administrativa do Conselho Superior da Magistratura é uma outra questão e prende-se apenas com os serviços do próprio Conselho.

A questão fundamental é que o Ministério da Justiça é ainda hoje a última caricatura do centralismo no Terreiro do Paço. Por exemplo, para substituir um vidro partido na Comarca de Alcobaça é o Secretário-Geral do Ministério da Justiça, sentado no Terreiro de Paço, que tem de mandar substitui-lo

O Sr. Presidente — Sr. Ministro, agradeço-lhe que termine, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador: — Termo já, Sr Presidente

Portanto, uma coisa é a autonomia administrativa dos tribunais superiores, outra coisa é o administrador do tribunal, sendo o administrador do tribunal um órgão desconcentrado do Ministério da Justiça que concentrará em si, ao nível de cada tribunal ou do conjunto dos tribunais, competências que hoje são exercidas pela secretaria-geral, em matéria de obras, ou pela Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, em matérias de equipamentos e funcionamento

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — É o poder disciplinar do juiz!

O Orador — Não é o poder disciplinar do juiz! O juiz não tem, nem terá, poder disciplinar sobre o funcionário. O poder disciplinar sobre os funcionários dos tribunais compete ao Ministério da Justiça, que o exerce através do Conselho de Oficiais de Justiça, que é um órgão do Ministério

O Sr Presidente: — Sr Ministro, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou em muito o tempo regimental

O Orador. — Outra questão diversa é o poder de direção relativamente aos actos que são praticados no processo. Esta é outra matéria, que não tem a ver com o poder disciplinar

Muito sinteticamente, vou responder às questões colocadas pelo Sr Deputado Francisco Louçã

Sr. Deputado, como sabe, já na anterior legislatura foi introduzida uma grande medida de simplificação em ma-

téria de divórcio, que é permitir, em certas circunstâncias, o divórcio por mútuo consentimento sem intervenção no tribunal e directamente nas conservatórias de registo civil. Não tenho qualquer pudor ou preconceito ideológico, se é isto que quer saber, quanto ao divórcio, e, portanto, se há medidas que permitem agilizar este processo, não tenho qualquer razão para as não adoptar. Não tenho preconceito ideológico nem contra o divórcio nem contra o casamento

O Sr Presidente — Sr Ministro, tem mesmo de terminar, pois já ultrapassou em muito o tempo regimental

O Orador — Termo já, Sr Presidente

Para terminar, quero apenas dizer que, conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Lisboa, estamos a trabalhar no sentido de, na cidade de Lisboa, ser possível dignificar o casamento civil, que é uma instituição republicana que também deve ser dignificada

Applausos do PS

O Sr Presidente — O Sr Deputado Guilherme Silva pediu para exercer o direito regimental da defesa da honra. Ora, não sei se o Sr Deputado também perfilha a ideia, a qual já foi defendida com toda a justificação, de que o Presidente da Mesa, para evitar o uso abusivo desta figura regimental, tem o direito de perguntar qual foi a matéria ofensiva, para poder dar ou não a palavra

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, em primeiro lugar, quero esclarecer que se trata de uma defesa da consideração e não da honra, e tem a ver com uma afirmação proferida pelo Sr. Ministro relativamente ao programa eleitoral do PSD

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Abusivamente!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Considerando ter havido, efectivamente, um abuso na interpretação feita pelo Sr Ministro, gostaria de aproveitar esta circunstância para repor a verdade

O Sr. Presidente: — Sr Deputado, não distingo a defesa da honra da defesa da consideração, para mim, é uma figura só

O Sr Guilherme Silva (PSD) — O Sr. Presidente poderá-me conceder a palavra para qualquer uma delas

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Ministro da Justiça, em primeiro lugar, gostaria de registar a sua confissão pública de que copiou uma medida do programa eleitoral do PSD. No entanto, Sr Ministro, se tivesse falado comigo tê-la-ia copiado bem, porque, realmente, copiou-a mal! Como é óbvio, não estava pensado, nem resulta do que consta no programa eleitoral do PSD, que juízes jubilados do Supremo Tribunal de Justiça ou dos tribunais da Relação fossem exercer funções para os tribunais de 1ª instância

O Sr José Magalhães (PS) — Mas quem é que disse isso?

O Orador — .. mas, sim, e só ao nível respectivo Aliás, há até juízes jubilados na 1ª instância, embora não sejam muitos

Em segundo lugar, gostaria de dizer que se pode aproveitar os juízes jubilados para comissões exteriores à magistratura, libertando juízes de carreira para a função de julgar

Todos estes aspectos constam no programa eleitoral do PSD, e, consequentemente, a advertência feita pelo Sr. Deputado Jorge Neto tinha todo o sentido, dada a má cópia que V. Ex.^a fez.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Para dar explicações, se assim entender, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, Sr Deputado Guilherme Silva, começo por agradecer a oportunidade que me dá de restabelecer a honra e a consideração do PSD

Risos do PS

É uma honra que nunca pensei que me seria concedida, mas agradeço-lha

Risos do PS

No programa eleitoral do PSD dizia-se o seguinte: «(.) lançar um programa de emergência para o combate à morosidade dos tribunais através, nomeadamente () da criação de brigadas de recuperação, integrando magistrados e funcionários aposentados que o requeiram e que serão afectos aos tribunais com maiores atrasos». Como V. Ex.^a sabe, os tribunais com maiores atrasos são, pela natureza das coisas, para além do mais, os de 1ª instância

O Sr José Magalhães (PS) — Desmuntam!

O Orador — Felizmente, não copiamos, porque não obrigamos. Nas três medidas que anunciamos na proposta de lei, seja a do encurtamento do período de estágio, seja a do recrutamento extraordinário, seja a da mobilização voluntária de magistrados jubilados, não se diz, relativamente aos magistrados jubilados — em relação aos outros diz-se —, que irão exercer funções nos tribunais de 1ª instância, diz-se só que serão nomeados para o exercício de funções. E amanhã terei tempo de explicitar a diversidade de funções que podem ser. Mas desde já adianto que podem ser funções que actualmente são exercidas por magistrados de tribunais de 1ª instância, como, por exemplo, em sede de inspecção judicial e que podem deixar de ser — como sabe, há várias leis que atribuem ao Conselho Superior da Magistratura o poder de nomeação de magistrados para o exercício de certas comissões de serviço, podendo este Conselho designar magistrados jubilados —, ou mesmo outras funções mais complexas. E temos total disponibilidade para analisar, designadamente, com a Associação Sindical de Magistrados Judiciais Portugueses, a possibilidade de os magistrados jubilados, conselheiros ou desembargadores, serem colocados ao serviço nos tribunais superiores, encontrando-se um mecanismo para que isso não prejudique a progressão na carreira de magistrados que, na graduação, deveriam aceder a essas vagas e que as encontrem preenchidas.

O que a lei faz é criar um mecanismo, um volante, flexível de instrumentos de gestão para o Conselho Superior da Magistratura, que poderá geri-lo como bem entender

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Está a antecipar o debate de amanhã!

O Orador — Tem razão, Sr Deputado, amanhã de manhã farei o debate

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — O debate é só amanhã, Sr Ministro!

O Orador — Tem razão, Sr Deputado, mas, se eu não respondesse agora, alguém diria que não respondi hoje. Portanto, respondo hoje e amanhã ouvirão a segunda dose, com a mesma explicação, naturalmente

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Pésinho.

O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, as questões que queremos colocar-lhe hoje ainda não foram abordadas, nem na sua intervenção, nem no presente debate, mas, tratando-se de um debate sobre a justiça, pensamos que as mesmas têm inteiro cabimento e, a nosso ver, seria inaceitável não nos referirmos a elas.

A primeira questão tem a ver com o facto de, em Portugal, se verificar, por vezes, uma certa deslocação dos detidos para estabelecimentos prisionais localizados em zonas distantes das respectivas residências, o que é, aliás, uma política que o governo espanhol também pratica em relação a alguns presos políticos. Em Portugal, esta situação atinge, de uma forma muito directa e particular, algumas mulheres que se encontram, por exemplo, no Estabelecimento Prisional de Tires, o que faz com que elas fiquem privadas do acompanhamento das respectivas famílias, de acompanhar o crescimento dos seus filhos, dificultando, de alguma forma, o seu equilíbrio e até a sua reinserção social.

Assim, a questão que queríamos directamente colocar-lhe prende-se com as iniciativas que o Governo pretende tomar nesta área para, de certa forma, obviar esta dupla penalização que incide nestes casos concretos.

A segunda questão tem a ver com aplicação de uma lei aprovada, por unanimidade, na anterior legislatura nesta Assembleia, que teve por base um projecto de lei apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes», relativa ao combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional. Dado que todos sabemos que a incidência destas doenças é um flagelo que deve ser combatido quanto antes, sob pena do seu agravamento drástico, gostaríamos de saber se estão a ser realizados os testes de rastreio, se está a haver um acompanhamento médico, bem como outras medidas preventivas previstas na lei, incluindo a distribuição de meios de prevenção.

Por fim, gostaríamos de saber se já há relatórios sobre a aplicação da lei, uma vez que ela prevê a elaboração de relatórios, que deverão ser enviados, até 15 de Fevereiro, pelos estabelecimentos prisionais à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

O Sr. Presidente: — Para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado António Montalvão Machado

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro da Justiça, tive o prazer de o ouvir com muita atenção

Nas palavras que proferiu, indicou, entre outros, dois desideratos, como sejam o saneamento das pendências acumuladas e a simplificação e desburocratização dos mecanismos e dos actos processuais. Contente fiquei ao ouvir tais objectivos, mas, depois, muito desiludido fiquei quando V Ex.^a, mais adiante no seu discurso, acaba por dizer que as alterações às regras procedimentais, que é como quem diz as alterações aos diplomas instrumentais, ficarão como uma medida a longo prazo, se calhar, a muito longo prazo e que, agora, é preciso dar tempo ao tempo aos diplomas instrumentais em vigor, até porque há uma produção legislativa muito grande, e, por isso, não haverá necessidade de, a curto e a médio prazo, introduzir alterações, a não ser aquela a que V Ex.^a referiu, a das videoconferências para evitar as deprecadas para depoimentos testemunhais, com a qual, evidentemente, todos temos de estar de acordo.

A dois acordos expressos já nós chegámos, aqui, hoje um, de que estamos a viver uma situação degradante em muitos tribunais de muitas comarcas — não em todos, convém não esquecer isto — .

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Tem toda a razão!

O Orador — .. e, outro, de que os portugueses têm, de forma genérica, uma imagem francamente negativa da justiça. De facto, os processos estão à espera de despachos e de decisões meses e anos

De qualquer modo, não ouvi V. Ex.^a falar, como ouço todos os dias nos tribunais, de 10 e 15 julgamentos marcados para a mesma hora

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente! Tem toda a razão!

O Orador — Não ouvi V. Ex.^a falar de diligências e actos judiciais marcados para as 9 horas e 30 minutos a começarem às 12 horas ou mesmo da parte da tarde

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — O que é que o Ministro tem a ver com isso?

O Orador: — Estamos todos de acordo quanto à existência de uma situação degradante em muitas das comarcas, e, por isso, chegamos todos a um acordo expresso

Protestos do Deputado do PS Nuno Baltazar Mendes e contraprotestos do Deputado do PSD Guilherme Silva

Há um certo nervosismo, mas é natural

Mas há um acordo tácito a que também já chegámos, Sr Ministro.

Foi dito aqui, nesta Câmara, que os governos do Partido Social Democrata não fizeram muito do que estava ao seu alcance; creio que também estamos todos de acordo em que os últimos quatro anos do governo socialista foram totalmente para esquecer

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — Viu-se!

O Orador — Não vale a pena enganar os portugueses com a falsa questão das injunções, que não deu o resultado mínimo que se desejava

O Sr José Magalhães (PS) — Está enganado!

Protestos do Deputado do PS Nuno Baltazar Mendes

O Orador — Sr Ministro, porque há, insisto, tribunais que funcionam bem e que têm muito serviço, conheço-os e V Ex.^a até melhor, certamente, do que eu, gostaria de colocar-lhe algumas perguntas concretas

Sr Ministro, dado o colapso — não é o pré-colapso, como diz o Professor Boaventura — que se verifica não só nas Comarcas do Porto e de Lisboa como nas comarcas limítrofes, onde há um verdadeiro colapso que se deve, se V Ex.^a reparar, ou a razões conjunturais do próprio sistema ou, porque não dizê-lo e assumi-lo claramente, a razões de insuficiências profissionais que têm de ser debeladas, concorda ou não que se controle efectivamente o cumprimento dos prazos para os actos e decisões judiciais e que, em caso de incumprimento injustificado, isso seja tomado em consideração na apreciação inspecionadora que se faz aos juízes?

Concorda ou não, definitivamente, com a contingência do número de processos afectados a cada juiz? Permita-me realçar este ponto, Sr Ministro vê V. Ex.^a vantagens, ou não, em criar e instalar, rápido e urgentemente, em Lisboa e no Porto, mas com competência abrangente territorial nas áreas das respectivas Áreas Metropolitanas, tribunais de competência especializada executiva?

O Sr Presidente. — Sr Deputado, faça favor de terminar, pois ultrapassou já e em muito o tempo regimental

O Orador — Vou terminar imediatamente, Sr. Presidente

Ou seja, o Grupo Parlamentar do PSD sugere expressamente ao Sr Ministro, dado haver toda a vantagem em desafogar os juízes dos tribunais cíveis de Lisboa, do Porto e das comarcas limítrofes, que se crie e instale tribunais de competências especializada executiva, naturalmente para execuções de títulos extrajudiciais, tais como letras, livranças, cheques, etc., e não para execuções de sentenças. Como acabei de dizer há instantes, V. Ex.^a não imagina — imagina, certamente, e se não imagina eu digo-lhe — como estão afogados os juízes, que já não conseguem estudar a mais pequena questão declaratória do processo civil, pois estão com «cite-se», «notifique-se», «registe-se», «openhore-se», «venda-se», «pague-se», tarefas que são claramente administrativas

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, começo por dizer que quando o CDS pediu esta interpelação, como, aliás, o meu colega Narana Coissoró já referiu, fê-lo com sentido de Estado, pois entende que a matéria da justiça não é arma de arremesso partidário e que, consequentemente, deve ser vista com a objectividade que os interesses dos cidadãos exigem. Foi neste sentido que pedimos a interpelação e que aqui estamos a fazê-la

Esta questão tem de ser vista com frieza, pois, realmente, todos sabemos que o estado da justiça é mau, deplorável e, se calhar, no íntimo, nós, que andamos pelos tribunais, sabemos porquê. No entanto, temos de ter o cuidado de não introduzir mudanças apressadas, que em vez de melhorarem o estado da justiça o degrade, fundamentalmente em sectores e aspectos que podem ser essenciais.

O Sr. José Magalhães (PS) — Claro!

O Orador — O Governo tem o seu papel nesta matéria, mas entendo, com toda a franqueza, que não é seu o papel predominante. O Sr. Ministro foi um magnífico advogado, sucedeu a um ilustríssimo jurista e a um respeitadíssimo advogado também, o Dr. José Vera Jardim, e, consequentemente, estamos perfeitamente convencidos que, conhecendo como conhecem os meandros da justiça, farão tudo o que puderem para alterar esta situação. Não temos dúvidas sobre isso.

Agora, o importante é estabelecer o que não se deve fazer e, em meu entender, há várias coisas que não se devem fazer.

Em primeiro lugar, não se pode pôr em causa a honorabilidade, a dignidade e a independência da magistratura.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — Se isto acontecer, todo o sistema estará em crise e, com ele, o Estado de direito

O Sr. José Magalhães (PS). — Claro!

O Orador — Não se pode também pôr em causa a independência e a dignidade dos advogados e, obviamente, terá de se punir aqueles que usarem os meios processuais não para a realização da justiça mas para fins puramente dilatórios, que atrasam a justiça e que, como é óbvio, devem ser considerados de uma maneira diferente.

O último aspecto — em ordem e não em importância — é não pôr em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, que nenhuma celeridade pode prejudicar ou menorizar.

Dito isto, Sr. Ministro, quero assinalar que nós, os que andamos, uns mais e outros menos, pelos tribunais, sabemos que, felizmente, no meio do caos temos juízes e juízas sérios, mesmo quando julgam mal, o que tantas vezes acontece. É gente séria, gente boa, gente capaz, embora encontramos exceções a esta regra, mas são raras; isto é uma sorte enorme, porque é com a magistratura e com os advogados que se faz a justiça.

Neste enquadramento, gostaria de perguntar algumas coisas muito concretas a V. Ex.^a

Em relação às notificações — e já foi dito aqui que o Sr. Presidente da República fez esta abordagem aquando da abertura do ano judicial, e isto tem realmente importância —, há uma coisa que não entendo. Por exemplo, num contrato, que é feito numa determinada data, onde constam as moradas e que passados 10 anos é posto em crise, o que é que resulta se a notificação tiver uma comunicação de confissão do pedido? Isto é possível?! Não me parece! Quer dizer, é possível fazer essa celeridade desde que a comunicação eventualmente não seja essa, sob pena de entrarmos aqui num jogo, a meu ver, perigoso.

Um outro aspecto tem a ver com o processo de recurso, fundamentalmente com o recurso para o Tribunal Constitucional V. Ex.^a concorda com o actual sistema de fiscalização sucessiva por via incidental? Concorda com isto? Concorda com o atraso sistemático que está a acontecer, por vezes sem qualquer tipo de fundamento, que retarda medidas urgentes, mesmo em relação aos recursos, como é o caso do problema da litigância de má fé, que é raro, muito raro, aprovar-se? Mas quantas vezes, Sr. Ministro, vemos, em casos urgentes, procedimentos cautelares? Quantos procedimentos cautelares estão por executar após dois, três anos, de terem sido proferidos? Este é um problema sério! E, eventualmente, o advogado da outra parte até cumpriu a lei processual, mas fê-lo bem? Fê-lo bem, obviamente, para o cliente, mas para a administração da justiça

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr. Deputado, pois já utilizou 4 minutos

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente.

Este é um outro aspecto, ou seja, tem de se ver bem, para além do aspecto da intendência — e é muito importante a gestão financeira e tudo o mais —, o que é que emperra estes processos. Quando V. Ex.^a diz que as medidas de alteração processual não são importantes, comprehendo que não possamos estar sempre a alterar, mas já não percebo que aquilo que merece alteração imediata o não seja por uma questão de prurido.

Para terminar, sobre o Conselho Superior da Magistratura, que opinião tem V. Ex.^a sobre a sua composição?

O Sr. Presidente. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, a despeito de, no início, parecer que estava a ser mudado o figurino da interpelação, de ser o interpelado a interpelar o interpelante e o interpelante a responder à interpelação, penso que agora a interpelação foi reconduzida ao figurino original, e, neste sentido, vou colocar, muito rapidamente, uma questão a V. Ex.^a, porque me preocupa

Como intróito, direi só — e penso que, depois, se pode entender o que eu vou perguntar — que na justiça não cabem questões corporativas em que se atenda aos interesses destes ou daqueles, desembocando, muitas vezes, em solução que não são boas.

V. Ex.^a anunciou, na sua intervenção — aliás, já o sabímos —, que tinha entrado em vigor o apoio judiciário nos tribunais de trabalho. O Ministério Público tem tido um papel importantíssimo nos tribunais de trabalho não só para propor acções de pessoas que não são sindicalizadas, que não têm o apoio do contencioso do seu sindicato e que não podem pagar a advogados como também de acções baixas, como tem tido, na área do acesso ao Direito, outro papel muito importante, que é o da consulta jurídica.

Qualquer trabalhador, até ao dia 1 de Fevereiro, podia dirigir-se ao tribunal

O Sr. Ministro da Justiça. — E pode

A Oradora — Pode, mas V. Ex.^a também anunciou, na Comissão, que iria disponibilizar o Ministério Público, que,

assim, ficaria liberto de algumas funções nos tribunais de trabalho, para actuar em outros sítios, e, caso isto se concretize, iremos ter tribunais de trabalho com menos apoio do Ministério Público. Assim, quero fazer a V Ex.^a duas perguntas

Primeira pergunta: entende que essa medida tem justificação? É que eu não a encontro! Os tribunais de trabalho, até hoje, estão mais ou menos em dia, apesar de alguns funcionarem em instalações más — e já agora assinalo o facto de alguém, que foi ouvido na Ordem dos Advogados, ter, mais uma vez, reiterado esta questão em relação aos tribunais de trabalho de Lisboa. Mas, volto a perguntar, entende que tem justificação essa medida, havendo resposta da parte do Ministério Público?

Segunda pergunta: está prevista alguma medida — e faço esta pergunta porque não estou esclarecida e, se bem que tenha ouvido algumas coisas, prefiro perguntar a V Ex.^a — para que a questão dos acidentes de trabalho passe a ser resolvida como a das doenças profissionais?

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Daniel Campelo.

O Sr José Daniel Campelo (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^a e Srs Deputado Sendo esta a primeira vez que uso da palavra na presidência da V. Ex.^a, começo por saudá-lo e apresentar a expressão da minha estima e consideração máximas por V Ex.^a

O Sr Presidente: — Muito obrigado, Sr Deputado, é recíproca

O Orador — O Sr Ministro da Justiça falou na reforma das matérias relacionadas com a propriedade industrial. Em relação a isto, gostaria de formular-lhe uma pergunta e, para a enquadrar, vou servir-me de uma ilustração

No dia 15 de Dezembro de 1999, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial proferiu um despacho no sentido da concessão de uma marca de queijo à Câmara Municipal de Ponte de Lima, no qual reconheceu a legitimidade de o município possuir uma marca para exercer a defesa dos municípios. O insólito é, quatro dias depois de ter sido emitido o certificado, selado, dessa marca, o mesmo Instituto revogar o seu despacho, sem que lhe tivesse sido apresentado qualquer requerimento e sem ter havido qualquer decisão do tribunal, proferindo um novo despacho em sentido contrário.

O que é grave, Sr Ministro — e esta bancada tem a possibilidade de provar à Câmara o que se passou —, é que esta alteração súbita e milagrosa do procedimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial se deveu a uma imposição, a uma chantagem por parte da multinacional francesa ao Governo.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — e a uma ingerência no assunto da Embaixada da França

Assim, pergunto, Sr Ministro, vai a reforma desta matéria evitar, no futuro, a ingerência do Governo nas decisões do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que deve manter a sua palavra e a sua dignidade perante a Administração Pública?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Mais grave do que isto, vai essa reforma evitar que uma multinacional, francesa ou não, e que um governo estrangeiro possam ditar as regras da propriedade industrial num País livre e democrático?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Ministro da Justiça

O Sr Ministro da Justiça — Sr Presidente, respondei aos cinco pedidos de esclarecimento que me foram dirigidos e comecei por felicitar o Sr Deputado José Daniel Campelo pelo notável sentido de oportunidade que demonstrou ao trazer a este debate sobre a justiça a polémica que tem animado a comunicação social.

Como sabe, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial depende de outro Ministério, não do meu,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Mas é uma injustiça!

O Orador — e o que eu disse nada tem a ver com isso. A única coisa que eu referi foi que nos parecia útil que os conflitos da área da propriedade industrial fossem regulados por via de arbitragem. Foi a única coisa que eu disse sobre esta matéria.

Quanto à Sr^a Deputada Odete Santos, permito-me recordar-lhe que o que anunciei na Comissão foi que, de entre as diversas medidas que ponderávamos para atacar o problema real da carência conjuntural de magistrados judiciais, uma era proceder a uma certa racionalização das funções actualmente atribuídas ao Ministério Público, permitindo que os auditores de justiça do CEJ fossem, em vez de metade para uma estrutura e metade para a outra, predominantemente para a magistratura judicial, libertando o Ministério Público de um certo tipo de processos, de forma a que os magistrados que para aí fossem reforçassem aquela que é, indiscutivelmente, a função essencial do Ministério Público, que é o exercício da acção penal.

Dei como exemplo dois temas a ponderar o papel do Ministério Público no contencioso administrativo, quando não represente nem recorrente nem recorrido, e as situações no patrocínio oficioso em processo de trabalho, que não sofreu, até hoje, qualquer alteração.

Ora, a única coisa que anunciei na Comissão foi que tencionávamos, durante este mês de Fevereiro, reabrir os contactos com as duas centrais sindicais, porque temos a clara noção de que isto é possível fazer-se, caso haja um meio alternativo, designadamente o exercido pelo movimento sindical, no que toca ao patrocínio oficioso. Na Comissão, a questão que coloquei na Comissão e que coloco todos os dias a mim mesmo é esta: por que é que o mesmo cidadão, rigorosamente o mesmo cidadão, numa acção de despejo que lhe é movida pelo senhorio, tem de recorrer ao patrocínio oficioso, através da Ordem dos Advogados, e, numa acção que move à entidade patronal, tem de recorrer, necessariamente, ao patrocínio oficioso da magistratura do Ministério Público? Não entendo a dupla razão. Portanto, ou há um caminho que diz que todo o patrocínio oficioso é exercido pelo Ministério Público ou, então, não entendo por que é que o mesmo cidadão, consoante a natureza do processo, tem um ou outro tipo de patrocínio.

De qualquer forma, o papel do Ministério Público no contencioso administrativo será tratado no âmbito do debate público da reforma do contencioso que ontem se iniciou e a eventual alteração do papel do Ministério Público no processo de trabalho, se um dia for tratado, não o será sem que a Sr^a Deputada tenha, naturalmente, disso conhecimento, quanto mais não seja porque pressupõe a intervenção e o debate parlamentar. Mas, como não é uma discussão para hoje, nem para amanhã ou para depois de amanhã, não vale a pena angustiar-se relativamente a este problema.

O Sr. Deputado Fernando Pésinho colocou uma questão que será respondida pelo PIDDAC. Ou seja, exactamente por conhecermos o problema da carência do estabelecimento prisional feminino do Norte e o considerarmos uma prioridade é que, como poderá verificar, ele consta como uma das grandes obras novas introduzidas no PIDDAC para 2000, cujo arranque da construção está previsto para este ano, e ficará instalado em Matosinhos.

O mesmo se pode dizer em relação ao problema da toxicodependência, pois um dos outros grandes projectos que é iniciado este ano é a construção da «Aldeia livre de drogas» que será instalada no Estabelecimento Prisional de Sintra.

O Sr. Deputado António Montalvão Machado não ouviu a referência que fiz quanto aos adiamentos, mas, de facto, tem razão numa coisa não vim, nem virei, à Assembleia, nem é o papel do Governo vir à Assembleia, fazer o «choradinho» dos problemas!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — E mais, penso que também já não é o papel do Sr. Deputado, porque não podemos continuar todos a fazer o «choradinho» sobre os problemas, sem apresentar soluções em cima da mesa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O que é pedido ao Governo é que resolva os problemas e é isto que procuraremos fazer.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — O Sr. Deputado fez uma pergunta concreta sobre o tribunal de competência especializada em matéria de acção executiva. Sugiro-lhe que pense bem na frase que o senhor disse a seguir, que se tratam de tarefas claramente administrativas. Devo-lhe dizer que esta é a minha convicção. A generalidade das situações de acção executiva são de natureza puramente administrativa. Ora, sendo de natureza puramente administrativa, o que é que estão a fazer nos tribunais? O problema não é criar um tribunal especializado, o problema é que, na reforma que a acção executiva tem de sofrer, devem ser transferidas do meio judicial para o meio administrativo as funções que são puramente administrativas e que não devem ser os tribunais a cuidar delas.

Se ler, com atenção, o meu discurso verificará que não falei só das «aspirinas». Comecei por explicar que no combate à morosidade processual é preciso uma estratégia, a qual passa em primeiro lugar, pela reforma da administração da justiça; em segundo lugar, pela execução de um programa especial de cooperação — as tais «aspirinas»; em terceiro lugar, pela prossecução do reforço dos meios em instalações, equipamentos e pessoal, em quarto lugar, pelo

desenvolvimento dos mecanismos de prevenção de litígios ou de resolução extrajudicial;

O Sr. José Magalhães (PS). — Muito bem!

O Orador — . e, em quinto lugar, pela simplificação e desburocratização dos mecanismos e actos processuais. E depois dediquei, aliás, várias páginas, hierarquizando, num horizonte de longo, médio e curto prazos, às medidas que considero adequadas adoptar em matéria de simplificação e que, portanto — e aproveito para responder conjuntamente também ao Sr. Deputado Basílio Horta —, revelam que não há um prurido na alteração legislativa. Só que a alteração legislativa não deve ser feita por ser feita, deve ser feita com conta, peso e medida, com método e sabendo o que queremos.

Por isso é que eu disse que o que temos de fazer no longo prazo é construir um novo paradigma processual.

O Sr. Presidente. — Agradeço que abrevie, Sr. Ministro, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador — Sr Presidente, vou tentar abreviar.

Como eu estava a dizer, o que temos de fazer é construir um novo paradigma processual, para o que encorramos a elaboração de um documento-guia que deve visar a construção de umas bases gerais do que deve ser um novo processo, e, simultaneamente, balizar alterações de médio prazo.

Em relação ao médio prazo, o que é que referi? Referi o contencioso administrativo, as contra-ordenações, os recursos e a acção executiva.

Relativamente ao curto prazo, de que é que falei? Falei, por um lado, da lei orgânica da investigação criminal e, por outro, de uma outra coisa fundamental, que é o conjunto de medidas, sobre o qual existe, hoje, um grande consenso, que é possível adoptar, e disse como iríamos fazer. Receberemos muito em breve, muito em breve, um documento que pedimos ao Sr. Professor Boaventura Sousa Santos, que anda há anos, como coordenador do projecto do Observatório Permanente da Justiça, a estudar os bloqueios da justiça portuguesa.

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — São só estudos!

O Orador. — Não vale a pena andarmo-nos a atirar desgarradamente para os problemas. O que pedi ao Professor Boaventura Sousa Santos foi que sistematizasse os bloqueios, que esses bloqueios constituam a *check list* que permita responder.

O Sr António Montalvão Machado (PSD) — O que é que pensa?

O Orador — O que é que eu penso?

O Sr. Presidente — Sr. Ministro, peço-lhe que termine, porque já ultrapassou em muito o tempo regimental para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimentos.

O Orador: — Sr. Presidente, insistem em saber o que penso, posso dizer o que penso?

O Sr Presidente: — Sr. Ministro, quem dirige os trabalhos sou eu.

O Orador — Eu sei, Sr. Presidente. Mas encontro-me neste dilema devo responder aos Srs. Deputados, mas só com a permissão de V Ex^a.

O Sr. Presidente. — Sr. Ministro, com a ressalva de que sou eu quem dirige os trabalhos, faça o favor de gastar um pouquinho mais de tempo.

Risos do PS.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quanto àquilo que não se deve fazer, estou totalmente de acordo. Não sei se estava cá, na semana passada, quando tive oportunidade de, no debate de urgência promovido pelo PCP, dizer e de redizer (aliás, em resposta a uma intervenção muito virulenta contra a magistratura produzida por um dos Srs. Deputados de uma outra bancada) que considero fundamental, para a credibilidade do sistema da justiça, a credibilização dos operadores da justiça, a começar pelos magistrados, porque estes são os elementos permanentes — permanentes, repito —, e injusto a generalidade das coisas que vejo escritas, de uma forma generalizadora, relativamente às magistraturas

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Estamos no mesmo «cumprimento de onda» relativamente a esta matéria.

Por isso, tenho dito que a questão da composição, por exemplo, do Conselho Superior da Magistratura — e esta foi uma das questões que o Sr. Deputado Basílio Horta me colocou — não deve ser discutida antes do dia 21 de Setembro de 2002, data em que se inicia o novo processo de revisão constitucional. Sendo que a generalidade das pessoas que discutem esta matéria desconhecem, por exemplo, que, desde a revisão de 1997, os representantes da Assembleia da República e do Sr Presidente da República...

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Fazem a maioria!

O Orador — .. fazem a maioria no Conselho Superior da Magistratura

O Sr Basilio Horta (CDS-PP) — É verdade!

O Orador — No entanto, vejo escrito nos jornais, todos os dias, por pessoas que se pronunciam com «aquela facilidade» sobre todos os assuntos, que é uma estrutura corporativa. Corporativa?!

O Sr Basilio Horta (CDS-PP) — Não é!

O Orador — Corporativa, quando a maioria é designada pelos órgãos do poder político?! Há, por exemplo, muita gente que não sabe que hoje, nos termos da lei, quer os representantes da Assembleia da República quer os do Sr. Presidente da República podem exercer funções a tempo inteiro no Conselho Superior da Magistratura,

O Sr. José Magalhães (PS) — Exacto!

O Orador: — . atribuindo-lhes a lei um vencimento igual ao de juiz conselheiro! Não é só a senha de presençal! E é bom que estes poderes, que a lei já confere, sejam exercidos antes de se querer mudar uma composição de

um conselho, quando não se utiliza sequer os mecanismos que a lei já hoje dispõe relativamente aos seus membros

O Sr Presidente — Terá de terminar agora, Sr Ministro. Penso que já foi suficientemente esclarecedor.

O Orador. — Sr Presidente, não tenho dúvidas que, neste conflito de competências entre V Ex^a e o Sr Deputado Basílio Horta, V Ex^a tem precedência...

Risos

O Sr Presidente — Os senhores gastam muito tempo em elogios mútuos e depois não têm tempo para os problemas.

Risos do PS.

O Orador: — Sr Presidente, não seja invejoso, porque os maiores elogios que fiz foram para V Ex^a

Risos

O Sr Presidente. — Os elogios nunca são demais. Sr. Ministro Muito obrigado

Aplausos do PS

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Guilherme Silva.

Protestos do CDS-PP

Peço desculpa, Sr. Deputado Guilherme Silva, mas parece-me que há aqui um problema com a ordem de inscrição do Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo inscreveu-se, mas deu a entender que queria ficar mais para o fim. Tanto assim foi que o inscrevi mais para o fim. Não foi isto?

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Ao contrário, Sr Presidente

O Sr. Basilio Horta (CDS-PP) — Desculpe, inscreveu-se primeiro

O Sr Presidente — Bom, então temos de respeitar a ordem das inscrições, mas não entendi dessa forma

Peço desculpa, novamente, ao Sr Deputado Guilherme Silva, mas terei de dar a palavra ao Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo

Tem a palavra, Sr Deputado, para uma intervenção

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^a e Srs Deputados. Já falámos de justiça, falemos agora um bocadinho de política de segurança interna

Os portugueses não se sentem seguros. Não se sentem seguros nas escolas, nas ruas, nos estádios de futebol, nem sequer nas suas casas

Verifico que o PS, que tão crítico tinha sido dos governos do PSD, em matéria de segurança, nada conseguiu fazer para mudar este estado de coisas. Por que não tem ideias? Por que não tem meios? Por que não tem empenho? Procurei a resposta no Programa do Governo do

Partido Socialista e da nova maioria para a Legislatura 1999/2003. O que li, fez-me sorrir, mas, o que é pior, deu-me a noção exacta da incapacidade governativa para resolver, nesta matéria, o que quer que seja.

No Programa do Governo, o Partido Socialista anunciou, como propósito fundamental do Governo, que iria consolidar os três grandes pilares, as três grandes ideias, que já vinham a implementar desde a Legislatura anterior, a saber primeiro, recuperar a confiança da sociedade nas instituições policiais (pasme-se!), segundo, promover o sentimento de segurança das populações, terceiro, aumentar a eficácia no combate à pequena criminalidade e à criminalidade organizada.

Tentei, então, lembrar-me do que é que o Governo tinha feito em termos de política de segurança que justificasse sequer uma única das presunções contidas nos referidos pilares, nas referidas ideias. Não me ocorreu uma única medida de fundo implementada pelo anterior ou pelo actual Governo. Pior, é manifesto que o Governo e o Partido Socialista, deverão ter memória muito curta ou, então, dois pesos e duas medidas na análise da gravidade da insegurança em Portugal.

Será que o Governo e o Partido Socialista, que com inteira legitimidade se apressaram a condenar os casos de violência policial mais mediatisados da governação social democrata, esqueceram, agora, todos os outros, igualmente graves, que ocorreram já em plena governação socialista?

Será que o caso de homicídio seguido de decapitação de um cidadão, em Maio de 1996, praticado por um sargento do posto da GNR de Sacavém, durante a governação socialista, constitui um caso menos grave do que o homicídio de um cidadão lançado ao Tejo por agentes da 3.ª Esquadra de Lisboa, em Março de 1994, e como tal, durante a governação social democrata?

Será que a morte de um cidadão de etnia cigana, ocorrida no passado mês de Janeiro, e, como tal, durante a governação socialista, na sequência da violência exercida por um ou mais agentes da PSP durante uma intervenção no Bairro de Aldoar, na cidade do Porto — isto a crer, pelo menos, nas conclusões do recente relatório do IGAT (Inspecção-Geral da Administração do Território) —, constitui um caso menos grave do que o homicídio de um outro cidadão de etnia cigana morto a tiro na esquadra da PSP de Matosinhos, em 1994, durante a governação social democrata?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr José Magalhães (PS) — Já leu?

O Orador — Tenha paciência, Sr Deputado, já vai ter tempo para me interpelar.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Será que a carga policial efectuada sobre os trabalhadores da fábrica têxtil Abel Alves de Figueiredo, ocorrida em Santo Tirso, em 1996, durante a governação socialista, constitui um caso menos grave do que a carga policial efectuada sobre cidadãos que se manifestavam na ponte sobre o Tejo, numa iniciativa largamente promovida, anos antes, entre outros, pelo Partido Socialista, em tempo de governação do Partido Social Democrata?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — E o que dizer da falta de segurança e do tráfico de droga nas escolas, ou das ruas onde não se pode passear, ou dos bairros onde não se pode entrar?

Por que razão é que os protestos e as manifestações de agravo, promovidas, no passado, pelo Partido Socialista, e os pedidos de demissões de ministros, pedidos antagonticamente pelo Partido Socialista, dão hoje lugar apenas a pedidos de comandantes das forças policiais?

Aplausos do CDS-PP

O Sr José Magalhães (PS) — E o PSD?

O Orador — O PSD, Sr Deputado, já foi penalizado por aquilo que fez, que foi muito pouco, sabemos. Agora, é o tempo dos vossos governos e da vossa bancada prestar contas, e é isso que o senhor aqui hoje vai fazer, se assim o desejar.

Já agora, o que dizer do terceiro grande pilar, ou ideia, ou presunção socialista — eu chamaria assim —, de que o Governo aumentou a eficácia no combate à pequena criminalidade e à criminalidade organizada? Também aqui chamo a atenção dos Srs Deputados para esta vossa promessa, que vem no Programa do Governo do Partido Socialista, e para a constatação de um facto relativo à anterior legislatura.

Nesta parte, Srs Membros do Governo e Srs Deputados, parece-me que não há nada mais simples do que fazer uma simples análise comparativa dos dados estatísticos da criminalidade registada durante os anos de 1998 e 1999, fornecidos quer pela Polícia Judiciária quer pela GNR.

Os casos de homicídio aumentaram 2,5%, de maus tratos 111,1%, de rapto ou sequestro 37%, de falsificações 11,5%, de tráfico e vicilação de veículos +4,4%, de tráfico de estupefacientes 6%, de passagem de moeda falsa 76% de outros crimes respeitantes a estupefacientes 250%.

Protestos do PS

Há dúvidas?

Como eu estava a dizer, os casos de alguns crimes contra a família aumentaram 600%, de furto de uso de veículos 151,3%, de roubo a alguns estabelecimentos de crédito 100%

A Sr.ª Rosa Maria Albernaz (PS) — Só?

O Orador — Compreendo o espanto, eu também estou espantado!

O Sr José Magalhães (PS) — Nada espantados!

O Orador — Dizia eu, os casos de crime informático sob a forma organizada aumentaram 158%, de tráfico e vicilação de obras de arte 20%, de furtos e roubos por esticação.

Protestos do PS

que o Partido Socialista, enquanto oposição, tantas vezes repetia, até relembrava o número de furtos que ocorria em cada 2 minutos, pois bem, de furtos e roubos por esticação aumentou 32%, Srs Deputados, de roubo na via pública 19,8%,

O Sr. José Magalhães (PS). — Convém saber ler estatísticas.

O Orador: — . . . de peculato 30,1%, de crimes fiscais e aduaneiros 200%, Srs Deputados, de outros tipos de furtos 27,1%, e a lista continua.

Srs Deputados, se quiserem, tenho aqui o relatório da Polícia Judiciária e da GNR, terei o maior gosto em fornecê-lo.

Aplausos do CDS-PP

Ou seja, Sr Presidente, Srs Ministros e Srs Deputados, verificou-se um aumento inequívoco de vários tipos de criminalidade e não apenas da criminalidade organizada e da pequena criminalidade, que, ao que parece, o Partido Socialista dizia ter corrigido e que iria corrigir ainda mais no futuro.

Por que razão? Importa sabê-lo. Há uma que me parece desde logo essencial, que é o facto de o Governo não ter sido capaz de implementar algumas medidas em matéria de segurança interna, algumas delas por si prometidas há largos anos — diga-se — e outras porque, obviamente, não teve sequer o engenho de as considerar. Mas ainda vai a tempo e quem sabe, no final, leva daqui algumas sugestões para aditar ao próximo programa do Governo.

O Sr. José Magalhães (PS) — É preciso saber ler!

O Orador. — É bom, é bom sabê-lo!

Antes de mais, Srs Deputados, convém notar que o Estado português dispõe de um rácio de elementos das forças de segurança por 1000 habitantes dos mais elevados da Europa e do mundo. Daqui resulta — parece-nos claro — que não é por falta de polícias que existe insegurança.

Contudo, vou dar algumas sugestões, Sr Ministro é necessário organizar o sistema das forças de segurança de um modo moderno e, sobretudo, eficaz, como tal, sem necessidade de aumentar a despesa pública.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Essa é boa! Até parece que ainda não tínhamos pensado nisso!

O Orador — Bom, se não é original, é muito mais grave e, então, pergunto por que é que os senhores ainda a não implementaram.

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS

Vou continuar a dar algumas sugestões é necessário utilizar processos especiais de vigilância permanente em sectores onde o risco seja manifesto, como escolas ou áreas urbanas degradadas —

O Sr. José Magalhães (PS): — Já há o programa de segurança nas escolas!

O Orador — ... é fácil ter os agentes da polícia onde é mais confortável, nas superesquadras, longe das zonas de grande criminalidade, é necessário retornar à conceção de entidades de polícia de proximidade, sediadas no interior das zonas de risco,

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS) — Isso é plágio!

O Orador: — distinta, por isso, da inadequada conceção de superesquadras. .

O Sr. José Magalhães (PS) — Isso está no Programa do Governo!

O Orador — Concorda? Óptimo! Haja consenso nesta matéria, porque é importante para todos!

Como eu dizia, é necessário atacar a falta de articulação funcional e operacional das entidades de polícia através de uma direcção nacional de polícia dependente do Ministério da Administração Interna que dirija e coordene toda a acção policial, com exceção da da Polícia Judiciária, obviamente, é necessário criar uma entidade centralizadora que registe todas as informações relativas à criminalidade provenientes de todas as entidades de polícia, dotando-se, assim, de maiores eficácia e celeridade não apenas à acção policial mas também à aplicação da justiça em geral, finalmente, é necessário promover constantes acções de formação do pessoal de todas as forças de segurança.

Deixo uma última nota para a qual chamo a vossa atenção por me parecer particularmente importante, sob pena de cometermos uma profunda injustiça.

Se é verdade que temos no Governo uma razão objectiva para justificar a falta de segurança interna, há uma outra razão que explica que tudo não esteja ainda pior. É que, apesar de tudo, as entidades de polícia têm tentado superar as deficiências que sucessivos governos não cuidaram de corrigir.

Temos como certo que os intoleráveis casos de excesso e de violência policial descritos não traduzem — e chamo a atenção para este pormenor, Srs Deputados — a imagem das entidades de polícia que, quase sempre, têm prestado relevantíssimos serviços à Pátria.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Atacar a polícia é, porventura, uma solução fácil, mas também profundamente injusta.

Ainda assim, também temos a certeza de que as entidades de polícia poderão fazer muitíssimo melhor. Para tanto basta que o Sr Ministro da Administração Interna aceite pôr em prática algumas das sugestões que hoje lhe deixamos e, já agora, que também ponha em prática apenas algumas — não pedimos mais! — daquelas muitas dezenas de medidas, que nunca saíram do papel, constantes dos programas eleitorais do Partido Socialista.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — De outra forma, Srs Deputados, apenas poderemos esperar do Partido Socialista o que nos tem dado quase sempre, que é diálogo com muita demagogia.

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Antes de dar a palavra, para pedir esclarecimentos, ao Sr. Deputado Marques Júnior, informo os Srs. Deputados que, após o pedido de esclarecimento e a respectiva resposta que vão seguir-se, interromperei o debate para se proceder às votações agendadas para hoje, porque é chegada a hora regimental.

Faça favor, Sr. Deputado Marques Júnior

O Sr Marques Júnior (PS) — Sr. Presidente, Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo, devo dizer que vou fazer-lhe este pedido de esclarecimentos relativamente constrangido, mas penso que não poderia deixar passar esta oportunidade.

O que o Sr. Deputado afirma é espantoso, porque revela a noção que tem de como se deve tratar as matérias relativas à segurança interna. E devo dizer que isto chocou-me muito.

Quando o Sr. Deputado compara o comportamento de um qualquer partido no que diz respeito a um assassinato ocorrido numa esquadra de polícia durante a vigência de um governo *x* com um outro ocorrido durante a vigência de um governo apoiado pelo partido *y*, o que quer dizer com isto?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Quem é o responsável político?

O Orador: — Gostaria que o Sr. Deputado respondesse a esta minha pergunta, para eu ficar a saber se, em seu entendimento, é possível imputar alguma responsabilidade, ou governamental ou institucional, relativamente a casos desse tipo.

Protestos do CDS-PP

Sr. Deputado, considero isto de uma gravidade extrema!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — A responsabilidade é política!

O Orador: — No fim da sua intervenção, o Sr. Deputado teve o cuidado de dizer algo que é uma verdade e que deve ser subscrito por toda a gente, isto é, que não deve haver confusão entre a instituição «forças de segurança» e a ocorrência, em esquadras, de casos isolados de eventual violência exercida pela polícia sobre cidadãos.

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador: — Então, se o Sr Deputado tem esta noção, qual é o seu critério quando atribui uma responsabilidade especial ao partido *A* ou ao partido *B* por um determinado caso de violência ocorrer numa esquadra durante a vigência de um governo *A* ou de um governo *B*?

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe algumas coisas a este propósito.

O Partido Socialista foi o partido que instituiu mecanismos de fiscalização e controle sobre este tipo de ocorrências...

O Sr. Guilherme Silva (PSD). — Não, não! Quem instituiu foi o PSD!

O Orador: — . tendo conduzido à implementação da Inspecção-Geral da Administração Interna. Aliás, se o Sr. Deputado for consultar dados do Ministério Público sobre a matéria, verificará que as queixas de cidadãos quanto a acções de violência ou maus tratos exercidos pela polícia sobre cidadãos diminuíram mais de 50% durante a

vigência do Governo apoiado pelo Partido Socialista. Repto: diminuíram mais de 50%, Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Passemos, agora, a analisar o caso do Porto.

O Sr Deputado não nota alguma diferença entre a prontidão de tomada de posição por este Governo e o que aconteceu no tempo do governo do PSD em caso similar? O senhor, como advogado do PSD, no que diz respeito a este caso, provavelmente não considera isso.

Então, não considera que foi célere a resposta do Governo no que respeita às medidas tomadas relativamente ao caso que invocou ocorrido no Porto? Não nota alguma diferença?

Vozes do CDS-PP — Não!

O Orador — Se quiser comparar o quadro em que ocorreu o caso de Matosinhos, em 1994, e, agora, o do Porto, não nota qualquer diferença?

Vozes do CDS-PP: — Está pior!

Vozes do PSD — Nota-se, para pior!

O Orador — E quanto à polícia de proximidade, aos mecanismos de fiscalização e controle, à formação dos agentes, aos meios técnicos postos à disposição da polícia, não nota qualquer diferença entre o Governo do PS e o governo do PSD?

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Noto, está pior!

O Orador — O senhor sabe o que esta a dizer? Sr. Deputado, tem de haver alguma honestidade intelectual no tratamento destas matérias!

Peço imensa desculpa por invocar esta situação, mas o Sr Deputado tem de olhar para os dados do problema e verificar o que se passa efectivamente. O senhor não pode fazer a afirmação que fez sem que seja acusado da mais profunda demagogia e da instrumentalização mais ..

O Sr José Magalhães (PS) — Irresponsável, mesmo!

O Orador: — . irresponsável que é possível ter relativamente a estes casos

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Não se entusiasme!

O Orador: — Há algo em que estamos de acordo — e o Sr. Deputado não pode negá-lo —, é que todos nós estamos preocupados com o aumento da criminalidade, com a segurança, mas todos nós também temos a responsabilidade de assumir que esta matéria não deve ser passível de instrumentalização político-partidária. Não é nesse domínio que divergimos mas, sim, nos métodos e na forma de actuação. E o PS honra-se pela forma e pelos métodos com que tem actuado relativamente a casos destes.

Applausos do PS.

O Sr Presidente: — O Sr Deputado Guilherme Silva pediu, mais uma vez, a palavra para exercer o direito regimental da defesa da honra. Porém, tenho de dizer-lhe, com toda a franqueza, se é que os senhores me conferem este privilégio — e, ao que parece, assim é! —, que me parece que não terá sido ofendido.

Sinceramente, peço-lhe que reveja o seu pedido de palavra. Não foi ofendido, Sr Deputado! De maneira nenhuma pode servir-se dessa figura regimental para finalidades que não são as de se desagravar! Não houve qualquer agravo à sua honra! Todos temos consciência disso! Desculpe que lhe diga, mas o próprio Sr. Deputado também deve ter

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, naturalmente, V Ex.^a terá alguma razão de queixa — todos temos! — quanto ao desvirtuamento do uso das figuras regimentais, mas confesso que não sou useiro e vezeiro em desvirtuá-las.

O Sr José Magalhães (PS) — Mas hoje . !

O Sr Guilherme Silva (PSD): — Não sou useiro e vezeiro nisso, Sr Deputado.

E, neste caso concreto, Sr. Presidente, a minha bancada foi ofendida pelo Sr Deputado Marques Júnior

Protestos do PS

Assim, V Ex.^a tem de permitir o uso da figura regimental.

O Sr. Presidente — Sr Deputado, é claro que permito! Mas agradecia-lhe que começasse por dizer em que é que foi ofendido para, depois, então, ajuizarmos se o Sr Deputado poderá ou não tê-lo sido

Fazer um discurso e, no fim deste, vir com uma referência vaga a uma qualquer ofensa, não pode ser!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, . .

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado. Não vale a pena «pôr mais na carta»!

Tem a palavra, mas peço-lhe o favor de me dizer em que é que foi ofendido

O Sr Guilherme Silva (PSD): — Sr Presidente, V Ex.^a vai, com certeza, fazer com que se protele ainda mais o meu uso da palavra para exercer este direito regimental, mas vou dizer

O Sr Presidente — Sr. Deputado Guilherme Silva, com o vosso consentimento, vou generalizar este meu procedimento a todos os casos de invocação desta figura regimental

O Orador — Espero bem que sim, Sr Presidente!

O Sr. Presidente: — Sim, sim!
Faça favor, Sr Deputado

O Orador — O Sr Deputado Marques Júnior, à falta de argumentos para se defender relativamente ao Sr Deputado do CDS-PP, teve a afronta de lhe perguntar se, em relação às situações graves ocorridas em esquadras, não

tinha registado diferença entre a actuação pronta do Governo do PS e a dos governos do PSD.

O Sr José Magalhães (PS) — Isso é uma afronta?!

O Orador — Ora, a prontidão é a mesma, não é maior nem menor! A prontidão é a mesma, repito!

O Sr Deputado Marques Júnior não tinha de trazer à liça uma questão que não corresponde à verdade

Protestos do PS

Não corresponde à verdade!

Há pessoas com muito sentido da responsabilidade que estiveram à frente da Administração Interna durante os governos do PSD. Eram pessoas de bem e que combatiam essas situações sem qualquer hesitação

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Sr. Deputado Guilherme Silva, tenho de reconhecer que defendeu bem a justificação da invocação da figura regimental — *tant bien que possible!*

Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior

O Sr Marques Júnior (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Guilherme Silva, a resposta é simples

Quanto às pessoas do PSD que estavam à frente do Ministério da Administração Interna, se as ofendi, peço desculpa, pois não foi essa a minha intenção

No entanto, devo dizer que, no que diz respeito à prontidão de actuação num caso e outro, os factos falam por si!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo, para responder ao pedido de esclarecimentos que lhe foi dirigido pelo Sr Deputado Marques Júnior

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Marques Júnior, de facto, considero que há uma profunda diferença entre o que existia no passado e o que existe hoje em matéria de segurança. É que, hoje, está tudo muito pior

Aplausos do CDS-PP

Aliás, esta é a opinião da generalidade dos cidadãos

Quanto àquilo que é o meu entendimento no que diz respeito à reacção que é devida face aos casos de violência policial que foram conhecidos, não vou dizer se o que defendo é a demissão do Sr Ministro ou a demissão do Sr Comandante. . O que peço ao Partido Socialista e à vossa bancada é coerência

Perante idênticos casos de violência policial ocorridos no passado, durante a governação social-democrata, os senhores tiveram uma exigência manifestaram-se publicamente, promoveram manifestações públicas e pediram a demissão do então ministro. Hoje, perante iguais casos de violência policial, os senhores não pedem a demissão do Sr. Ministro, demitem o comandante da polícia.

O Sr Marques Júnior (PS) — Isso não é verdade!

O Orador — o que é uma realidade completamente diferente!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PS

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Está no *Diário da Assembleia da República*!

O Orador. — É, portanto, uma questão de coerência, Srs Deputados Não faço quaisquer juízos de valor

Ainda assim, chamo a atenção de que, em termos de responsabilização, o Ministro da Administração Interna não pode simplesmente furtar-se às suas responsabilidades quando estão em causa questões de segurança interna

A este propósito, recordo que, na Alemanha, há bem pouco tempo, o ministro do Interior demitiu-se por questões de segurança interna E, que me conste, a Alemanha não é propriamente um país pouco desenvolvido

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Eles sabem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Ele sabe!

O Orador — No que diz respeito ao comandante da PSP do Porto, permita-me que o corrija, Sr. Deputado, ou, então, que, depois, o Sr Ministro o corrija, ou que se corrija a ele próprio.

É que, de acordo com as palavras do Sr Ministro, ele não demitiu o Sr. Comandante, pelo contrário, até o louvou! Assim, Sr Deputado, não venha agora falar na prontidão da actuação do Ministério no que toca à demissão do Sr. Comandante.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — O que o Dias Loureiro nunca fez aqui!

Vozes do PSD — Exactamente!

O Orador — Portanto, Sr Deputado, o que justificou a minha intervenção e a comparação que fiz entre o que se passou no passado e o que se passa agora é fruto de mera coerência. Coerência essa que o Partido Socialista deve querer ter, sob pena de, perante a população, perder a credibilidade que julga que ainda hoje tem

Aplausos do CDS-PP

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente: — Para que efeito?

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, é para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos e apresentar uma proposta, se V Ex^a me permitir

O Sr. Presidente. — Se é sobre a condução dos trabalhos, é mesmo uma interpelação à Mesa, não há dúvida. Faça favor

O Sr José Magalhães (PS). — Sr Presidente, gostaríamos de submeter a V Ex^a e à Câmara uma proposta de condução dos trabalhos.

Este debate é sobre justiça e segurança interna e não é difícil conseguir uma mistura rigorosa na distribuição das intervenções. O Sr. Deputado Guilherme Silva está inscrito para intervir a seguir, suponho que sobre a justiça, e o Sr Deputado Jorge Lacão está inscrito a seguir ao Sr. Deputado Guilherme Silva, pelo que gostaríamos de perguntar em particular ao Sr. Deputado Guilherme Silva, através de V. Ex^a, por uma razão de imediação, estando colocadas questões de segurança interna e havendo esclarecimentos importantes a prestar e que deveriam ser imediatos, se não se importaria que o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna usasse da palavra de imediato e depois retomaríamos o outro tema.

Julgo que isso seria racional e desejável a bem da classificação.

O Sr. Presidente. — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Guedes

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Sr Presidente, por parte do PSD, esta proposta é totalmente inaceitável. De resto, já tivemos a oportunidade de o dizer à bancada do Partido Socialista, que internamente nos colocou esta questão, e isto por uma razão muito simples que o Sr Deputado José Magalhães não pode ignorar o Sr Deputado disse que está a haver aqui um debate, mas, até agora, tem havido um diálogo entre o Partido Popular e o Governo, pois as outras bancadas ainda não se pronunciaram, portanto, deixe que haja debate e a seu tempo todos falarão

O Sr. Presidente. — Tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, já tive ocasião de falar com V Ex^a e esta situação que hoje se está a verificar não é nova. Já houve interpelações com intervenções divididas por Deputados diferentes, da mesma bancada, sobre dois assuntos. Se quiserem posso trazer o *Diário da Assembleia da República* e mostrar que já houve interpelações sobre justiça e segurança interna em que foi dada a palavra para intervenções sobre justiça e depois sobre segurança interna

Mas o que sucede é que, na lógica do debate em interpelação, depois da intervenção do partido interpelante, o Governo tem de responder imediatamente sobre a mesma matéria. Esta é a lógica da interpelação e o Sr Deputado José Magalhães tem razão sobre isso

Não podemos estar a «atropelar» o debate sobre justiça com o de segurança interna, ou vice-versa. Falou um representante do partido interpelante, depois, falou o Ministro da Justiça. Em seguida, deveria falar o partido interpelante sobre segurança interna, obrigando a lógica do debate a que, então, falasse o Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr. Presidente — Sr Deputado, o problema que está em causa não é esse. Peço desculpa, mas esse problema já teve uma solução e até um esclarecimento. O facto de, no passado, poder ter havido um caso ou outro em que isso aconteceu não revoga o Regimento

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — É a lógica do Regimento!

O Sr Presidente: — Desculpe que lhe diga, Sr. Deputado, mas ao mesmo tempo que o Sr. Deputado invoca uma prática, houve Deputados que invocaram o Regimento e, quando alguém invoca o Regimento, tenho de o sobrepor a uma prática excepcional da violação do mesmo. Não posso fazer mais nada, Sr. Deputado!

Suponha o Sr. Deputado o absurdo de numa interpelação, em vez de dois, se misturarem quatro assuntos. Falavam quatro ministros uns a seguir aos outros?

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — Claro!

O Sr Presidente — Sr. Deputado, atenção que no Regimento se refere um membro do Governo e um membro do partido interpelante. Se há consenso em contrário, muito bem, não havendo, o que é que eu hei-de fazer? Peço-lhe desculpa, mas não insista!

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

Pausa

Peço desculpa, Srs. Deputados, mas tinha anunciado, e creio que bem, que em seguida íamos proceder às votações.

Sr. Deputado Guilherme Silva, apesar de já estar na tribuna, não me leve a mal que, pela segunda vez, anuncie a sua intervenção sem que a possa produzir imediatamente. É o castigo pelas duas vezes que exerceu a defesa da honra!

Risos

Gosto muito de o ouvir mas já tinha anunciado que íamos iniciar as votações. Além disso, o exercício físico faz-lhe bem!

Risos

Srs. Deputados, vamos então passar às votações.

Srs. Deputados, vamos iniciar a votação do projecto de resolução n.º 19/VIII — Constituição de uma comissão eventual para a análise e a fiscalização dos recursos públicos envolvidos na organização do Euro 2004 (PSD)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE, votos contra do PCP e a abstenção de Os Verdes

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — O Governo não pode votar desta vez?

O Sr Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, não ouvi o que disse. Foi uma graça?

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, é um aparte. Eu nunca tenho graça!

Risos

O Sr Presidente: — Lá isso tem, Sr. Deputado!

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, perguntava eu se Governo, desta vez, não pode votar? Seria interessante que o pudesse fazer!

O Sr Presidente — Sr. Deputado, quando os membros do Governo forem Deputados, como em Inglaterra, claro que podem!

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Torres

O Sr Mota Torres (PS): — Sr. Presidente, ontem foi aqui discutido o projecto de resolução n.º 18/VIII, apresentado pelo PSD, sobre o apoio à comunidade portuguesa na Venezuela. O conteúdo útil está já consagrado na proposta de lei do Orçamento do Estado, nomeadamente no seu artigo 93.º Assim, gostaria que a Mesa esclarecesse se faz algum sentido a votação deste projecto de resolução, atendendo ao facto de, em termos substantivos, já estar contemplado este desejo na proposta de lei do Orçamento do Estado.

O Sr Presidente: — Sr. Deputado, independentemente de eu não ter qualquer competência para me pronunciar sobre o sentido das propostas dos partidos, já tinha anunciado a votação, pelo que, não me leve a mal, não posso voltar atrás.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação do projecto de resolução n.º 18/VIII — Apoio à Comunidade portuguesa na Venezuela (PSD)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE e o voto contra do Deputado do PS Strecht Ribeiro

Srs. Deputados, vamos passar à votação do projecto de deliberação n.º 6/VIII — Autorização da transcrição de depoimentos prestados perante a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar, para apreciação de actos dos governos do PS e PSD, envolvendo o Estado e grupos económicos (PAR).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs. Deputados, vamos passar à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 10/VIII — Regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes e votos contra do PSD e do BE

Srs. Deputados, esta proposta de lei baixa à 1.ª Comissão

Srs. Deputados, vamos proceder à votação, também na generalidade, da proposta de lei n.º 12/VIII — Dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização sucessiva, os contratos de aquisição de projectos relativos às obras que se venham a realizar no âmbito do Euro 2004, promovidas pelas autarquias locais envolvidas

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do BE e abstenções do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes

Srs. Deputados, esta proposta de lei baixa à 6.ª Comissão

O PCP requereu o adiamento da votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 56/VIII — Atribui o direito a subsídio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos (PCP), que estava agendada para hoje. Este é um direito que lhe assiste, nos termos do acordo a que chegámos na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Sr Presidente, pretendo justificar o motivo pelo qual requeremos o adiamento da votação

Este projecto de lei ainda está em discussão e, portanto, em nosso entendimento, a votação só deve ser feita depois de terminar o período de discussão pública.

O Sr. Presidente. — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE). — Sr Presidente, através de V. Ex.º, pretendo informar a Câmara que a nossa bancada fez chegar à Mesa um conjunto de propostas de alteração que resultaram da discussão de ontem, as quais foram dadas a conhecer às várias bancadas e serão discutidas na especialidade, se essa for a decisão da Assembleia da República.

O Sr. Presidente — Sr Deputado, levadas essas propostas ao conhecimento de todos os grupos parlamentares, serão tomadas em conta ao nível da Comissão, pela simples razão de que o que se pode votar é o que foi discutido. Ora, isto não foi incluído na votação, mas, Sr. Deputado, nada está perdido.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, pretendia colocar duas questões. Porém uma delas está ultrapassada, pois eu pretendia dizer o mesmo que o Sr. Deputado Octávio Teixeira disse, isto é, que não podíamos fazer hoje essa votação.

Em segundo lugar, pergunto a V. Ex.º que deliberação tomou quanto à baixa à Comissão da proposta de lei n.º 12/VIII, que acabámos de aprovar.

O Sr. Presidente — Baixou à 6.ª Comissão. Sr. Deputado

O Orador — Sr. Presidente, então, julgo que terá também de baixar à 4.ª Comissão, à Comissão de Administração do Território, Poder local e Ambiente. Pelo menos é uma sugestão que faço a V. Ex.º

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, nesta fase, só pode baixar a uma Comissão. Na primeira fase pode baixar a várias, agora ou baixa à 6.º ou à 4.ª Comissão.

O Orador — Sr. Presidente, não sei se a decisão será muito sábia. Penso que seria mais normal, se não houvesse oposição, que baixasse à 4.ª Comissão.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, a proposta de lei, na generalidade, baixou à 4.º e 6.ª Comissões e agora tem de baixar apenas a uma delas. Se consideram que é melhor baixar à 4.ª Comissão, muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Sr. Presidente, pretendia que me esclarecesse de que diploma é que estamos a tratar, porque o último que votámos foi o projecto de lei n.º 56/VIII.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, esse projecto não chegou a ser votado. O último diploma votado foi a proposta de lei n.º 12/VIII e é desse que estamos a falar.

Srs. Deputados, dado que há acordo, a proposta de lei n.º 12/VIII baixa à 4.ª Comissão e não à 6.ª Comissão, como eu anunciei.

Srs. Deputados, vamos proceder agora à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 43/VIII — Proíbe a comercialização, importação e produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados, (Os Verdes)

Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, dada a situação de empate, tem de haver uma segunda votação.

Nestes casos, tem havido o entendimento — contra a minha opinião, mas eu respeito a opinião do Plenário — de que deve fazer-se uma segunda votação imediatamente a seguir à primeira. Esta regra, desta vez, justifica-se, porque se não nunca mais nos entenderíamos e, em caso de empate, haveria adiamentos incompatíveis nas votações finais.

Srs. Deputados, vamos, então, proceder à segunda votação do projecto de lei n.º 43/VIII.

Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS

Srs. Deputados, tendo-se registado novo empate, ao abrigo do artigo 107.º do Regimento, o projecto de lei foi rejeitado.

Vamos passar agora à votação, também na generalidade, do projecto de lei n.º 30/VIII — Organismos geneticamente modificados submissão da lei ao princípio da precaução (BE).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs. Deputados, este projecto de lei baixa à 4.ª Comissão. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, queria apenas informar a Câmara que o projecto de lei que acabámos de votar, apresentado pelo BE, sofreu várias alterações entretanto apresentadas pelo Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, esse esclarecimento já foi dado há pouco.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 11/VIII — Autoriza o Governo a legislar sobre a realização dos censos 2001.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade

Pergunto aos Srs. Deputados se então de acordo que se vote, na especialidade, a totalidade da proposta de lei

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Guedes

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, relativamente a este diploma e na sequência do debate que teve lugar na passada sexta-feira, com o Governo, sobre esta matéria, no qual foram apresentadas algumas sugestões de correcção por Deputados de várias bancadas, incluindo a do PSD — e, tratando-se de uma autorização legislativa, só com a autorização do Governo é que, eventualmente, poderá ocorrer a introdução de alterações entre o debate na generalidade e na especialidade —, pergunto à Mesa e, através dela, à Câmara, nomeadamente ao Partido Socialista, se deu entrada qualquer proposta nesse sentido.

Com efeito, houve abertura por parte do Governo e, posteriormente, da bancada do Partido Socialista, de acordo com os contactos que mantive com os seus representantes, para que, de facto, em sede de comissão, decorresse um período para se introduzirem as talas alterações.

Posto isto, e não querendo o PSD apresentar um requerimento, uma vez que a autoria da iniciativa não é sua, pergunto ao Sr. Presidente se o Partido Socialista ou o Governo apresentaram qualquer proposta no sentido de dar curso ao debate que teve lugar na passada sexta-feira e ao assentimento que o Governo manifestou em relação à alteração desta iniciativa, em sede de especialidade.

O Sr. Presidente: — Como sabe, Sr. Deputado, não estive presente na sessão plenária da passada sexta-feira, de modo que não tinha conhecimento desse aspecto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, quero confirmar que foram feitas diligências por parte do Sr Deputado Luís Marques Guedes no próprio dia do debate, tendo eu próprio participado nelas, mas não ficou exactamente claro qual o tipo de abertura aqui declarado pelo Executivo na sessão da passada sexta-feira. Há, de facto, uma abertura geral, mas a sua verdadeira concretização não passará pela fórmula encontrada pelo Sr Deputado Luís Marques Guedes.

Portanto, nesta fase, pretendemos que se vote o diploma na generalidade, na especialidade e em votação final global, sem prejuízo de, em sede de apreciação parlamentar do futuro decreto-lei a ser aprovado, se concretizar, eventualmente, a tal abertura que aqui foi, de algum modo, pré-anunciada na passada sexta-feira.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, esta interpelação prende-se com a proposta de lei n.º 11/VIII, uma vez que, aquando da sua discussão, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou uma proposta de aditamento no sentido de acrescentar a palavra «concomitante» ao termo «fiscalização sucessiva», passando a constar a expressão «fiscalização concomitante e sucessiva».

Ora bem, esta alteração é essencial, porque se tratou, em nosso entender — e tivemos ocasião de o explicar —, de um erro material, e o Governo aceitou-a.

Pergunto, então, a V. Ex.^a, Sr. Presidente, se a expressão «concomitante» consta do diploma ou se o Governo aqui pode dizer da sua aceitação expressa.

O Sr Presidente — Sr Deputado, já passou o momento em que poderíamos discutir esse problema. Em todo o caso, a proposta em causa apenas foi aprovada na generalidade e, portanto, em sede de especialidade, todas as alterações linguísticas e outras podem ser introduzidas. Neste momento, e em Plenário, é que não podemos voltar atrás e alterar o sentido da votação.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr Presidente, peço desculpa, mas exprimi-me mal.

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Orador — O que pretendo é solicitar a V. Ex.^a que o Governo intervenha e diga aqui, para que fique registado, se aceitou ou não a nossa proposta de aditamento.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, esse é um problema que se porá sempre em sede de discussão na especialidade; em rigor, até será aquando da redacção final do diploma, mas antes disso há muita oportunidade de fazer essa correcção. Não vale a pena estarmos a discutir esse aspecto agora.

O Sr. Casimiro Ramos (PS): — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

O Sr. Presidente. — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Casimiro Ramos (PS). — Sr. Presidente, a minha interpelação à Mesa surge no seguimento da interpelação feita pelo Sr Deputado Basílio Horta.

Efectivamente, aquando da discussão da proposta de lei a que se referiu o Sr. Deputado do CDS-PP, já aprovada na generalidade, foi levantada a questão da introdução da palavra «concomitante». Nesse sentido, o Partido Socialista fez chegar ontem à Mesa uma proposta de alteração à proposta de lei n.º 11/VIII, acrescentado exactamente a palavra «concomitante».

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Nesse caso, se há uma proposta de alteração, ela será conhecida em sede de comissão.

Srs Deputados, podemos votar conjuntamente, na especialidade, a proposta de lei n.º 11/VIII, ou será que a temos de votar artigo a artigo?

Tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, face à mudança de opinião por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é evidente que, por uma questão de lealdade, informo que o Grupo Parlamentar do PSD vai votar contra e, desse modo, não vale a pena votarmos a proposta artigo a artigo.

O Sr. Presidente. — Srs. Deputados, vamos votar, na especialidade, todos os artigos da proposta de lei n.º 11/VIII

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE e votos contra do PSD.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global da mesma proposta de lei n.º 11/VIII.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE e votos contra do PSD

Srs Deputados, vamos passar à votação final global da proposta de lei n.º 5/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes e votos contra do BE

O Sr Deputado José Magalhães pediu a palavra para que efecto?

O Sr José Magalhães (PS) — Sr. Presidente, apenas para que conste da Acta, informo que a designação da proposta de lei agora aprovada foi alterada, nos termos que decorrem do relatório, e já não é a originariamente proposta pelo Governo.

O Sr. Presidente — Pode mencionar qual é a nova designação?

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, a nova designação da proposta de lei n.º 5/VIII é a seguinte autorizar o Governo a transpor para a ordem jurídica interna a Directiva 96/90/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Março, relativa à protecção jurídica das bases de dados

O Sr. Presidente — Não é um caso de poder de síntese, mas fica registado, Sr. Deputado

Risos

Srs. Deputados, vou dar-vos conta de uma mensagem de S. Ex.^a o Presidente da República, que é do seguinte teor. «Não tendo efectuado, conforme previsto, após as visitas a Macau e à Tailândia, a minha deslocação a Timor Leste, deslocar-me-ei àquele território, entre os dias 10 e 15 do próximo mês de Fevereiro, pelo que venho requerer, nos termos dos artigo 129.º, n.º 1, e 163.º, alínea b) da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República.»

Srs Deputados, a proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas é do seguinte teor «A Assembleia da República, de acordo com as disposições constitucionais aplicáveis, dá o assentimento nos termos em que é requerido»

Vamos votar o parecer e proposta de resolução

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Terminadas as votações, vamos continuar a interpelação ao Governo sobre o estado da justiça e política de segurança interna

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva, que vai fazer mais um exercício de ascensão até ao «pódio»

O Sr Guilherme Silva (PSD). — Sr Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, Sr. Ministro da Justiça, Srs. Deputados Como é próprio da democracia e da alternância de poder, vivemos hoje, em Portugal, um ciclo político que se iniciou em 1995.

Manda a verdade e a seriedade com que estas questões de Estado devem ser tratadas que se reconheça, sem rodeios, que as dificuldades e carências do sector da justiça são anteriores ao actual ciclo político

O Sr José Magalhães (PS) — É um facto!

O Orador — Mas manda também a mesma verdade que se diga que todo o esforço e trabalho de recuperação, apetrechamento humano e tecnológico dos tribunais e algumas reformas levadas a cabo foram totalmente comprometidas pelo Governo, na legislatura anterior

O Sr José Magalhães (PS) — Não é um facto!

O Orador — A uma tendência de melhoria, a uma atitude de esperança, a um sentido de cooperação institucional sucederam o pessimismo, a desmotivação e os mais graves conflitos entre os diversos responsáveis pela justiça

O Sr José Magalhães (PS) — Parece a descrição do PSD!

O Orador. — E se trago à colação estes antecedentes próximos da crise que hoje vivemos e desejamos atalhar, é porque temos de ser nós, os políticos, a dar o exemplo na assunção das responsabilidades que nos cabe e a ter a humildade de reconhecer os erros e a disponibilidade para os corrigir

Permitam-me, pois, que recorde o que, em interpelação realizada nesta Assembleia, em 15 de Abril de 1999, disse ao Ministro da Justiça de então «O Sr Ministro da Justiça, sem ponderação, toma iniciativas legislativas desfigurantes do equilíbrio que a salvaguarda de direitos fundamentais exigia que se mantivesse no processo penal, acentuando os poderes do Ministério Público e preterindo e atropelando competências que só a magistratura judicial devem caber.

Travámos aqui o que nos foi possível!

Porém, pela mão do Governo, instalou-se o 'PREC' na justiça»

O Sr José Magalhães (PS) — O PREC?

O Orador — «Pela mão do Governo, desencadeou-se a 'balcanização' da justiça Pela mão do Governo, atirou-se a magistratura judicial contra o Ministério Público e vice-versa Pela mão do Governo, pôs-se a Polícia Judiciária em conflito com o Ministério Público e vice-versa Pela mão do Governo, pôs-se o Director-geral da Polícia Judiciária em conflito com o Procurador-Geral da República»

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador: — E lembrei também, então, o que escreveu, nessa altura, no jornal *Público*, o Dr Vital Moreira, relativamente ao estado da justiça e à necessidade que o próprio Presidente da República teve de intervir «O Presidente decidiu intervir quando as coisas atingiram um grave estado de degradação e se revelou a incapacidade do Governo para lhes acudir

Foi também nesta linha de desresponsabilização, em virtude da autonomia e independência das magistraturas, que o Primeiro-Ministro justificou a impotência governamental. Mas a justificação não procede inteiramente. Una coisa é a autonomia das magistraturas nas suas funções próprias, outra

é a renúncia a utilizar os mecanismos políticos e legislativos que permanecem nas mãos do Governo e do Presidente da República, desde a nomeação e exoneração do Procurador-Geral da República e dos chefes das polícias até à definição do estatuto jurídico e dos quadros das magistraturas

Não haja ilusões, porém. A recente guerra de corporações na área da justiça é somente um afloramento da profunda crise de todo o sistema

A agitação pode amainar transitoriamente, mas as suas causas estruturais permanecem».

Aliás, V. Ex.^a, Sr Ministro da Justiça, reconheceu-o também, em recente entrevista ao jornal *Público*, e passo a citar: «A polémica pública entre os magistrados judiciais e os magistrados do Ministério Público tem um efeito demolidor sobre a confiança dos cidadãos no funcionamento da Justiça».

Sr. Ministro, estamos inteiramente de acordo consigo, mas quem provocou essa querela foi o seu antecessor e o Governo que V. Ex.^a integrava

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Foi nessa altura que a justiça «bateu no fundo» e a crise deste sector mais se agudizou. E essa agudização foi devida, também, ao alheamento do Sr. Primeiro-Ministro, sempre hábil a escapar-se nos momentos difíceis.

De tal modo que o próprio Dr Augusto Santos Silva, actualmente Secretário de Estado, escreveu a propósito, na altura, o seguinte. «Uma opinião pública que pressente que o Primeiro-Ministro se alheia dos problemas ou se esquiva a tomar e esclarecer opções perde necessariamente confiança. Uma opinião pública que suspeita que aquele que consagrou como líder procura segui-la em vez de liderá-la vai puni-lo, mais tarde ou mais cedo»

Srs Deputados, é óbvio que este desnorte do Governo numa área tão sensível como a justiça não podia deixar de ter expressão em números preocupantes, que passo a referir

Os crimes contra as pessoas subiram de cerca de 68 000, em 1995, para 75 000, em 1997, e a sua actualização, em 1998 e 1999, confirmou a tendência deste aumento, tendo o Sr Ministro da Administração Interna confirmado, recentemente, o agravamento da criminalidade violenta, em 1999, em cerca de 30%

O número de infractores conhecido, no âmbito do consumo e do tráfico de droga, subiu de pouco mais de 6000, em 1995, para perto de 9500, em 1997, e os furtos de veículos aumentam cerca de 17 000, em 1995, para 25 000, em 1998

O número de reclusos nas nossas prisões subiu de 13 000, em 1996, para 14 600, em 1998

O número global de processos findos em 1996 e 1997 diminuiu em cerca de 200 000, relativamente aos anos de 1992 e 1993. Significa isto que aumentaram proporcionalmente as pendências judiciais, ou seja, que a justiça se tornou, nos últimos anos, mais morosa e mais lenta

O Sr. José Magalhães (PS) — Não apoiado!

O Orador — O Tribunal Cível de Lisboa viu-se forçado a estabelecer que cada entidade apenas possa dar entrada a cem processos por dia

Recentemente, o *Diário de Notícias* referiu «Justiça Administrativa à deriva. Com apenas um ano e meio de exis-

tência, o Tribunal Central Administrativo está afundado: em 1998, para um total de 11 juizes, foram distribuídos 1668 processos e findaram somente 453»

O Sr José Magalhães (PS) — Temos o «eco» do *Diário de Notícias*!

O Orador — No DIAP central, em de 1999, pendiam 121 060 inquéritos, que aguardavam notificações às partes ou a testemunhas. No distrito judicial de Lisboa, esse número de notificações pendentes ascendem a 132 451 processos. Entretanto, só em 1998/1999, prescreveram mais de 14 000 processos

Processos parados são aos milhares, em particular nas comarcas das áreas metropolitanas.

No Laboratório de Polícia Científica aguardam a sua vez 15 000 perícias e nos Institutos de Medicina Legal de Lisboa e Porto cerca de 6000 autópsias, algumas feitas há mais de quatro anos, aguardam relatórios.

O Sr. José Magalhães (PS) — Isto é extraordinário!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Os números falam por si.

O Sr José Magalhães (PS) — Mas o bons, os corretos!

O Orador — Não devemos ser alarmistas nem catastrofistas, já que tal seria irresponsável e só contribuiria para agravar a crise e para desacreditar ainda mais a justiça. Mas, pior do que isso, é meter a cabeça na areia, é olhar para o lado e fugir a enfrentar corajosamente a situação, protelando-a com paliativos

É por isso bom ter presente os ecos da opinião pública, o registo dos comentadores e analistas sobre o actual momento da justiça em Portugal. Trata-se, muitas vezes, de consciências despertas, observadores atentos, estudiosos da realidade social em que nos movemos e, por isso, também devem ser lidos, escutados e reflectidos

Assim, o Dr Mota Flores escreveu há poucos dias, no *Diário de Notícias de Lisboa*, referindo-se à justiça: «Tornou-se numa casa mal frequentada, onde tem dominado o embuste, a arrogância, a mesquinhez, a sacralização de cidadãos de pública virtude mas de vícios privados tão perversos()»

Em recente editorial do *Expresso* referiu-se «Não será abusivo dizer que, em certo período, a justiça em Portugal foi influenciada por *O Independente* — mostrando-se leviana a acusar, ligeira a julgar e 'justiceira' na atitude perante a classe política (sobretudo a cavaquista)

E este é outro defeito da justiça portuguesa. Talvez pelo facto de o sistema ser jovem, tem seguido demasiado a moda. Teve um comportamento no tempo do cavaquismo — e agora tem outro. Hoje, à imagem do Governo socialista, é mole, não toma decisões, adia os problemas. Ora, uma justiça que parece seguir a moda dificilmente justificará a sua independência»

No seu estilo cáustico e frontal, mas com especial clarividência e superior honestidade intelectual, o Dr. António Barreto, referindo-se à justiça, escreveu recentemente no jornal *Público*

O Sr José Magalhães (PS) — Este estilo de oratória é curioso!

O Orador. — . . . «Como parece evidente, não há mil maneiras de resolver os problemas A principal responsabilidade é a do Parlamento Este não é culpado pela situação mas é responsável pela desatenção e pela falta de legislação adequada Agora, a sua acção, até por iniciativa do Governo, é imprescindível Só o Parlamento pode legislar e criar as bases para a refundação ou renovação do sistema O problema é que os dois principais partidos e muitos dos seus Deputados têm medo. Medo dos juízes, medo do Ministério Público e medo dos advogados. Medo deles próprios. Medo e interesses Não vai ser fácil».

O Sr. José Magalhães (PS) — É uma citação, não é o Deputado Guilherme Silva!

O Orador: — «António Costa tem boas intenções e más ideias. Com Jorge Sampaio, Vera Jardim e Castro Caldas no horizonte, as suas ligações pessoais e políticas aumentam-lhe as dificuldades A sua irresistível vontade de se entender com a Ordem dos Advogados, os sindicatos, a Procuradoria, o Supremo, o Tribunal Constitucional, o CEJ, os Conselhos Superiores e as Faculdades de Direito fá-lo procurar soluções especiosas. Dá sinais de acreditar no «método Guterres»: tangentes, bissecriz e consenso Tangentes aos conflitos Bissecriz dos interesses. Consenso entre adversários»

O Sr. José Magalhães (PS) — E o Deputado Guilherme Silva aceita isto pacificamente?

O Orador: — O Dr Luís Salgado Matos, em artigo recente no *Público*, refere: «A nossa justiça continua a ser aplicada com base em dois princípios não escritos

Primeiro, o Estado é irresponsável Segundo se alguém é apanhado, corre por todos O medo guarda a vinha É a lógica de uma sociedade agrária e pré-industrial Os tribunais estão organizados em conformidade vivem em pleno século XIX Por exemplo: ignoram os computadores Hoje o sistema é disfuncional: o Estado português perde sistematicamente processos no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem devido à morosidade dos tribunais A imprensa internacional ataca a justiça portuguesa — o que afasta investimentos Os nossos «media» têm que desacreditar a organização judicial»

O Sr. José Magalhães (PS). — Assim, é fácil fazer intervenções!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Isto é a revista de imprensa?

O Orador. — Henrique Monteiro escreve no *Expresso* «Está criado o quadro, complexo e contraditório, de que a justiça não é igual para todos, que depende de caprichos, de interpretações, de pressões e de compadriços Nada necessita tanto de nova gente, de ideias novas e de processos diferentes»

E António José Teixeira escreveu no *Diário de Notícias* «A questão que melhor ilustra a crise da justiça é a necessidade absoluta que os cidadãos sentem de recorrer da própria justiça. Da injustiça»

O Sr. José Magalhães (PS): — Quando é que «entra» a Margarida Marante?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Falta o 24 Horas!

O Orador — Preocupante é, igualmente, o que afirma o Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, em entrevista ao *Expresso*, quando, questionado sobre se as condições essenciais à independência dos juízes estão ameaçadas, respondeu «Estão Quando vários grupos de pressão, através dos mais variados meios, entre os quais a comunicação social, tentam fazer desacreditar não o sistema da justiça mas o poder do juiz Porque se quer uma sociedade sem poderes e sobretudo sem o poder judicial operante».

Srs. Deputados, naturalmente, nem todas estas afirmações merecem a minha concordância,

Vozes do PS — Ah!

O Orador — mas são afirmações que reflectem o estado da opinião pública; são afirmações que nós, no Parlamento, não podemos ignorar, ainda que com a triagem que elas possam merecer

É este panorama preocupante da justiça, na sua área mais visível, a judiciária

Não se ficam, porém, por aqui. infelizmente, as disfunções, os bloqueios e as carências desta tão sensível área do Estado

Por manter toda a actualidade, permitam-me que refira o que há algum tempo atrás escreveu o Dr Daniel Sampaio sobre o estado das nossas prisões «Muitas prisões estão superlotadas, não têm o mínimo de condições de higiene e juntam delinquentes graves com adolescentes em prisão preventiva. Em 30 dos 51 estabelecimentos prisionais as necessidades continuam a ser feitas em latas, em muitas prisões os sanitários estão avariados e a assistência médica e de enfermagem é praticamente inexistente São frequentes as zangas violentas, as violações, os negócios paralelos e o tráfico de drogas duras É muitas vezes negada aos presos a possibilidade de estudar ou ler, não existem actividades desportivas estruturadas e a formação profissional é rudimentar

Falar de «alas livres de drogas» não corresponde a nada de sólido, porque leva a colocar no mesmo local indivíduos com acontecimentos de vida e perfis desviantes bem opostos A verdade tem de ser dita, doa a quem doer não existe uma política de saúde para a população prisional, para fazer face aos graves problemas de toxicodependência, SIDA e outras infecções, a atingir um número impressionante de presos (60% consome drogas duras, 2% são seropositivos, 25% têm hepatites B e C) Impressiona ouvir na televisão o Director-Geral das Prisões solicitar às famílias que não transportem drogas para os presos, esquecendo-se esse responsável que nada tem para oferecer aos presos dependentes É triste ver o Governo a não aceitar um programa prisional de troca de seringas, ou a conceder um espaço na cadeia para administração de drogas, com vigilância médica ou de enfermagem»

No que toca ao notariado tem-se vivido um autêntico ziguezague por parte do Governo e do Partido Socialista, bem demonstrativa de que prometem uma coisa e fazem outra

O Sr José Magalhães (PS) — Aí vêm mais três citações!

O Orador — Em 1995, no final da legislatura, aprovamos a proposta de lei de liberalização do notariado, apre-

sentada à Assembleia da República pelo último Governo do Professor Cavaco Silva O então Presidente da República, Dr Mário Soares, vetou o diploma, que não chegou assim a entrar em vigor.

O Governo do PS, na anterior legislatura, tardou a apresentar ao Parlamento a proposta de lei da privatização do notariado, só o tendo feito nas últimas semanas, quando já não era possível apreciá-lo.

O projecto de lei que o PSD apresentou, depois de aprovado na generalidade, ficou nas gavetas da 1ª Comissão à espera do Governo.

O Ministro José Vera Jardim afirmou, então, solememente, nesta Câmara «Como dizia, estou inteiramente aberto a que continuemos os estudos desta reforma, para que seja possível, em clima consensual — porque, tratando-se de uma reforma difícil, bem precisa dele —, fazê-la logo no primeiro trimestre a seguir ao *terminus* da legislatura.» Imaginem!

O certo é que o Programa do Governo, num retrocesso inadmissível, abandonou o compromisso de operar a transição para o notariado latino e ficou-se pela mera privatização de actos.

O Partido Socialista não abandonou ainda a sua visão estatizada da sociedade e insiste em manter a ultrapassada organização pública do notariado.

Acompanhamos as medidas pensadas de simplificação e desburocratização e de facilitação da vida económica com as necessárias cautelas. Consideramos, porém, inaceitável e imperdoável que o Governo crie uma comissão para estudar a privatização de certos actos e nela não integre um notário que seja.

Chegados aqui, cumpre perguntar Que fazer? Que futuro para a justiça em Portugal? Temos acompanhado os sucessivos apelos e sugestões que o Sr Presidente da República vem fazendo nos últimos anos, nas suas intervenções, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial. Infelizmente, porém, de um modo geral, os seus fundados apelos tem sido inconsequentes. Importa, pois, decidir o que fazer.

Precisamos de recentrar toda a problemática da justiça no lugar devido, ou seja, no seu destinatário o cidadão.

Importa pôr termo a toda uma discussão que se desenvolve, sistematicamente, em circuito fechado, entre os protagonistas judiciários, deixando à margem os cidadãos.

Naturalmente que os intervenientes no sistema merecem toda a consideração e devem estar envolvidos nas reformas, mas, em primeiro lugar, tem de estar o cidadão, para quem a justiça não constitui um serviço qualquer mas um dos fundamentos do Estado de direito e garante dos direitos e liberdades fundamentais. Esta é, para nós, uma questão prévia essencial associar indissoluvelmente a justiça à cidadania.

A segunda questão é a de saber se o estado a que chegámos na justiça não revela, por si próprio, que o sistema vigente dá indícios seguros de estar esgotado, exigindo reformas de fundo.

V Ex^a, Sr. Ministro, está particularmente preocupado com a morosidade e com os processos acumulados.

O Sr José Magalhães (PS) — Faz bem!

O Orador — Naturalmente que o acompanhamos nessas preocupações e, com os aperfeiçoamentos que a seu tempo iremos sugerir, viabilizaremos a proposta de lei que o Governo apresentou à Assembleia da República e que será debatida amanhã.

O Sr José Magalhães (PS) — Ora aí está um bom anúncio!

O Orador — Permita-me, porém, que lhe diga que também aqui estou preocupado com indícios fortes de que, mais uma vez, o Partido Socialista e o Governo não têm a menor vontade de reformar.

O carácter vago e impreciso do Programa do Governo na área da justiça, uma grande agitação das pequenas medidas pontuais, como é o recrutamento excepcional de juizes substitutos, levam-nos a pensar que o Governo e o PS querem ficar pelos meros remendos.

Sr Ministro da Justiça, queremos deixar claro que não inviabilizaremos as medidas conjunturais que tivermos por adequadas. Porém, estamos empenhados em atacar as causas e não apenas, conjunturalmente, os efeitos.

O Sr Ministro da Justiça. — Muito bem!

O Orador — Daí que tenhamos de insistir no nosso desafio de saber se o Partido Socialista está disponível para uma revisão extraordinária da Constituição e para o que se tenha de fazer nessa sede para a reforma da justiça, sem termos de esperar por mais dois ou três anos.

E, por isso, adianto algumas ideias concretas que visam acabar com a opacidade do sistema, ou seja, assegurar mais transparência e maior eficácia.

É urgente que se faça uma auditoria externa e idónea à justiça, levada a cabo por elementos qualificados das várias áreas científicas, que se tenham por adequadas, mas exteriores ao sistema, elaborando-se um livro branco sobre esta importante área do Estado.

O Sr José Magalhães (PS) — Já há!

O Orador — Por outro lado, é indispensável recuperar e fortalecer a credibilidade da justiça, tão gravemente afetada nos últimos tempos.

É necessário repor o equilíbrio entre os intervenientes no sistema de justiça, que tem sido crescentemente alterado, em particular no processo penal, e encontrar formas de legitimação do poder judicial e os necessários mecanismos de controle, que, não atentando com a independência dos juizes e dos tribunais, garantam o seu funcionamento democrático.

Igualmente importante é, com óbvio respeito pelo princípio da separação de poderes e pela independência do poder judicial, tornar claras as competências do Governo na definição e execução de uma política de justiça, de modo a que o Ministro da Justiça seja o rosto por elas responsável e não apenas um mero administrador do parceiro judiciário.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — A tarefa de menos para a dimensão de V Ex^a, Sr Ministro!

Entendemos ser necessário que a composição dos conselhos superiores, que se devem manter autónomos, derive tão-só de eleição pelo Parlamento, devendo ser repensadas as suas competências, face às que devem caber ao Governo, enquanto executivo.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador: — Desta forma conseguir-se-á uma legitimação do sistema que hoje não se regista e aperfeiçoaríamos os mecanismos de controle democrático, actualmente escassos ou inexistentes.

A par desta alteração, entendemos que deve ser criada uma comissão constituída por personalidades de superior competência e idoneidade, restrita, para análise de queixas de cidadãos relativamente aos agentes judiciários, que as analisariam e encaminhariam para os órgãos competentes com vista a adopção dos procedimentos necessários.

Contribuir-se-ia, assim, para desenvolver uma cultura de responsabilidade e de serviço, em lugar de uma cultura de poder, por vezes excessivamente presente, no seu pior sentido.

Deveríamos igualmente legislar, com as cautelas e prudência que a matéria exige, no âmbito da responsabilidade dos magistrados, hoje restrita a situações de dolo, sem prejuízo da revisão da lei que regula a responsabilidade do Estado

Esta reforma de fundo, que toca no sistema e para a qual é necessária coragem e vontade política, não é incompatible com medidas avulsas imediatas, como sejam: recrutamento excepcional de juizes substitutos; agregação e desagregação de comarcas; que se implementem mais centros de arbitragem e se estimule o recurso a formas extrajudiciais de composição de interesses, que se reforcem os quadros dos magistrados e de funcionários dos tribunais; que se aposte na formação e reciclagem dos magistrados e dos funcionários; que se apetrechem os tribunais com novas tecnologias e se harmonizem os sistemas informáticos, que se criem os julgados de paz ou tribunais de pequena instância, que se prestigie e alargue a intervenção do júri restrita à matéria de facto, que se dispensem os tribunais colectivos a favor do juiz singular, assegurando o registo da prova; que se criem condições de trabalho, em instalações, meios e assessoria aos magistrados; que se crie a carreira de gestores dos tribunais, sem prejuízo da sua subordinação ao juiz presidente do tribunal; que se criem mais tribunais especializados, em particular nas grandes comarcas, que se institucionalize a contingência e a responsabilização dos intervenientes por incumprimento dos prazos; que se operacionalize o apoio judiciário e o patrocínio oficioso; que se aumentem as alçadas;..

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS) — Aumentarem as alçadas?! Isto é inconcebível! Votou contra!

O Orador: — . que se apetreche em meios humanos e técnicos a Polícia Judiciária, que deve continuar a ser o instrumento privilegiado da investigação criminal; que se simplifique o processo civil.

Tudo isto, e muito mais, se pode e deve fazer, mas tudo isto não deve prejudicar a reforma do sistema

V. Ex^a, Sr. Ministro, referiu que a justiça vivia ainda num estádio anterior à penicilina. Alguém já escreveu, em relação às suas propostas, que V. Ex^a estava a querer curar uma pneumonia com aspirinas. Isto significa que V. Ex^a quer continuar a manter a justiça num estádio anterior à penicilina. Para isso não conte connosco!

Assim, renovamos ao Governo e ao Partido Socialista o desafio para a reforma do sistema e para uma revisão antecipada da Constituição, que não tem de ser amanhã mas que não pode ficar para daqui a dois ou três anos

Estamos disponíveis para aprofundar os contornos e os detalhes das nossas propostas e não estamos fechados a ajustamentos, que as não desvirtuem

Vontade política não nos falta, mas sozinhos não as podemos fazer. Cada um assumirá a sua responsabilidade, se for adiado o combate de fundo às causas da moralidade, da opacidade e do carácter aleatório do actual sistema de justiça.

Não queremos fazer a reforma do sistema contra ninguém, queremo-la fazer pelos cidadãos e pelo País. Por isso, prestamos homenagem a quantos magistrados, com privações e sacrifícios e sem meios tudo fazem, com o espírito de serviço, para dar respostas que o sistema não lhes permite proporcionar, assim como registamos o esforço de muitos funcionários que, em precárias condições e sem estímulo, fazem o seu melhor e como temos ciente a prestigiada colaboração dos advogados na realização do Estado de direito, apesar dos entorses com que se deparam e a que urge pôr termo, acabando com o fantasma do excesso de garantismo

Sr Ministro da Justiça, não vou deixar de lembrar aqui uma feliz imagem que alguém já usou «a justiça é um vaso de porcelana fina e frágil que se for quebrada, mesmo que colada, não perderá os sinais das fracturas»

Porque esta é uma questão de Estado, que devemos colocar acima de querelas partidárias, muito sinceramente lhe digo, Sr Ministro da Justiça, que não gostaria de o ver agarrado aos cacos ou à procura deles

Para reformar o sistema, precisa de coragem política. Para isso, pode contar com o maior partido da oposição Assim pudesse o País contar com V. Ex^a e com o seu partido!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró.

O Sr José Magalhães (PS) — Vai perguntar se é verdade esta última parte da intervenção?

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Guilherme Silva, gostei muito de ouvir a sua intervenção, como é natural, e do longo elenco das medidas que propõe

Todavia, não vou fazer a pergunta fácil, de algibeira, e dizer que estes problemas não são novos e que, pelo menos, a maior parte deles não foram atacados até 1995, eles já vêm de trás, pois o Partido Social Democrata não foi capaz de os resolver, e agora não é altura de dizer aos outros para fazer o que não fizeram Não vou entrar por aí!

Há algumas coisas que não percebi, na reunião da Comissão, e como V. Ex^a trouxe aqui este assunto, hoje, talvez seja esta a melhor altura para todos compreendermos o que é esta coisa de auditoria externa aos tribunais Gostava que me dissesse em que é que ela consiste.

O segundo problema que gostaria que me esclarecesse é o seguinte. pareceu-me ouvi-lo dizer da tribuna que devia haver uma espécie de provedor para receber as queixas da justiça Quer, então, dizer que, para além do Provedor de Justiça, vamos criar um outro provedor de justiça para a justiça?! Vamos diminuir o Conselho Superior da Magistratura,

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Não, não!

O Orador — que é o provedor de justiça para a justiça, e ao seu lado, em cima ou abixo, não sei onde, colocar um provedor de justiça para a justiça?!

Em terceiro lugar, pareceu-me que nestes elogios finais que fez em relação à magistratura judicial e aos advogados — elogios esses em que o acompanho — há um silêncio gritante O Sr Deputado não elogiou o Ministério Público. Pergunto porque é que ao lado da magistratura judicial e dos advogados não há uma palavra para o Ministério Público?

O Sr José Magalhães (PS) — É a guerra!

O Orador — É um silêncio que faz espécie!

Em quarto lugar, V Ex^a, durante o seu discurso, referiu, a certa altura — e desculpe se não percebi bem e estou errado —, que havia Deputados com medos e interesses

O Sr José Magalhães (PS) — Era uma citação!

O Orador — V Ex^a é capaz de dizer, com ou sem citação, que espécie de Deputados são esses que têm medos e interesses.,

Vozes do CDS-PP e do PS — Muito bem!

O Orador. — . onde é que eles estão e se na minha bancada está algum?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Narana Coissoró, agradeço as questões que colocou mas, naturalmente, a esta hora do debate já está um pouco cansado e não ouviu com atenção a minha intervenção

A primeira questão que gostaria de colocar é que não fiz a afirmação que havia Deputados com medos, limitei-me a transcrever um escrito de um ilustre analista, por quem, aliás, tenho muita consideração e estima, que é o Dr António Barreto

O Sr José Magalhães (PS) — E assume!

O Orador — Não assumo nada! Disse, a dada altura, que temos de estar atentos, não podemos estar de olhos vendados e com as mãos nos ouvidos, como o macaco! Há *opinion makers*, há analistas que se têm pronunciando sobre a justiça e é bom que o Parlamento tenha eco dessas situações

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Eco da infâmia!

O Oradora: — É bom que tenhamos presentes essas situações, independentemente de concordarmos ou não O meu comentário, depois de ter referido as citações, foi que podemos não concordar com elas, e eu próprio não concordo com muitas,..

O Sr José Magalhães (PS) — Ah!

O Orador — mas temos a obrigação de as ouvir, enquanto índices de um sentir da sociedade, e não devemos estar aqui de costas voltadas para ela Esta é a minha postura.

Quanto a Deputados com ou sem medo, como lhe disse, trata-se da citação do Dr António Barreto

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Mas quando a refere é sua!

O Orador: — Mas há uma coisa que lhe posso dizer não aceito essa distinção de Deputados com ou sem medo Pessoalmente, não tenho medo e assumo

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Parece que há outros!

O Orador — Por isso é que não aceito a distinção

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Mas tem de dizer quais!

O Orador — Não tenho qualquer medo e assumo ali e em qualquer lado as propostas que aqui subscrevi

A segunda questão é que não é verdade que não tenha prestado homenagem aos Srs Magistrados do Ministério Público, porque prestei homenagem aos magistrados em geral e não disse que eram os judiciais O que disse foi que aqui presto homenagem a quantos magistrados com privações, sacrifícios e sem meios tudo fazem, com espírito de serviço, para dar respostas que o sistema não lhes permite proporcionar, abrangendo, obviamente, quer os magistrados do Ministério Público

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Ouviu mal!

O Orador — quer os judiciais Não tenho qualquer razão para fazer qualquer discriminação

Quanto à auditoria externa, confesso que não pensei que necessitasse de explicar o que isso é ao Professor Narana Coissoró!

Risos do PSD

Quando se fala numa auditoria externa tem de ser, obviamente, com entidades exteriores ao sistema, devidamente classificadas. Em Espanha, há pouco tempo, fizeram uma auditoria externa, com gente classificada, e têm um livro branco excelente sobre uma análise dos bloqueios das questões da justiça e sobre todo o funcionamento da justiça

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — É o nosso observatório!

O Orador — Parcialmente, há uma coisa mais aprofundada, do meu ponto de vista, e mais actualizada, que tem de ser feita com a amplitude maior, não apenas centrada no poder judicial mas na área da justiça em geral

A terceira questão é o problema da comissão de queixas, que não é uma invenção Nos Estados Unidos, há um sistema, que não é aquele pelo qual me inclino .

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — A América não tem Conselho Superior da Magistratura

O Sr Presidente: — Srs. Deputados não façam diálogo directo, por favor

O Orador — . porque esse tem envolvências judiciais, mas em França está ser agora criada uma comissão nesses termos, que é presidida por um juiz superior. Não é uma comissão muito ampla mas é um sinal de uma entidade exterior ao próprio sistema judicial que faz uma triagem dessas queixas relativamente aos agentes judiciários em geral e é importante que, sem quebra dos princípios da separação de poderes dos juízes, encontremos as formas que garantam uma fiscalização, já que em democracia não há poderes que não sejam fiscalizáveis.

O caso do poder judicial é mais delicado, mais melindroso, mas temos de ter imaginação para cumprir esse desiderato da democracia, que é não haver poderes sem controlo. É nessa assunção de responsabilidade e nesse ponto de vista que, também sem medo, assumo esta proposta.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Lacão

O Sr. Jorge Lacão (PS) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs. Deputados Quando, há pouco, ouvia o Sr Deputado Guilherme Silva não pude deixar de me lembrar do teatro grego, daquela forma de teatro em que os actores ocultavam a sua identidade por detrás das máscaras, para prolongarem a sua voz e sem que, todavia, fossem identificados pelo público.

Foi assim que, hoje, o Sr Deputado Guilherme Silva veio brindar a Assembleia da República, só que em lugar de uma bela peça trágica trouxe-nos uma farsa.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Mas é uma farsa, Sr Deputado, que não podemos aceitar, porque não podemos, a título algum, aceder a sugestões, venham de onde vierem, de Deputados que possam exercer de forma condicionada o seu mandato e que haja um Deputado que venha aqui invocar a opinião de outros para lançar essa suspeita, sem querer assumir a sua própria responsabilidade.

Aplausos do PS e do CDS-PP

Srs. Deputados, quando se fala de crise, esta tem muitas vezes a ver com o sentido dos exemplo que cada um dá.

Por isso, permitam-me também que recorde aqui um autor, já falecido mas cujo pensamento é ainda nosso contemporâneo, Karl Popper, quando, a propósito dos debates e da liberdade de opinião, estimulava os intelectuais (e eu acrescentaria por que não os políticos?) no sentido de não exprimirem opiniões em falso antes de terem o mínimo de convicção e de certeza acerca das suas próprias posições, para não induzirem falaciosamente em erro aqueles que ouvem e aqueles que desejavelmente querem poder ter — os que dão o exemplo pelo pensamento ou pela ação — uma orientação aceitável.

Srs Deputados, há crise na justiça? Há, certamente, mas é de uma crise em sentido geral, de que podemos falar como se fala de uma crise na sociedade, porque foi ultrapassado um paradigma.

Hoje, o direito já não é certamente a referência para uma sociedade estática, patriarcal, subordinada a um princípio hierárquico e baseada numa linha de orientação autoritá-

ria. Hoje, a sociedade é mutável, a muitos níveis, é cada vez mais complexa e, pela globalização, pela sociedade de consumo, pelo aumento significativo dos direitos fundamentais, como disse o Sr Deputado Narana Coissoró, e pelas funções do próprio Estado social, essa complexidade leva a que a demanda aos tribunais coloque novos e sérios problemas à capacidade de resposta dos mesmos.

Como disse, recentemente, um autor francês, hoje, neste tempo e nesta civilização, os tribunais estão colocados como guardadores de promessas de uma sociedade que todos os dias revela ambição em se transformar, em ser melhor, em ter mais níveis de bem-estar e em fruir das possibilidades que uma sociedade aberta confere a todos os cidadãos.

Problemas como este interpelam a justiça? Sim, seguramente, mas fazem-no de uma maneira que não corresponde a uma interpelação directa a um Ministro da Justiça, em qualquer circunstância, porque é um problema cultural profundo, para o qual vale a pena mobilizarmos a nossa capacidade de entender o mundo à nossa volta.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — O Sr. Deputado Narana Coissoró falou deste aspecto e, a meu ver, fez uma referência extremamente positiva ao sentido que isto tem. Por isso, como já foi salientado, a sua interpelação inscreveu-se inteiramente no sentido de seriedade e de responsabilidade de Estado que aqui quero apontar e, com isso, manifestar, da parte da bancada do PS, a satisfação pela oportunidade deste debate, para que possamos colocar, de forma séria e adequada, muitos dos problemas da justiça.

Se compararmos a actual situação portuguesa da resposta do sistema judiciário com a de outros Estados do mundo europeu em que nos integramos, verificaremos que outros estão em situação ainda mais afeita do que a portuguesa e que, se temos problemas para resolver, não há dúvida que há condições de controlo, de identificação e de actuação pontual e concreta sobre muitos desses problemas sem, ao mesmo tempo, nos demitirmos de procurar ter uma visão sistémica e de conjunto.

Mas para que essa visão tenha sentido, ela tem de ser feita recuperando um clima de confiança. Se há algo no mundo judiciário que faz sentido é a confiança que temos de colocar uns nos outros, particularmente na relação com os operadores judiciários e destes com os cidadãos, para que possamos acreditar nas instituições do Estado de direito.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Ora, Srs Deputados, interrogo-me se se estão a gerar condições para a confiança quando apenas se evocam tensões do mundo judiciário sem procurar as suas causas profundas e sem procurar avaliá-las positivamente. É contribuir para a confiança o vir propor aqui, uma vez mais, desta tribuna, a abertura de um período extraordinário de revisão constitucional, sem saber dizer para quê? Abra-se a revisão constitucional primeiro e faça-se um livro branco sobre a justiça depois, para saber para que é que essa revisão poderia ter sentido e utilidade!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Essa agora!

O Orador: — Este é o sinal mais evidente da completa falta de orientação política e de sentido das responsabilida-

dades e, portanto, da incapacidade de contribuir para o clima de confiança que é necessário, mas que é necessário a partir de nós próprios, responsáveis políticos, que como tal temos de nos apresentar face aos cidadãos!

O Sr. José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador. — É necessária uma cultura de responsabilidade e, desde o momento em que apresentou, nesta Assembleia, o programa da justiça inserido no Programa do Governo, o Sr. Ministro da Justiça tem-nos falado claramente da sua agenda para a justiça e hoje, mais uma vez, de forma detalhada, voltou a referi-la

Nesta cultura da responsabilidade, o nosso primeiro dever — do Governo, que o assumiu, e nosso, como Deputados — é o de assumirmos as nossas próprias responsabilidades, sem que isso tenha de significar ter de assumir culpas, porque há problemas do sistema que não são necessariamente uma consequência de uma culpa mas, sim, de dificuldades objectivas perante as quais temos de procurar encontrar respostas

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Os senhores não querem reformar, querem remendar!

O Orador: — Pergunto aos Srs Deputados que, por exemplo, querem insistentemente propor reformas no sentido de alterar o perfil institucional actual dos conselhos superiores das magistraturas se, porventura, já se interrogaram se não temos ao nosso alcance, de forma muito mais evidente e imediata, a possibilidade de contribuir para a maior eficácia do funcionamento desses mesmos conselhos. É que, como já aqui foi salientado, esses conselhos são maioritariamente compostos por elementos designados por órgãos de soberania, pelo que não podemos alijar para outros as responsabilidades de que nós próprios partilhamos!

O Sr. José Magalhães (PS) — É a pura verdade!

O Orador — Srs Deputados, falemos, pois, de uma cultura de confiança e de responsabilidade e que seja com esse espírito que possamos também ser exigentes e rigorosos

Este sentido da exigência poderá colocar-nos perante a necessidade de múltiplas interpelações, designadamente quanto ao modo de funcionamento geral do sistema. E o que nos veio o Sr Ministro da Justiça dizer sobre isto? Falou-nos na necessidade de manter um observatório permanente para a possibilidade de compreendermos o movimento do sistema judicial em todas as suas componentes, em todas as suas vertentes e para, de uma forma muito mais consistente, no espaço e no tempo, encontrarmos meios de lhe dar resposta sustentada

Sejamos exigentes, designadamente quando olhamos para os operadores judiciários e sentimos que eles próprios se interrogam, construtiva e positivamente, sobre muitas das responsabilidades que são levados a partilhar, nomeadamente quanto aos problemas da formação, da formação inicial de magistrados ou da formação em exercício por parte dos vários operadores do sistema judiciário, e interroguemos o que o Parlamento pode fazer no sentido de conhecer melhor as dificuldades e as possibilidades das várias estruturas de formação, que vão desde as ordens profissionais às magistraturas e às polícias, para as quais também

teremos de encontrar formas de interacção, de interligação e de coesão, para que a resposta dos vários operadores se possa fazer de forma suficientemente consistente.

Mas, como o Sr Ministro hoje aqui bem testemunhou, uma cultura de exigência é também uma cultura disponível, de forma positiva, para a inovação e para a modernidade.

Assim, é com gosto que acolhemos hoje aqui as propostas que vão no sentido da modernização da administração judiciária, no sentido da possibilidade de actualizar formas processuais para combater a morosidade e encontrar soluções de simplificação processual e no sentido de permitir, pelo recurso aos meios informáticos e da telemática, formas de comunicação em tempo real que apressem significativamente, em benefício dos cidadãos, o funcionamento normal dos actos judiciários. Refiro-me ainda a soluções que passem pelo aprofundamento das medidas alternativas ao sistema clássico institucional, valorizando a participação dos cidadãos e a soluções de proximidade, como tribunais de paz, instituições de mediação e de arbitragem, situações de auto-regulação ao nível de categorias profissionais, entidades administrativas independentes com funções parajurisdicionais, cuja visão no interior do sistema é necessário globalizar para lhes dar coerência no seu funcionamento interligado

Tudo isto são apostas e metas à nossa frente, para as quais temos de manifestar disponibilidade e capacidade para trabalharmos em conjunto

Por isso, Sr Presidente e Srs Deputados, baseados na nova agenda da justiça aqui apresentada pelo Sr. Ministro da Justiça, lançamos um olhar para problemas novos, que decorrem da inserção de Portugal no quadro da União Europeia, ao nível da cooperação judiciária, da cooperação entre polícias no espaço europeu, de articulação entre vários níveis de ordens jurídicas, da interna à europeia e à internacional, levantando novos problemas na administração do sistema judiciário e da compatibilização de normas

Tudo isto são maneiras de nos interpelarmos permanentemente para aperfeiçoar cada vez mais as respostas do sistema

Algumas vezes, quando, perante o sentido das dificuldades, somos levados a simplificar, vemos que a simplificação redonda em soluções de demagogia fácil e já vimos o que foram algumas dessas soluções no passado. Por exemplo, a lógica securitária, que, não tendo capacidade para encontrar respostas positivas para muitos dos problemas, apenas queria encontrar, na sociedade, soluções fáceis de determinar o bode expiatório através de uma teoria mal formada da culpa, ocultando, no entanto, a necessidade primordial de uma sociedade de risco, como é a nossa, de assentar no princípio da responsabilidade a relação essencial entre cidadãos com o sentido dos seus direitos mas igualmente com a noção dos seus deveres

É com esta ideia, de que o paradigma da justiça, de uma noção de culpa, tem, em muitos casos, de evoluir, de forma equilibrada, para uma noção alargada de responsabilidade, que estamos disponíveis num duplo sentido para meter mãos à obra e concretizar, no plano das ações concretas e das reformas legislativas ao nosso alcance, a nova agenda da justiça introduzida pelo Sr Ministro da Justiça, não nos demitindo, ao mesmo tempo, de pensarmos nos problemas e nos paradigmas gerais da justiça na sociedade do nosso tempo, para termos, também perante isso, uma capacidade de acompanhamento dos desafios do futuro

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Volto a repetir, para assim terminar, que tudo isso se faz, Srs. Deputados, num clima de confiança. A palavra «confiança» é a que deve interpelar o nosso sentido de responsabilidade, para que depois possamos pedir responsabilidade a outros!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Guilherme Silva, pede a palavra para que efecto?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Para uma interpelação à Mesa. Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, é só para solicitar à Mesa que peça aos serviços para fazerem uma fotocópia da minha intervenção e a entregarem ao Sr. Deputado Jorge Lacão, porque ele não a ouviu bem, como decorre da intervenção que fez, em que me acusou de irresponsabilidade nas propostas. Como estou acompanhado, nessa irresponsabilidade, pelo Professor Figueiredo Dias, é melhor o Sr. Deputado ler a minha intervenção!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Está sempre acompanhado por alguém!

Risos do PS.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, contando com a mesma benevolência com que V. Ex.º acabou de tratar esta interpelação do Sr. Deputado Guilherme Silva, quero também interpelar o Sr. Presidente sobre se, de facto, não terei ouvido bem a intervenção a que ele aludiu, em que, entre outras coisas, propôs, por exemplo, o aumento das alçadas dos tribunais, que, na legislatura passada, impediu que fossem aumentadas pela Assembleia da República!

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, parece-lhe que me vou substituir ao papel escrito?! Não posso fazer isso!

Risos do PS.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna (Fernando Gomes): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados A interpelação que o CDS-PP subscreveu tinha como tema e título «O estado da justiça e política de segurança interna». Este debate está no fim e é evidente que foram as questões da justiça que monopolizaram toda esta tarde. Isto não me tranquiliza, mas confesso-vos que me deu algum descanso!

Risos do PS.

Apesar disso, penso que se justifica que a intervenção que tinha preparado para o início deste debate pudesse ser lida, porque, desta forma, sempre constará em acta a posição do Governo nestas matérias.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, se mais questões não houver, depois terei oportunidade de responder a todas as questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Melo

No texto que suporta o requerimento do CDS-PP sobre «O estado da justiça e a política da segurança interna» escreve-se que «() o Ministro da Administração Interna reconheceu, recentemente, que a criminalidade violenta aumentou cerca de 30% em 1999. Em causa está o tipo de criminalidade que mais frequentemente assola o dia-a-dia dos portugueses: os roubos por esticão e os assaltos na via pública»

Com efeito, na abertura formal do ano escolar do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, dirigindo-me aos futuros oficiais e aos quadros da PSP, afirmei vivermos em Portugal uma situação aparentemente paradoxal existindo no nosso país um índice de criminalidade equivalente a metade do índice de criminalidade médio europeu, o sentimento de insegurança dos cidadãos, avaliado através de um estudo que tínhamos organizado, revelava-se próximo do dos nossos parceiros europeus. Não havendo uma explicação objectiva para o fenómeno e analisados os dados disponíveis e os estudos realizados, podia deduzir-se que o aumento em cerca de 30%, relativamente a 1998, do roubo por esticão e do roubo na via pública tinham um grande peso no sentimento de insegurança dos cidadãos.

E aqui, desde logo, faço uma precisão: foram apenas estes dois crimes, tipificados nas nossas estatísticas, que tiveram um inusitado crescimento e não a criminalidade em geral. Felizmente para todos nós, continuamos ainda longe dos índices médios europeus, sem que isso possa ser entendido como uma menor preocupação ou um adiar de medidas necessárias ao combate a todos os tipos de crime.

Em 1999, a criminalidade em geral cresceu, no nosso país, cerca de 6%, mais precisamente 5,7%, sendo que o grande aumento do roubo por esticão e do roubo na via pública, enquadrados no índice de criminalidade violenta e grave, não tem peso significativo no índice geral.

Na verdade, a criminalidade violenta e grave representa, em 1999, 4,8% da criminalidade total e tem, portanto, um peso inferior a 5% do total dos crimes praticados em Portugal.

E, conclui então, como concluo hoje, que a criminalidade violenta e grave é o indicador que, pelas suas características, maior impacto tem no sentimento de insegurança das populações, acrescentando que o conceito de policiamento de proximidade deve ser um dos eixos fundamentais da política de segurança interna.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a política de segurança interna desenvolvida ao longo da última legislatura, e que agora prossegue, assenta fundamentalmente em oito pilares: aperfeiçoamento da comunicação e do relacionamento entre as polícias e os cidadãos, incremento da operacionalidade das forças de segurança, adaptação da organização e do dispositivo territorial das forças de segurança; actualização do modelo policial português, modernização dos estatutos das forças de segurança e

promoção da qualificação e dignificação profissional, incremento de mecanismos de coordenação no domínio da prevenção da delinquência e de apoio às vítimas, enriquecimento do sistema de segurança com nova dimensão e transversalidade das políticas.

Neste conjunto de linhas fundamentais, gostaria de destacar algumas opções e medidas que lhes dão corpo e coerência. Desde logo, a melhoria dos mecanismos de atendimento e aconselhamento; o reforço dos efectivos policiais e dos meios técnicos; a modernização da estrutura organizativa das forças de segurança e o aumento da proximidade da presença policial; mas também o aprofundamento dos valores cívico-profissionais e deontológicos e o aperfeiçoamento dos processos de formação inicial e contínua de par com a criação do novo quadro de representação sócio-profissional, ainda o novo regime jurídico da segurança privada e a cooperação com organismos e instituições que concorrem para a definição de políticas públicas no domínio da segurança interna ou das políticas das cidades, por fim, a criação das polícias municipais e o desenvolvimento de mecanismos de contratualização.

Sr. Presidente, Srs Deputados! Esta é uma matéria em que só a união de esforços de todos quantos estão disponíveis para dar a sua contribuição positiva pode trazer resultados palpáveis.

Governo e oposição podem não estar de acordo quanto aos programas, medidas ou meios definidos, mas estamos por certo em sintonia quanto ao grande desígnio para a política de segurança interna: prevenir e combater a criminalidade e facultar aos cidadãos um elevado nível de protecção num espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro, inscreveram-se os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo, Guilherme Silva e António Filipe.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, confesso, pese embora o brilhantismo da sua intervenção, que esperava muito mais do Sr. Ministro. Esperava dados, esperava elementos, esperava concretizações daquilo que disse em dados estatísticos, que o Sr. Ministro possui, que eu posso.

O Sr. José Magalhães (PS). — Possui?

O Orador — Se posso os dados da Polícia Judiciária, da GNR e da PSP, suponho que o Sr. Ministro, que as tutela, os terá! Ou então mal vamos e mal vai o Ministério, ou vai muito pior do aquilo que eu pensava!

Suponho que o Sr. Ministro, quando tomou posse, sufragou a política do Governo, proposta pelo Partido Socialista. Por isso, lembro-lhe o que consta da alínea b) do Capítulo V do Programa do Governo, apresentado pelo Partido Socialista, relativamente à actuação, nesta sede, no passado, do anterior Ministério da Administração Interna e ao propósito para o futuro e, como tal, a levar agora a cabo pelo Sr. Ministro.

Desde logo, e para não me alongar muito, lembro que um dos objectivos era o de aumentar a eficácia no combate à pequena criminalidade e à criminalidade organizada. Esta foi uma afirmação de sucesso relativamente ao pas-

sado e é um propósito de sucesso relativamente ao futuro. No entanto, Sr. Ministro, o que temos é precisamente o contrário. E repito alguns exemplos que já citei na minha intervenção: no tráfico e viciação de veículos, houve um aumento de 4,4%; na falsificação de selos, de 44,4%, no tráfico de estupefacientes, de 6%, na passagem de moeda falsa, de 76%, noutras crimes respeitantes a estupefacientes, de 250%, nos crimes contra a família, de 600%, Sr. Ministro! Houve um aumento de 151,3% quanto ao furto de uso de veículos e quanto ao crime informático sob a forma organizada de 150%, etc. Estes são números referentes à pequena criminalidade e à criminalidade organizada.

Estou convencido que o Sr. Deputado terá capacidade para fazer a destrinça, ou então faço também um desenho...

Passo a referir-me agora, especificamente, à grande criminalidade, muito embora tenha como assente que não era propósito do Governo melhorar algo em sede de grande criminalidade, porque, de outra forma, tê-lo-ia feito em sede desta rubrica no Programa do Governo. Não o fez, tendo apenas consagrado a problemática da pequena criminalidade e da criminalidade organizada. No entanto, a verdade é que também a grande criminalidade aumentou largamente. Por isso, peço ao Sr. Ministro que concretize, em termos estatísticos e precisos, aquilo que, de forma vaga e genérica, disse na sua intervenção. Por outro lado, pergunto se não considera que o seu Ministério, face às promessas feitas, não se tem, para já, e atento o curto espaço de tempo entretanto decorrido, traduzido num profundo fracasso, o que é preocupante.

Pergunto ainda o que tenciona fazer de futuro quanto a esta matéria.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna — Sr. Presidente, uma vez que o Governo dispõe ainda de um longo tempo e dado que este debate é fundamentalmente sobre justiça, proponho-me responder, uma a uma, às questões colocadas, até para poder esclarecer melhor e não falhar nenhuma das coisas que aqui foram referidas.

Quando o Sr. Deputado Nuno Melo fez a sua intervenção pensei que não estava a perceber muito bem e, por isso, pedi depois a sua intervenção escrita. No início desta interpelação ao Governo, quer o Sr. Deputado Narana Coissoró quer o Sr. Deputado Basílio Horta se referiram ao sentido de Estado que estas questões devem ter sempre e que o CDS-PP assumiu ..

Pausa.

Pelos vistos é só na justiça! Segundo percebi agora pelo aparte do Sr. Deputado Nuno Melo, os assuntos da administração interna já não são questões de Estado. Mas percebo que seja um aparte jovem, sem significado.

Como dizia, pensei que não estava a ouvir bem a intervenção do Sr. Deputado, porque o conjunto de elementos e as estatísticas referidas pelo Sr. Deputado não coincidiam minimamente com as que eu tinha. E, dispendo eu de to-

dos os elementos e procurando acompanhá-los com um pormenor que não me parece poder ser muito ultrapassado, o Sr. Deputado falou em números que me assustariam se fossem verdade Felizmente não são! Mas cheguei a pensar que tal se devia a alguma demagogia ou impreparação. Mas não, porque aquilo que está escrito na sua intervenção é claro!

O Sr. Deputado diz que dispõe dos números de 1998 a 1999 fornecidos pela Polícia Judiciária e pela GNR. Ora, a GNR e a Polícia Judiciária representam apenas 40% dos crimes praticados em Portugal e que são denunciados.

A análise da GNR, que actua no meio rural e que não tem praticamente intervenção no meio urbano, só pode dar origem a este tipo de confusões. Mas não foi nada assim que as coisas se passaram! Os números não são esses, Sr. Deputado! A criminalidade em Portugal é metade da da média europeia, embora isso não nos contente, já que devia ser zero!

De qualquer forma, os índices de crescimento são, efectivamente, muito mais baixos do que os que o Sr. Deputado referiu.

Respondendo às questões que colocou logo no princípio, dir-lhe-ei o que é que foi feito pela dignificação da actuação das polícias e pela protecção dos cidadãos. Os números são públicos e, inclusivamente, vêm hoje publicados num jornal diário com todo o rigor. Entre 1995 (para referir o melhor ano da penúltima legislatura) e 1999, o número de queixas contra agentes de autoridade decresceu 60% e as queixas contra agentes de autoridade por abuso de poder decresceram para um terço. Isto significa que foram introduzidos esquemas de acompanhamento por parte do poder político, como garantia de que os direitos dos cidadãos eram protegidos e de que não ficaria, como aqui foi dito na altura, impune qualquer actuação menos correcta das forças de autoridade quando esta fosse objectivamente determinada.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Ministro, o seu tempo esgotou-se, pelo que tem de concluir

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Permita-me também que lhe diga, Sr. Deputado, que como o seu discurso estava não teve tempo de o actualizar face aos últimos acontecimentos. Por exemplo, em relação aos acontecimentos do Porto, referiu-se a uma situação que já não é real. Provavelmente, o Governo andou demasiado depressa para aquilo que os Srs. Deputados estão habituados, mas fez o que lhe competia para a dignificação da actuação das polícias e para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Ministro, informo-o novamente que o seu tempo para responder esgotou-se.

O Orador — Muito bem, Sr Presidente, uma vez que ainda disponho de um longo tempo, poderei continuar a responder, noutras ocasiões, às questões que me colocam

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Muito bem, Sr Deputado, mas noutra oportunidade, nesta altura não

Antes de dar a palavra ao próximo orador, chamo a atenção da Câmara para o facto de as urnas, para as votações que hoje têm estado a decorrer, irem encerrar neste momento, para se proceder ao escrutínio dos votos.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Para defender a honra da bancada

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado, conforme praxe hoje introduzida pelo Sr. Presidente Almeida Santos, peço-lhe que esclareça em que ponto se sente agravado

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, sinto-me agravado quando o Sr. Ministro afirma que o nosso sentido de Estado nesta interpelação é apenas em relação à justiça e não ao sector que ele representa, o que é ofensivo para a nossa bancada e até para o Sr. Ministro

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Desculpe, Sr. Deputado, mas, francamente, parece-me que a bancada do CDS-PP, com essa frase, não é minimamente agravada

Não lhe posso dar a palavra para esse fim, mas darei-lhe-ei, se a pedir, para fazer uma intervenção, uma vez que dispõe de tempo

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, permita-me o uso da palavra para interpelar a Mesa?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, V. Ex.^a está a introduzir uma praxe nesta Assembleia que não tem sido habitual. O que é facto é que sempre tem sido dada a palavra para defesa da honra e V. Ex.^a, pela primeira vez, não o está a fazer.

O Sr. António Capucho (PSD). — Pela segunda!

O Orador: — Não, não! Há pouco, o Sr. Presidente Almeida Santos perguntou qual era o motivo e, a seguir, deu a palavra. O Sr. Presidente, agora, pergunta qual é o motivo e não está a dar a palavra, quando a defesa da honra é algo de subjectivo

Portanto, agradeço que V. Ex.^a me dê a palavra, caso contrário tenho de recorrer para o Plenário da sua decisão.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado Basílio Horta, lamento, mas a minha decisão está tomada. Se quer recorrer para o Plenário, tem todo o direito de o fazer.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Sendo assim, Sr. Presidente, recorro para o Plenário da sua decisão, porque é grave o precedente que V. Ex.^a está a criar.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Com certeza, Sr. Deputado. O seu recurso é legítimo, pelo que a questão é colocada ao Plenário.

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, permute-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, pede a palavra para que efeito?

O Sr. José Magalhães (PS) — Sr Presidente, é muito extraordinário, diria mesmo extremamente inusual, utilizar uma lógica contraditória de decisão/recurso, decisão/recurso, quando são possíveis soluções de compromisso e quando estamos a procurar aplicar o Regimento de forma equânime. Ainda por cima, houve uma mudança de titular da Presidência da Mesa, o que torna ainda mais difícil o apuramento da igualdade de critérios.

Por isso, se V Ex^a pudesse ponderar, em face de uma melhor especificação do objectivo deste pedido de palavra, em que condições é que deve ou não ter lugar a defesa da honra, talvez isso ajudasse Francamente, constrange-nos irmos para um sistema de recurso/não recurso, porque isso coloca problemas de autoridade e não gostaríamos de ter de fazer essa escolha.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Também para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Guedes

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Sr Presidente, vou ater-me à questão que foi colocada para dizer o seguinte: é evidente que, do ponto de vista da bancada do PSD, entendemos que a praxe inaugurada pelo Presidente Almeida Santos, e agora seguida pelo Sr Presidente, tem, necessariamente, de comportar um juízo de valor, porque, se não, seria apenas uma perda de tempo para o Plenário.

A partir do momento em que o Presidente toma a iniciativa de perguntar aos Deputados a razão pela qual pedem para exercer o direito de defesa da consideração, esse pedido tem de comportar um juízo de valor por parte da Mesa, o qual será respeitado pelo PSD, porque, quando não o respeitar, obviamente, à semelhança do que está, aparentemente, a suceder com o Sr Deputado Basílio Horta, terá de agir pelos mecanismos regimentais, como o Sr Deputado fez agora, recorrendo para o Plenário.

Mas, em abstracto, do nosso ponto de vista, é evidente que a lógica de o Sr Presidente solicitar ao Sr Deputado que diga a questão com a qual se sentiu ferido na sua honra não pode servir para, a seguir, automaticamente, lhe conferir a palavra, caso contrário pervertia-se todo o mecanismo subjacente à intenção que está por detrás desta proposta, que é a de evitar a perda de tempo por parte do Plenário.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Ainda para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, o que tem sido hábito, e bem, confiando na responsabilidade dos Srs Deputados, com alguma generosidade — é certo! —, mas sempre justificada, é que a concessão da palavra depende sempre da pessoa que se sente ofendida, ou seja, há uma confiança no sentido da ofensa e, consequentemente, no juízo subjectivo.

Neste caso concreto, não sou eu que me sinto ofendido, é a minha bancada. Quando o Sr Ministro vem dizer que, no que toca à administração interna, o CDS não prosseguiu com sentido de Estado, está, obviamente, a ofen-

der a bancada. E isto, para além de, em relação a um Deputado da minha bancada, dar um tom de juventude e de impreparação que não podemos admitir!

Temos visto ser dada a palavra por motivos muitíssimo más fúteis e isso nunca foi questionado, pelo que não comprehendo por que razão o Sr Presidente está a questionar-me, e à minha bancada, sobre o exercício legítimo de um direito que entendemos poder exercer.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, Sr Deputado Basílio Horta, respondendo às suas observações, devo dizer-lhe o seguinte: se o Presidente da Assembleia perguntar o motivo pelo qual um Deputado pede a palavra para defesa da honra ou invoca esta figura regimental, obviamente tem de se lhe reconhecer a possibilidade de fazer um juízo sobre essa matéria. De outra forma, de facto, estariam aqui a perder tempo e a prolongar os trabalhos do Plenário.

Em todo o caso, julgo que a tentativa feita para acelerar os trabalhos tem como consequência prática não só que não se acelerem mas que ainda se atrasem.

Assim, correspondendo ao apelo que fez o Sr Deputado José Magalhães, vou dar-lhe a palavra para defender a consideração. E espero que o Sr Presidente Almeida Santos, em próximas vezes, inaugure outro critério que permita, a quem o substitui, actuar com mais firmeza.

Tem a palavra, Sr. Deputado Basílio Horta, para exercer o direito regimental de defesa da honra.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, sabia que a inteligência de V Ex^a e a sua experiência parlamentar o fariam chegar a esta conclusão. Muito obrigado por me ter dado a palavra.

Conforme já disse, este protesto serve para dizer duas coisas ao Sr Ministro:

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que o nosso partido vê com igual sentido de Estado a justiça e a segurança. Aliás, entende até que os dois sectores se interligam numa larguíssima base que, inclusive, chega a ser chamada de segurança interna *lato sensu*, a qual tem a ver com as decisões judiciais e com a paz na rua. Como se costuma dizer, «paz nas consciências e paz na rua».

Em segundo lugar, o meu colega de bancada fez uma magnífica intervenção e colocou perguntas muito pertinentes ao Sr Ministro Aliás, a sua juventude até pareceu menor, atenta a qualidade das perguntas e a intervenção que fez.

A verdade é que — o meu colega não lhe colocou essa pergunta, mas V Ex^a deve saber —, desde que é Ministro, já se praticaram, pelo menos, 30 000 novos assaltos!

Vozes do PS — Eh!

O Orador. — Repito 30 000 novos assaltos!

O estado de insegurança interna é o seguinte, Sr Ministro: são assaltadas 223 lojas por semana, são roubados 3680 carros por mês e de dois em dois dias há um rapto ou um sequestro. Estes são os números!

Se V Ex^a não entende que estas são matérias de Estado e que devem ser tratadas de forma adulta, como o meu colega as tratou, V Ex^a compreenderá que faz um juízo errado.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna.

O Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna — Sr Presidente, Srs Deputados, em primeiro lugar, quando se estava a falar de sentido de Estado, houve um aparte sobre a justiça que, segundo me pareceu, veio da bancada do CDS-PP Peço desculpa se assim não foi,

Vozes do PS. — Foi, foi!

O Orador: — ... mas pareceu-me ter ouvido um aparte da vossa bancada sobre a justiça Daí o comentário que fiz, porque me pareceu estranho

Protestos do CDS-PP

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, por favor, façam silêncio, de modo a que o Sr Ministro se possa fazer ouvir.

O Orador. — De qualquer forma, está, efectivamente, definida a posição do CDS-PP, através da intervenção do Sr Deputado Basílio Horta, que registo e com a qual me congratulo

Quanto aos números que o Sr Deputado referiu, devo dizer-lhe que não são esses os números — antes fossem! —, são muito mais do que esses. Isso resulta das estatísticas erradas em que se baseou o Sr Deputado

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Estão desactualizados!

O Orador — São piores, são mais graves do que esses! A despeito de estarmos a 50% da média europeia, são muito mais graves do que esses!

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Muito obrigado pelo esclarecimento!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Administração Interna, tem a palavra o Sr Deputado Guilherme Silva

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro da Administração Interna, confesso que fiquei um pouco perplexo com a sua intervenção, porque tém estado na ordem do dia acontecimentos graves no âmbito da PSP — ainda esta manhã se deu conta de mais uma situação de agressão a um cidadão estrangeiro ocorrida numa esquadra da PSP —, para além de já estar formulado pelo meu partido, há algum tempo, em sede de Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, um pedido de audição de V Ex.^a a propósito dessa matéria. Por isso, pensei que V Ex.^a ia dar-nos aqui alguma informação detalhada sobre esta questão, que é preocupante para o País e para o Parlamento

Faço-lhe uma pergunta que tem a ver com o seguinte quando, há um tempo atrás, um outro colega seu assumiu a pasta da administração interna, disse «esta não é a minha polícia»; passado algum tempo, por mão do Engº António Guterres, foi possível à polícia dizer «este não é o meu ministro». O que lhe pergunto é se esta é a sua polícia

O Sr António Filipe (PCP) — A municipal ou a PSP?

O Orador — ... e quais as informações que V Ex.^a dá ao Parlamento relativamente à situação que referi, à sua prevenção para o futuro e ao apuramento de responsabilida-

dades que essas situações, naturalmente, exigem, com a celeridade necessária

Gostaria também que me dissesse alguma coisa, se é que V Ex.^a já está inteirado desses *dossiers* — são *dossiers* que me têm parecido um tanto virtuais —, sobre o apetrechamento de lanchas da Brigada Fiscal, para o combate rápido ao tráfico de droga, e sobre o apetrechamento de um helicóptero da Protecção Civil, o qual vem sendo «enrolado» de Orçamento para Orçamento do Estado, e que me parece, efectivamente, meramente virtual

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna — Sr Presidente, vou responder rapidamente

Sr Deputado Guilherme Silva, quanto à vinda à Comissão, tive oportunidade de contactar, imediatamente, o Sr Presidente da Comissão e de, posteriormente, enviar um ofício, disponibilizando-me para, dentro de determinadas datas, poder estar presente, nomeadamente na próxima segunda-feira ou na próxima quarta-feira, uma vez que tenho aqui, no Parlamento, outras responsabilidades com outras comissões. Estou totalmente disponível para debater essas matérias, se resultar daqui que as explicações que der não são suficientes em relação às preocupações que os apontam

Quanto à questão que relacionou e que hoje apareceu referenciada nos órgãos de comunicação social do Porto, tive, depois disso, acesso a um fax, enviado por um advogado do Porto, que refere muito pouco. Apesar disso, sobre esse fax tinha sido despachado que o Sr Inspector da Inspecção-Geral de Administração Interna verificasse o que se passou

A última coisa que gostaria de pensar é que, em face dos problemas que foram notícia no Porto, haja, neste momento, quem queira aproveitar esse ambiente para ter notoriedade. Era a última coisa que gostaria de pensar!

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem visto!

O Orador — Era a última coisa que gostaria de pensar, porque, efectivamente, não se diz rigorosamente nada de concreto em relação a esse caso, nem sequer se diz se foi antes de ser preso, se foi depois de ser preso, o que é que efectivamente aconteceu e por que é que foi preso

Portanto, parece-me que há aqui algum aproveitamento, repito, parece-me, pois não tenho ainda dados concretos, mas, apesar disso, Sr Deputado, foi ordenado à Inspecção-Geral de Administração Interna que verificasse o que se passa. Na sequência dessa informação, o Governo tomará, evidentemente, as posições adequadas e tornará público aquilo que for de tornar público

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Quanto ao Ministro cujas polícias não eram as suas, está o Sr Deputado a referir-se ao meu camarada e Deputado Alberto Costa. E permitam-me que aproveite aqui esta oportunidade para dizer que, hoje, que já conheço um pouco melhor o que foi o desenvolvimento da política do Governo na área da administração inter-

na — por experiência própria ao longo destes meses —, o trabalho desenvolvido no Ministério da Administração Interna pelo ex-Ministro e Deputado Alberto Costa foi notável.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador. — .. em reformas e num conjunto de iniciativas de que todos estamos a beneficiar, incluindo eu próprio.

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Deputado, muito objectivamente, quero dizer-lhe que esta é a minha polícia ou, melhor, estas são as forças de segurança em que nos revermos. A circunstância de um ou outro caso ser desviante daquela que é a actuação normal, e que, ultimamente, tem vindo a pautar-se por outros critérios, não significa que não deixe de ser sempre a nossa polícia.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Quanto às lanchas, Sr Deputado, que serão atribuídas à Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, estão em construção e a primeira ficará pronta e será entregue, se não houver mais dificuldades, em Junho. Cada uma das outras 11 lanchas será entregue de dois em dois meses. Trata-se de um grande investimento do Governo e representa uma cooperação com a Espanha, no sentido de uma maior fiscalização das fronteiras marítimas, tendo por finalidade o combate ao tráfico de droga, mas também a fiscalização das águas territoriais e das fronteiras externas portuguesas.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — No caso da Protecção Civil, o Serviço Nacional de Bombeiros dispõe já de quatro helicópteros e não está, neste momento, em vista a aquisição de mais nenhum. Há quatro helicópteros na posse do Serviço Nacional de Bombeiros e apenas em momentos especiais, como no Verão, em caso de vaga de incêndios, há necessidade de mais alguns helicópteros, mas, nessa altura, o Governo tem recorrido e vai continuar a recorrer ao aluguer de equipamentos e não à sua manutenção.

Pensamos que, em termos de Protecção Civil, os quatro helicópteros existentes, até este momento, têm sido suficientes, felizmente, para os problemas que se têm suscitado no nosso país.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Também para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe

O Sr. António Filipe (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, era com curiosidade que aguardávamos a sua intervenção, por ser a primeira, aqui, neste Plenário, segundo creio, desde que assumiu as funções de Ministro da Administração Interna, mas devo dizer-lhe que não ficámos muito esclarecidos acerca das linhas concretas daquela que vai ser a sua actuação à frente do Ministério da Adminis-

tração Interna. Referiu-nos alguns princípios gerais, resta aferir como vão ser levados à prática, designadamente um que nos é caro, que é o do policiamento de proximidade, pelo qual muito nos batemos, nesta Câmara, quando a opção do Governo do PSD era outra, e não deixámos de considerar positivamente uma inflexão nesta política, no sentido de uma maior proximidade, que se verificou no Governo anterior. Vamos ver como é que o policiamento de proximidade vai continuar a ser levado à prática ou não. Teremos em breve o debate do Orçamento do Estado, que, porventura, poderá ser mais esclarecedor do que este a esse respeito.

Gostaria de lhe colocar duas questões concretas. A primeira pode parecer insolita mas não é o Sr. Ministro vai apresentar, este ano, o relatório de segurança interna? Pergunto isto porque nos habituámos, ao longo de mais de uma década e meia, a que o Ministério da Administração Interna, ou o governo, entregasse nessa Assembleia um relatório que continha a sua apreciação sobre a evolução da criminalidade e os relatórios das forças policiais para podermos aferir. Verificámos, muitas vezes, que o governo tinha uma leitura muito cor-de-rosa, mesmo quando era o governo do PSD,..

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Era cor-de-laranja!

O Orador — da situação, que depois era desmentida, muitas vezes, com os dados das forças policiais. O Ministro Jorge Coelho, no último ano, iniciou uma técnica diferente, que foi não entregar à Assembleia os relatórios das forças de segurança mas apenas a apreciação do governo. Neste último ano, ficámos, pois, sem relatório de segurança interna. Portanto, gostaria de saber, Sr. Ministro, se em Março deste ano, nos termos da lei, vai entregar a esta Assembleia da República os relatórios das forças de segurança sobre a criminalidade no ano de 1999.

A segunda questão, muito brevemente, é para perguntar ao Sr. Ministro quando é que resolve a situação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para que qualquer cidadão que ai tenha de tratar de um assunto não tenha de se levantar às 6 horas da manhã para estar lá à porta e só ser atendido ao meio-dia, e em condições profundamente indignas. Gostaria de saber se o Sr. Ministro pretende ou não vir a resolver este gravíssimo problema.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna — Sr. Presidente, Sr. Deputado, levaria aqui longo tempo para lhe explicitar o que está a ser feito em matéria de polícia de proximidade. Mas tenho o maior gosto de o fazer em Comissão ou de lhe fornecer os textos em que o Governo se baseia para esse tipo de políticas, inclusivamente aquele que é o manual distribuído já hoje às forças de segurança para levar por diante um conjunto de iniciativas, além do investimento físico que está em curso para disseminação pelo território de postos e esquadras com locais de atendimento e salas de apoio à vítima. Mas não será aqui o local para isso.

Passo a responder, muito objectivamente, às outras questões que me colocou.

Quanto ao relatório de segurança interna, vai, sim, ser entregue na Assembleia da República no tempo devido. Estamos, neste momento, a coligir os últimos elementos,

os últimos dados. Só agora pude obter as últimas estatísticas referentes a 1999, estando a comissão de coordenação a preparar esse relatório.

Relativamente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é verdade que, nos últimos anos, tem crescido substancialmente a procura desse serviço. O número de cidadãos de países terceiros e de imigrantes em Portugal cresceu consideravelmente e é também verdade que, neste momento, não dispomos das melhores condições de atendimento. O PIDDAC de 2000 dá já uma resposta. O caso mais complicado que temos actualmente em matéria de atendimento é o de Cascais, que está num prédio sem condições e onde as pessoas esperam na rua para serem atendidas longas horas. Mal esteja aprovado o Orçamento do Estado, esse é o primeiro investimento a fazer e, como não vamos construir de raiz um edifício durante o ano 2000, os serviços serão instalados em condições de poderem atender todos aqueles que os procuram.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Finalmente, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silvio Rui Cervan

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr Ministro, uma pergunta de um Deputado ainda mais jovem — espero que isso não me penalize!

O Sr José Magalhães (PS) — É da pré-primária!

O Orador: — A pergunta é muito simples, para uma resposta igualmente simples, foi o Sr Ministro que demitiu o superintendente da PSP do Porto ou foi ele que quis ir embora?

O Sr José Magalhães (PS): — Essa pergunta é mesmo da pré-primária!

O Orador: — É que, se foi o superintendente que quis ir embora, pode estar justificado o louvor que o Sr Ministro, aqui, lhe quis fazer, se foi o Sr Ministro que demitiu o superintendente da PSP do Porto, percebe-se bastante pior o porquê do louvor.

Vozes do PS — Só isso?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro Adjunto e da Administração Interna.

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna. — Sr. Presidente, Sr Deputado Silvio Rui Cervan, consta dos órgãos de comunicação social, de forma absolutamente inequívoca — e, em relação a isso, não pode existir qualquer dúvida —, que o Sr Comandante Distrital da PSP do Porto solicitou a sua pré-aposentação, que foi, no momento seguinte, deferida pelo Sr. Director Nacional.

Vozes do CDS-PP — Ah!

O Orador — Esta é uma resposta objectiva e — já agora gostava de dar mais esta informação — nem tenho sequer que me pronunciar sobre um pedido de pré-aposentação, que é deferido ou indeferido pelo Sr. Director

Nacional. Aquilo que me cabe a mim, por proposta do Sr Director Nacional, é nomear o novo Comandante, o que fiz no minuto seguinte.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Ministro da Administração Interna, esperava que, na sua intervenção inicial, tivesse tratado da questão da violência da PSP do Porto. Ainda bem que o fez depois, em resposta a várias perguntas, esclarecendo o que entendeu ser importante referir.

Devo dizer-lhe — como sabe, o Bloco de Esquerda tomou posição na hora própria — que, na noite em que estive no velório de Álvaro Cardoso, não havia grandes dúvidas de que a história que a PSP tinha subscrito, pela pena do seu comandante metropolitano do Porto, era incoerente, como, aliás, se veio a verificar. Desse ponto de vista, portanto, creio que é um bom sinal que a Inspeção-Geral tenha actuado com relativa celeridade em cerca de 10 dias, publicou conclusões preliminares que precipitaram um desfecho que era, de todo, inevitável. Creio que não há nenhuma razão política para que isso não seja assumido como tal. Se a isso foi sobreposto um louvor, só tenho a lamentar, porque creio que não havia condição para isso.

No entanto, quero fazer-lhe uma observação. Sr Ministro, a que responderá se entender, no tempo de que dispõe o Governo. É certo que tem havido uma alteração de práticas policiais e é certo que há indicadores a esse respeito, mas, como sabe, tão bem como eu, certamente até melhor do que eu, há formas de exclusão de algumas comunidades sociais em Portugal que impedem o registo de queixas em relação a eventuais formas de violência policial. Dos registos que existem hoje, não constam, naturalmente, formas de confrontação com comunidades étnicas minoritárias, que são, muitas vezes, tratadas como potenciais delinquentes. E disso é responsável muita da prática do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que tem actuações discricionárias, e disso, aliás, foi reflexo este caso no Bairro do Cerco e no Bairro de Aldoar, no Porto.

Naturalmente, estamos dispostos a discutir medidas concretas a esse respeito, em função do relatório de segurança interna que aqui nos anunciou, ou de outras medidas que o Ministério aqui traga. Mas quero dizer-lhe que não podemos fazer fé em dados que sejam parciais — porque eles são parciais!

É, no entanto, uma reflexão geral sobre a ordem jurídica que quero fazer, porque me parece que, não estando nós a deliberar sobre questões que trataremos amanhã e sobre questões que trataremos noutras instâncias e noutras sessões plenárias, por proposta dos vários partidos ou do Governo, interessa, de facto, que, nesta interpelação para que fomos convocados, discutamos os pontos de vista a respeito da crise da justiça.

Por isso mesmo, queria começar por discordar, mais uma vez, do ponto de vista do Sr Deputado Guilherme Silva a este respeito (o que não é surpresa para o Sr Deputado) quando penalizou um «PREC» que teria passado pela justiça. A nossa opinião é justamente a contrária (o que também não o surpreende) o regime jurídico português é, justamente, de todos os poderes, em nossa opinião, aquele que é mais estável, que tem sido mais estável em Portugal. Foi decantado dezenas de anos a fio,

atravessando a ditadura com um modelo de subordinação política, do qual saiu absolutamente incólume depois do 25 de Abril. Entretanto, a justiça adaptou-se, com uma lentidão que se pretende sábia e recatada, mas cuja sabedoria consistiu sempre na retirada do espaço público da discussão acerca da sua forma e conteúdo. Foi pelo vazio democrático que a justiça se manteve acima das vicissitudes da democracia — porque as vivemos! Portanto, talvez seja mais por defeito, e não por excesso, que não temos, como deveríamos ter tido, alguma sabedoria de «PREC» ao nível desse sistema de poder tão essencial.

Apesar disso, em alguns casos, o poder judicial tem vindo a emergir com um novo protagonismo político, episodicamente em domínios associados a novas formas de criminalidade ou, no caso de outros países, intervindo em mapas de onde estava arredado, como é o caso da justiça a respeito do General Pinochet. Mas, apesar de tudo, mantém-se tensíssimas barreiras invisíveis que disciplinam toda a transgressão nesse sentido. E seria quase hipócrita que, ao longo de toda a discussão, de horas, desta tribuna e do Plenário, não se evocassem as dificuldades de «separar o trigo do joio» e de demonstrar um rigor exemplar nos casos das «viagens-fantasma» de Deputados e de outros sinais a esse respeito. Porque ai se tem demonstrado falta de ousadia, que resulta nesta intersecção entre todos os poderes.

Só que, ao adoptar este protagonismo, a justiça promete sempre mais do que aquilo que está disposta a dar, e paga o aumento da sua resistência anterior à mudança. E é por isso que este aumento da litigiosidade ao longo dos últimos anos perturba a estabilidade, mesmo que repicada, às vezes, por alguma evidência na ribalta.

Ora, esta estabilidade, que o sistema de justiça garantiu, vem acentuando as distorções de uma prática jurídica que está, muitas vezes, ao serviço do mais forte. São as empresas, em casos concretos, que são responsáveis por este aumento exponencial da litigiosidade, que acentuou a concentração e a selectividade dos casos em vez de os dispersar e multiplicar em novos campos da tutela jurídica. E são as empresas, particularmente no caso das dívidas, isto é, a acção repetidíssima de litigantes crónicos que querem proteger muito mais as suas estratégias fiscais do que reparar os seus próprios danos, que têm dominado e determinado a inflação jurídica.

É por isso que a morosidade é importante. A morosidade é o mais grave destes problemas que vemos na crista do «iceberg», porque resulta da contradição dupla entre a estabilidade da justiça confrontada com o aumento de processos e entre a religiosidade, o formalismo passadista das práticas jurídicas e a transformação já ocorrida no tipo concreto dos conflitos que temos hoje em Portugal.

O preço da morosidade — e nisso talvez estejamos todos de acordo — é, apesar de tudo, dramático: provoca a erosão da prova, demora a justa reparação do direito violado, agrava o custo económico penalizando os mais pobres, desincentiva o recurso ao tribunal, cria uma cultura de desconfiança, onde explodiu o caso Aquaparque, como antes das facturas falsas, ou tantos outros crimes, particularmente os de colarinho branco.

É nesse contexto que os tribunais estão dramaticamente impreparados e não protegem, portanto, a universalidade do direito. E é a própria produção do direito, tal como as condições de trabalho, as consequentes condições de responsabilização dos agentes judiciários, que é penalizada deste ponto de vista. Aí, há um conjunto de modificações

que, naturalmente, devemos discutir em função das propostas que, do Governo ou de qualquer partido, sejam presentes a esta Assembleia. As correções das más condições de trabalho dos magistrados, da irracionalidade na distribuição dos operadores judiciários, no combate à negligência, no controlo de pentagens que agravam os prazos por inacessibilidade dos tribunais, são medidas fundamentais para uma profunda democratização da justiça, que estamos dispostos a discutir e votar.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao reler a profusa análise sobre a crise da justiça constante da comunicação social, pude constatar, com espanto, que houve até um famoso analista que afirmou que o Parlamento tinha ignorado, até agora, a crise e que só despertou da letargia com o processo do Aquaparque.

Costuma dizer-se que a memória das pessoas é curta, mas não pensávamos que ela ficasse reduzida a um espaço temporal do ano civil em curso. De facto, em 15 de Abril do ano passado, o PCP agendou para Plenário uma interpelação ao Governo centrada nas questões relacionadas com a justiça.

Nas intervenções do Grupo Parlamentar do PCP, que hoje poderíamos reler, dada a sua actualidade, foi feito o diagnóstico relativamente à crise, onde nem faltou a referência às prescrições do procedimento criminal.

Pode ler-se na intervenção de abertura: «Não há justiça, desabafa-se. O ‘prato’ está desequilibrado. É o que dizem os cidadãos, quando são (...) confrontados com as prescrições do processo penal.

E — dizímos já em Abril de 1999 — «... aqui estamos confrontados com outra das razões de desconfiança que incide sobre a Justiça (...).

Na situação de conflitualidade vivida nas autoproclamadas democracias ocidentais, na situação de estrangulamento do aparelho judiciário que se vive em Portugal, é impossível que não se verifiquem prescrições. Mas esta não é razão que se apresente ao cidadão atingido pela morte do exercício da acção penal que solicitou ao recorrer aos tribunais».

Por outro lado, — e repetimos sem necessidade de fazer alterações — «... quando os cidadãos vêm prescrever processos mediáticos que envolvem a criminalidade de colarinho branco, sentimos então avolumar-se o desabafo: não há justiça!».

Nessa altura, ainda havia quem fizesse da justiça um retrato, senão cor-de-rosa já, pelo menos de uma cor intermédia entre o laranja e o rosado. Não havia, segundo esses, motivo para alarmes. Ou havia mesmo quem afirmasse que o Governo nada podia fazer perante a denúncia mediática da crise, ocorrida já no ano passado. Consultemos os jornais de então e releiam-se as declarações do Sr. Primeiro-Ministro António Guterres. Para ele, o Governo, nesta área, pouco podia fazer, porque se tratava dos tribunais.

O Sr. José Magalhães (PS) — Exacto!

A Oradora — Há muitos anos — não é só da vossa governação — que os sintomas de uma doença profunda que se apoderou do aparelho judiciário se vêm fazendo

sentir, tornando-se cada vez mais fortes. E há muitos anos que esses mesmos sintomas vêm sendo evidenciados por quem mais sente na pele os efeitos da legislação.

Uma coisa é certa: a legislação que foi sendo profusamente aprovada não visava a cura da doença e desviava a atenção dos sintomas.

Por forma a que se foi assistindo a querelas que o cidadão não sentia como suas, ainda que fosse do seu interesse um Ministério Público ainda mais autónomo, quando a realidade e os factos empurram para a alteração do modelo processual penal; ainda que fosse do seu interesse o reforço da autonomia do Ministério Público, como forma de tornar impraticável, fosse qual fosse o poder político, a utilização do direito penal como forma de controlo da ordem social; ainda que fosse do seu interesse a criação de condições para a preservação da independência do poder judicial, que não passa só pela mera afirmação dessa independência, mas também pelo municiamento dos magistrados e dos tribunais com os meios para uma atempada administração da justiça — já é a terceira ou quarta vez que, em Comissão, apoio o Sr Deputado José Magalhães, defendendo que, de facto, a informatização dos tribunais é absolutamente necessária, e nunca mais se faz. Mas também não foi feita no tempo do PSD!

O Sr. José Magalhães (PS) — É verdade!

A Oradora: — Como estava a dizer, ainda que do seu interesse fosse tudo isto, que os coloque ao abrigo da mediatisação da crise, que gera desconfiança dos cidadãos relativamente ao último reduto de defesa dos seus direitos e liberdades — os tribunais.

Tudo chegou, a certa altura, a parecer reduzir-se, para a opinião pública, a querelas meramente corporativas, tal foi o resultado de intervenções um tanto inábeis do poder político.

E o que é que sentia, e sente hoje, o cidadão relativamente aos tribunais? Sente que se desemboca numa justiça de classe, na qual encontram arrimo os mais ricos e na qual se queixam os desfavorecidos da sua cegueira.

Já a longa distância do momento em que se iniciaram variadíssimas reformas (desde o aumento das custas judiciais e do afastamento da justiça relativamente aos cidadãos, através daquele modelo fracassado dos tribunais de círculo, até à alteração da lei processual penal, que guardava na esquadra, antes do julgamento, contra o que esta Assembleia decidira em autorização legislativa, os autores dos pequenos delitos, a julgar em processo sumário, o que deu origem a uma prolongada e bem escusada greve em torno dos tribunais de turno), a longa distância desses tempos, podemos concluir que, a uma judicialização das questões sociais, correspondeu uma investida contra um ordenamento jurídico da democracia na área judicial, que se traduziu na correspondente resistência e na busca desesperada de soluções que inviabilizassem a investida contra direitos.

Fomos sendo confrontados com vários factos indescritíveis. A única solução seria acabar com os tribunais de instrução criminal, porque não funcionavam, a única solução seria colocar a investigação nas mãos do Ministério Público, mais tarde, porque o combate à criminalidade cabia nos poderes do Governo, a única solução seria retirar alguns poderes ao Ministério Público; a única solução seria reduzir ao mínimo o número de juízes de instrução para aumentar o número de juízes de julgamento — e isto

já na última alteração da Lei Orgânica —, com o que se veio, afinal, a criar um maior caos em comarcas de grande movimento, como a de Setúbal, onde os magistrados não chegam para as encomendas da instrução e dos julgamentos e suportam um tremendo fardo.

Depois foi preciso novos instrumentos que municiasse o Ministério Público para o combate à grande criminalidade, e, pela nossa parte, com dúvidas e interrogações, nomeadamente quanto à forma de nomeação dos magistrados. Aprovámos essas medidas, que, segundo anunciado, permitiriam a racionalização dos recursos humanos nos tribunais, libertando magistrados do Ministério Público de espinhosas tarefas, que os tornariam mais disponíveis para processos a que não podiam dedicar-se inteiramente.

Mas isto parece não ser ainda suficiente, dada a gravidade da crise. Agora clama-se pelo princípio da oportunidade, pondo em causa a autonomia do Ministério Público e a própria independência dos tribunais. Clama-se por uma revisão constitucional. Mas são estas as medidas imediatas, as medidas fundamentais de que necessita a democracia?

A adopção de modelos estrangeiros, que não têm conferido dignidade à justiça, dificilmente poderá recriar a confiança dos cidadãos, e é quase certo que não contribuirá para a sua aproximação relativamente a estes.

De resto, impõe-se que se diga que a morosidade da justiça é um facto noutras países da Europa, é um facto mesmo no Tribunal Europeu, que condena os países pela morosidade na tramitação processual.

De um relatório feito em Itália em relação a tribunais criados para acabar com as pendências retira-se um dado que só não se transforma em hilariante por ser muito trágico. Em determinado tribunal italiano, que nele está identificado, as pendências demorariam 500 anos a liquidar.

É nesta situação que desemboca a falta de mecanismos que resolvam o problema a montante da intervenção judicial a judicialização exacerbada das questões sociais, a ausência de soluções informais de resolução de conflitos, a ponderar devidamente, de resto, porque me fez impressão uma observação feita por uma pessoa que ouvimos na Comissão, que disse que muitas vezes também serve para que os mais desfavorecidos fiquem sem a resolução dos problemas.

Assim, pode concluir-se que, apesar da profusa legislação aprovada, não foram tomadas, desde há muito tempo, as medidas necessárias ao combate da doença. Para adoptar uma metáfora, muito feliz, da área da saúde, que o Sr. Ministro da Justiça introduziu no debate público em torno da crise, por vezes ministra-se uma aspirina ao doente e às vezes um medicamento errado. Naquele caso, a febre reaparece, neste, a doença avoluma-se.

Hoje, de uma maneira geral, e salvo, certamente, algumas exceções, muito excepcionais, trabalha-se quase em regime de trabalhos forçados nos tribunais.

E, apesar das estatísticas revelarem que aumentou o número dos processos findos, a verdade é que aumentou muito mais o número de processos entrados. E a verdade é que, por mais que se formem novos juízes, nunca serão suficientes para pôr a justiça em dia nestas condições que temos.

É preciso preparar, desde já, medidas de fundo que garantam ao cidadão o menor risco quando petitiona a intervenção dos tribunais, tanto na área da formação de magistrados, como na da modernização dos tribunais ou ainda na busca da solução informal dos conflitos, nunca

esquecendo a resposta aos problemas sociais, muito a montante do aparelho judiciário

Se nos ficarmos por soluções meramente pontuais, poderemos vir a assistir ao agravamento da crise, com nefastas consequências para a independência do poder judicial e para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos

A situação já é deveras preocupante 1,7 milhões de processos a circular por ano nos tribunais, 40 000 processos que ficaram por julgar, por estarem prescritos, 132 000 processos-crime parados, só no distrito de Lisboa, mais de 20 000 perícias por realizar no Laboratório de Polícia Científica; 6000 relatórios por fazer de autópsias já realizadas, um défice de 1000 funcionários nos tribunais e 700 na Polícia Judiciária

Esta é uma radiografia a exigir especiais cautelas. As medidas devem ser bem ponderadas, por forma a que não possam criar-se novos mecanismos de judicialização de questões

Porque ainda não estudámos devidamente o assunto, faço esta pergunta: será que o que se passa com os actos notariais e a privatização que foi feita é prudente?

O PCP anunciou, no ano passado, que apresentaria um projecto de lei para criação dos julgados de paz, que consideramos uma medida estruturante. E a quem o classificou de fisga ou funda, recordarei que David com tanto se bastou para vencer o gigante

Não somos de tal maneira arreigados ao articulado que não entendamos que o mesmo possa ser melhorado. Pode e deve ser melhorado. Porque, sendo os julgados de paz, neste momento da nossa história, uma inovação, consagrada constitucionalmente pela mão do Partido Socialista, muito haverá que debater para encontrar a solução mais apropriada que consagrará uma justiça de proximidade e muito poderá ajudar a restaurar a confiança dos cidadãos no poder judicial.

O cidadão é que verdadeiramente deve estar no cerne das preocupações de todos e não esta ou aquela classe de operadores judiciais. E, então, poderemos falar de um autêntico poder judicial.

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputada Odete Santos, V. Ex.ª beneficiou da cedência de tempo do Grupo Parlamentar de Os Verdes

Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foi, há pouco, afirmado pela bancada socialista que o Governo agiu prontamente, como nunca antes tinha sido feito, após os recentes acontecimentos ocorridos no Porto, que culminaram, como se disse, com a morte de um cidadão de etnia cigana. Referia-se aquela bancada, supunha-se, à demissão de um superintendente, promovida pelo Sr. Ministro Fernando Gomes, que não é um jovem ministro, mas é, ao menos, um ministro recente.

Verificamos agora que a demissão promovida pelo Governo foi, afinal e apenas, uma pré-aposentação. Registamos, por isso, a prontidão da actuação do Governo a que, certamente, a bancada socialista se referia.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, antes de passarmos à fase de encerramento do debate, o

Sr. Secretário vai passar a anunciar os resultados das votações que decorreram esta tarde

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, vou passar a ler a acta da deliberação relativa ao mandato Sr. Deputado Miguel Macedo:

Aos três dias do mês de Fevereiro de dois mil, na sala do Plenário, a Assembleia da República deliberou, por voto secreto, autorizar o Sr. Deputado Miguel Bento Martins da Costa Macedo e Silva a ser ouvido como arguido nos autos do Inquérito n.º 17690/99 8 TDLSB-F, do 5.º Juízo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, nos termos do Parecer aprovado na reunião plenária da Comissão de Ética de 26 de Janeiro de 2000.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes	— 193
Votos «sim»	— 156
Votos «não»	— 19
Abstenções	— 11
Votos brancos	— 7

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Passo a ler a acta da deliberação relativa ao mandato do Sr. Deputado Álvaro Amaro

Aos três dias do mês de Fevereiro de dois mil, na sala do Plenário, a Assembleia da República deliberou, por voto secreto, autorizar o Sr. Deputado Álvaro dos Santos Amaro a ser ouvido como arguido nos autos do Inquérito n.º 17659/97 TDLSB-F, da 2.ª Secção do DIAP, do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, nos termos do Parecer aprovado na reunião plenária da Comissão de Ética de 27 de Janeiro de 2000.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes	— 193
Votos «sim»	— 159
Votos «não»	— 19
Abstenções	— 11
Votos brancos	— 4

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Srs. Deputados, passo, agora, a ler a acta da votação relativa à eleição de um membro para Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Aos três dias do mês de Fevereiro de dois mil, na sala do Plenário, procedeu-se à eleição de um membro para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes	— 193
Votos «sim»	— 107
Votos «não»	— 40
Abstenções	— 37
Votos brancos	— 9

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais o candidato proposto: Pedro Gramacho de Carvalho Siza Vieira

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para intervir na fase de encerramento do debate, em representação do seu grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados. Já vai longo o debate e esta fase do encerramento vai ser breve.

Devo congratular-me, em nome do meu partido, pela oportunidade e pela elevação com que decorreu este debate, que foi o primeiro desta Legislatura. Na realidade, aqui se discutiram várias matérias. Em primeiro lugar, o prestígio da Assembleia. Não podem, efectivamente, os Deputados saber o que se passa na justiça, o que pensa o Governo e o que pensa o Sr. Ministro da Justiça através dos «directos» da televisão. Efectivamente, todos nós estamos hoje habituados a assistir aos noticiários — é a nossa obrigação. Naturalmente, compreendemos que a mediatisação e a pressão que este factor exerce sobre a governação é inquestionável e compreendemos perfeitamente a tentação de qualquer governante de atingir primeiro o País do que propriamente os órgãos representativos, sem, devo confessar, qualquer propósito do Sr. Ministro de subalternizar o Parlamento.

Por outro lado, o que se passou nestes últimos tempos foi que, sendo a discussão técnica e levada mais a cabo por jornalistas, devo dizer, «impreparados» para tratar dos assuntos da justiça, criou-se um falso alarme na opinião pública. Compreendo perfeitamente a emoção, o sobressalto e o traumatismo criados pelo caso Aquaparque, mas este caso não podia servir, de forma alguma, de paradigma para analisar o que se passa com justiça.

Foi esta a razão por que tomámos a iniciativa de fazer um debate com o formato máximo que o Regimento permite, ou seja, uma interpelação ao Governo. Tínhamos perfeita consciência de que o tempo era exígido para pedir contas ao Sr. Ministro, não só pelo volume dos problemas que a justiça hoje traz consigo, como pela cronicidade, se me permite a expressão, com que eles hoje se apresentam, ou seja, são problemas que não nasceram hoje, há dois, três ou cinco anos, mas são problemas que já trazem mais de uma década.

Devido à exigência que existe hoje por parte do eleitorado, temos de traçar uma linha de rumo que dé a ideia de para onde estamos a caminhar neste domínio, para não ficarmos constantemente à mercê dos analistas, dos *opinion makers*, dos que publicam os retratos do dia, da semana ou da quinzena ou das «croniquetas» como o jornal *24 horas*.

E não é que todas estas manifestações mediáticas não sejam importantes, porque o são! São importantes se o jornal *24 horas* põe um título grande para vender o «papel» ou se o retrato da semana se vende apenas para se dizer que se está atento e que tudo vai mal — porque também é preciso dizer que tudo vai mal — porque os analistas agarram, somente, a espuma das coisas, sem ir ao fundo dos problemas.

Portanto, é necessário que a Assembleia da República e os Deputados tenham oportunidade para, com isenção e sem medo de estar a servir quaisquer interesses, dizerem claramente qual é o seu ponto de vista sobre este problema.

Nós, Deputados do CDS-PP, estamos satisfeitos porque podemos dizer, cada um à sua maneira, aquilo que sentimos sobre a justiça. Quando dizemos que nem tudo vai bem, não o fazemos para culpar o Governo, porque estariam a culparmo-nos a nós próprios. Os problemas da justiça são da reserva absoluta da Assembleia da República e nós não podemos apontar o dedo nem aos magistrados, nem ao Ministério Público, nem aos advogados, nem ao público, nem ao Governo, nem àqueles que não

querem pensar sobre estes problemas. Temos de olhar para o nosso próprio retrato e para o nosso próprio espelho — e a imagem que temos quando olhamos para o nosso espelho não é sempre clara, porque nenhum de nós é capaz de dizer quais são, neste momento, os pontos fundamentais da disfunção da justiça.

Todos nós, como o Sr. Ministro da Justiça já referiu, vamos percorrer o caminho, caminhando. Por isso, não vamos criar falsos alarmes! O problema das pendências não «mata» a justiça. O problema das prescrições não atinge mais do que 2% ou 3% dos processos — quando nos países chamados desenvolvidos atinge 6%, 7%, 8%, 9%, ou ainda mais. O problema dos inquéritos arquivados não é alarmante, se analisarmos a categoria destes inquéritos e o interesse social que neles está em jogo.

Temos, pois, de fazer grandes debates, porque não podemos deixar apenas ao critério do Sr. Ministro da Justiça, nem dos analistas, nem dos jurisconsultos a resolução dos problemas. Eles têm de vir aqui para que os Deputados se pronunciem sobre os grandes problemas.

O problema está em discussão e vai ser feito um debate sobre o critério de legalidade e de oportunidade, vamos debater amanhã o problema da formação de magistrados para substituir ou para atalhar as pendências, vamos estudar a maneira de recrutar os magistrados através da revisão dos programas ou através da própria restruturação do Centro de Estudos Judiciários, vamos criar a necessidade de haver no Conselho Superior da Magistratura um órgão, uma comissão permanente a trabalhar em *full-time*, com meios técnicos próprios necessários para que este órgão não seja meramente de cúpula formal, mas um agente de planeamento, ou seja, um agente dinâmico do andamento e da programação da magistratura judicial, vamos estudar o problema do administrador judicial, que tem de saber lidar, hoje, com as instalações, com os meios e com os processos. Porque situações como aquela, por exemplo, em que quatro juízes do mesmo edifício marcaram todos uma audiência num local onde há uma única sala de audiências, não pode continuar a acontecer. Em resumo, hoje em dia, com os novos métodos, com a informática, com a telemática, com as regras de gestão, com a administração por objectivos, com o investimento nos juízes, com a formação contínua, podemos ter uma nova agenda judicial.

O CDS-PP está satisfeito, repito, por ter debatido hoje estes problemas — apesar de o ter feito de forma sumária, conforme o tempo permitido.

Quero referir ainda que este é apenas o primeiro passo para uma grande caminhada que todos nós, em conjunto, vamos fazer. Vamos melhorar este País com a democracia que criámos, e para cujo desenvolvimento contribuímos, através de uma administração da justiça que nos honre.

Quanto ao que foi referido sobre segurança interna, soube-nos a pouco, porque o Sr. Ministro da Administração Interna repetiu, mais ou menos, aquilo que consta do Programa do Governo. Ou seja, não nos deu, verdadeiramente, as razões pelas quais é necessária a defesa da pequena criminalidade — seja a criminalidade que atormenta os pais das crianças nas escolas, seja a criminalidade que atormenta os idosos nas estações de metropolitano, seja a criminalidade que atormenta o cidadão em cada dia, seja a criminalidade que nos atormenta a todos, a criminalidade que atormenta as nossas mulheres, a criminalidade que atormenta os nossos filhos, porque não podem sair à rua sozinhos — Lembro-me do Engº Guterres ter .

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr Deputado Narana Coissoró, tem de terminar

O Orador. — Só um momento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Só se prometer ser breve, porque o seu tempo regimental já se esgotou. Peço que conclua, Sr Deputado

O Orador — Estava a dizer que me lembro de o Engº Guerreiro ter dito, da bancada do PS, ao Prof Cavaco Silva, o seguinte. «A mulher de V. Ex.^a nunca sentiu um 'esticão', porque V. Ex.^a e a sua família andam sempre protegidos. Pois devo dizer-lhe que a minha já sentiu». Repetiria essa mesma frase: talvez o Sr. Ministro da Justiça, porque anda bem guardado com segurança e batedores, não senta a insegurança que todos nós sentimos nas ruas. Porque o problema da insegurança continua, e nós também vamos atalhá-lo, atacá-lo e ajudá-lo, Sr Ministro, para que este problema se resolva. Não vamos «chutá-lo» para debaixo do tapete.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna

O Sr. Ministro Adjunto e da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados. Também eu, na sequência do que disse o Sr. Deputado Narana Coissoró, quero congratular-me pela forma como decorreu este debate

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Creio que tivemos oportunidade de sentir a preocupação do Parlamento em algumas áreas, o que vai contribuir para enriquecer o conhecimento que tenho destas matérias, mas, sobretudo, para saber, politicamente, qual o julgamento que os parlamentares fazem

Sr. Deputado Narana Coissoró, como V. Ex.^a disse agora no fim, as suas preocupações são também as nossas. Nós entendemos que todos somos poucos para diminuir o sentimento de insegurança dos cidadãos e para contribuir para o tal espaço de liberdade, segurança e justiça em que todos nos queremos rever

E, já agora, Sr. Deputado, para terminar, quero dar-lhe conta do seguinte: bem contra a vontade dos eficazes profissionais da polícia que me acompanham, ando muitas vezes sozinho. E de tal maneira que a minha mulher já foi vítima, sem grandes inconvenientes, como foi noticiado no jornal, de um pequeno «desvio financeiro» da sua carteira, o que prova que o caso do Professor Cavaco Silva, ai citado, não se aplica a este Governo nem a mim próprio

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero, mais uma vez, como fiz no início do debate, congratular-me com esta iniciativa da Assembleia e, em particular, do CDS-PP.

É que, tal como disse aqui há duas semanas, no debate de urgência requerido pelo PCP sobre prescrição do procedimento criminal, em momentos como aqueles que pudemos viver, no último mês, em torno da justiça, o melhor contributo que todos podemos dar é transmitir aos cidadãos que, contra aquela ideia que se instalou de que ninguém é responsável pelo que se passa na justiça, todos nós assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade na justiça.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — E o que digo relativamente ao Governo e à Assembleia da República, digo-o também em relação a outros órgãos constitucionais, como o Conselho Superior da Magistratura, que também assumiu exemplarmente as suas responsabilidades

Ora, creio que isto é a base para um novo clima que se vive hoje na justiça. Esse novo clima, que já foi patente na abertura do ano judicial e que também já teve hoje aqui clara tradução, é a viragem da página que julgo que é fundamental

O diagnóstico está feito. O *Livro Branco*, que o PSD proclama, não é necessário. Aliás, por iniciativa de um governo do PSD, foi constituído, com o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, que anda sucessivamente a fazer estudos, o principal dos quais está editado, publicado e à venda nas livrarias há vários anos e que tem feito sucessivas actualizações. E, porque o contrato terminou, vamos, agora, renová-lo, com um programa que foi apresentado e está calendarizado e de que os Srs Deputados terão conhecimento assim que estiver estabilizada a negociação com o Observatório. Esse mecanismo do Observatório permite-nos saber quais são os problemas reais do sistema da justiça e onde é que eles se encontram. Tive, aliás, oportunidade de aqui dizer que, em vez de legislar avulsamente na simplificação processual, mesmo no curto prazo, solicitei ao Professor Boaventura Sousa Santos que elaborasse — e ele, brevemente, entregar-ma á — uma lista sintética dos pontos de bloqueio que o Observatório foi identificando, para vermos, ponto a ponto, como é que se vai respondendo a este problema. Ora, creio que esta é a maior dificuldade que todos temos de perceber na intervenção relativamente a esse sistema.

Não vale a pena dizerem que medidas como a proposta de lei que vamos discutir amanhã é pontual, pois isso nada acrescenta ao que eu já disse. É obviamente pontual! É obviamente uma «aspirina»! Eu já o disse! Nem nunca tentei apresentar à opinião pública ou à Assembleia aquela medida como não sendo pontual e como não sendo uma «aspirina». Eu próprio disse que «temos de eliminar o abcesso, antes de podermos tratar o dente». Agora, temos é de «atirar-nos ao abcesso», isso temos, senão nunca mais chegaremos ao «tratamento do dente».

E o problema que temos aqui é que, sendo necessário mexer numa multiplicidade de peças, não podemos mexer em todas elas ao mesmo tempo

O Sr José Magalhães (PS) — Ora ai está!

O Orador. — Portanto, a intervenção terá de ser sempre pontual e só resultará uma intervenção sobre o conjunto no final das intervenções pontuais. A não ser que alguém tenha disponível no mercado um outro «relógio» para eu deitar este fora e meter outro no pulso.

O relógio é fácil! E o sistema da justiça? Alguém tem? Alguém tem aí outros 1500 juízes, outros 200 e tal tribunais, outros 4000 e tal funcionários, para eu tirar os que estão e meter tudo novo?¹ E será que resolvia? Ou será que o problema não tem a ver com cada juiz individualmente, nem com cada funcionário individualmente, nem com cada tribunal individualmente, mas, isso sim, o problema só se resolve com um conjunto de objectivos de intervenção que enunciiei no meu discurso, sobre o qual VV Ex.² terão, obviamente, de dizer — apesar de tudo, disseram bastante pouco para o que seria de esperar — que é insuficiente, que não está lá, que não tem estratégia, que não sei o quê? Aliás, devo dizer que foram até muito moderados, reconheço-o. Agora, se lerem o meu discurso, depois, serenamente, dentro de alguns dias — e sem que isso comprometa o mal que, necessariamente, terão de dizer do Governo —, hão-de ver que está lá a estratégia, está lá o calendário e está lá, sobretudo, um compromisso calendarizado relativamente ao conjunto dessas medidas.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Isso está lá e penso que é necessário que façamos esse caminho. Aliás, creio que é muito positivo — digo-o com toda a franqueza — que o possamos fazer em conjunto e, do que eu aqui ouvi, hoje à tarde, não encontro qualquer razão para que tal não aconteça. Nós não temos qualquer pudor nisso.

O PCP apresentou uma iniciativa numa área em que estávamos a trabalhar e não tivemos problema em renunciar à nossa própria iniciativa e trabalhar, como base de trabalho, na iniciativa do PCP.

Acolhemos uma proposta que vinha no programa eleitoral do PSD. Parece que agora o PSD não gosta dela, mas isso significa que não se enganaram tanto no programa eleitoral como aquilo que pensaram! É uma boa ideia! E há uma coisa que lhe garanto sobre essa ideia: ela pode não resolver muito, mas há uma coisa que ela não faz, isto é, não faz mal e, se só houver 10 magistrados jubilados disponíveis para aproveitar aquele sistema, são 10 «peças novas» que ganhamos para melhorar o funcionamento da máquina e elas são bem-vindas.

O Sr José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — Se forem 50 magistrados, melhor! É neste espírito que temos de estar.

O PP tinha no seu programa eleitoral a ideia dos administradores judiciais, que já estava na lei orgânica e que nós definimos como uma prioridade e que vamos apresentar no final deste mês, em conjunto com a nova lei orgânica do Ministério e com a lei de autonomia administrativa e financeira dos tribunais.

Disse o Sr. Deputado Narana Coissoró — e eu estou totalmente de acordo — que também é fundamental valorizar o papel do Parlamento, discutindo estes temas, que são temas centrais da democracia portuguesa. Mas permitir-me-á que lhe diga que o que temos feito é tudo menos subalternizar este Parlamento. V. Ex.³ ainda não viu qualquer medida anunciada publicamente por este Governo, no domínio da justiça, que não tenha sido previamente apresentada ao Parlamento. Se V. Ex.⁴ se der ao trabalho de reler o discurso que aqui fiz aquando da discussão do Programa do Governo vai ver que está lá tudo a privatiza-

ção dos actos notariais, o acordo com a Ordem dos Advogados sobre as oficiosas, as medidas relativas à Magistratura — aliás, nesse discurso enunciiei precisamente estas três medidas que constam da proposta de lei —, os benefícios, os incentivos, para que as partes ponham termo ao processo. Nada anunciámos publicamente sem que tenhamos previamente informado o Parlamento.

Sei que há um problema: é que cada vez que nós anunciamos aqui uma coisa os senhores não nos levam a sério e depois só nos levam a sério quando ela vem anunciada no teojornal.

Risos do PS

mas aí não é o Governo que vos subalterniza, mas, perdoar-me-ão, são VV Ex.⁵ que subalternizam a qualidade do diálogo entre o Governo e a Assembleia da República

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Bem observado!

O Orador. — Por isso, insisto, leiam bem o que eu disse aqui hoje, para depois não dizerem «o malandro não nos disse nada e foi anunciar à televisão». Porque o que eu disse que iria fazer, irei fazê-lo e, nessa altura, anunciá-lo-ei, efectivamente, na televisão. Espero é que nessa altura não se mostrem surpreendidos!

Visto que, amanhã de manhã, nos reencontraremos, na segunda-feira, à tarde, cá estarei a apresentar o orçamento do Ministério e, na terça-feira, à tarde, também cá estarei, juntamente com o Sr. Ministro da Administração Interna, para um colóquio, que, em boa hora, a 1^a Comissão vai organizar, sobre a agenda da presidência portuguesa nos assuntos da justiça e da administração interna, termino, dizendo que o Parlamento poderá contar não só comigo mas também com o Sr. Ministro da Administração Interna para uma total lealdade de relacionamento nestas áreas da justiça e da administração interna.

Nós não andaremos a surpreendê-los com aquilo que anunciamos na praça pública e dir-vos-emos, com franqueza, o que vamos fazendo, passo a passo, por uma razão fundamental é que, como a generalidade dos passos, designadamente em matéria legislativa, que possamos dar dependem de uma aprovação deste Parlamento, há-de perceber que não vou perder tempo a tentar trabalhar uma iniciativa legislativa tendo, à partida, a garantia de que vai ser chumbada pela Assembleia da República.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Ministro, o seu tempo terminou. Peço-lhe que conclua.

O Orador — Sr Presidente, é precisamente o que vou fazer, dizendo que, da parte deste Governo, poderão contar com a total lealdade e a total vontade de que este caminho prossiga e que prossiga em conjunto.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados e Sr.⁶ Deputadas, a próxima sessão plenária realiza-se amanhã, às 10 horas, constando da ordem do dia a discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 3/VIII e do projecto de lei n.º 86/VIII (PSD) e a discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 13/VIII.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.
Eram 20 horas e 55 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Armando Manuel Dinis Vieira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
Pedro Miguel de Santana Lopes
Rui Fernando da Silva Rio

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS):

António Fernandes da Silva Braga

Cláudio Ramos Monteiro
Dinis Manuel Prata Costa
Eduardo Ribeiro Pereira
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Maria Isabel da Silva Pires de Lima

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos Manuel de Sousa Encarnação
João Eduardo Guimarães Moura de Sá
José Luís Fazenda Arnaud Duarte
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o perfodo da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 540\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa